



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - N° 189 - QUARTA-FEIRA, 25 DE OUTUBRO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO Suplentes de Secretário 1ª - Serys Slhessarenko – PT-MT 2º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4º - Aelton Freitas – PL-MG
---	--

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB/PRB) – 19	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32
LÍDER EM EXERCÍCIO Wellington Salgado de Oliveira ⁽²⁾ VICE-LÍDERES Wellington Salgado de Oliveira Garibaldi Alves Filho Gilberto Mestrinho Geovani Borges Amir Lando Ramez Tebet LÍDER EM EXERCÍCIO DO PMDB – 20 Wellington Salgado de Oliveira ⁽²⁾ VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Luiz Otávio Valdir Raupp Alberto Silva	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB/PRB) – 19 LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago) LÍDER DO PRB – 2 Marcelo Crivella	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32 LÍDER Alvaro Dias – PSDB VICE-LÍDERES Juvêncio da Fonseca - PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres - PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres - PFL César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago) ⁽¹⁾ LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Peres ⁽³⁾ VICE-LÍDER DO PDT (vago)	LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB VICE-LÍDERES DO GOVERNO (vago) Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 172ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 24 DE OUTUBRO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício

Nº 44/2006, de 23 do corrente, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação de membro para compor a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Designação da Senadora Serys Shiessarenko, como suplente, para compor a referida Comissão.....

32776

1.2.2 – Mensagem do Presidente da República

Nº 231, de 2006 (nº 900/2006, na origem), de 13 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor João Inácio Oswald Padilha, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Botswana.

32776

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos representantes de cada Casa, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2006-CN, seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional.

32784

1.2.4 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 46, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Teotônio Vilela Filho, que acrescenta o art. 174-A à Constituição Federal, para fixar os princípios constitutivos das agências reguladoras, e altera o art. 168, para impedir que tais agências sofram contingenciamento de verbas ou atrasos nas liberações de recursos orçamentários.

32784

1.2.5 – Aviso do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Nº 132/2006, de 19 do corrente, informando sobre novas providências adotadas por aquele Ministério acerca do Ofício SF nº 1.635, de 11 de setembro do corrente, que encaminha o Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios.

32788

1.2.6 – Ofício do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Nº 813/2006, de 16 do corrente, em resposta ao Ofício 1.645, de 11 de setembro de 2006, versando sobre recomendação à Abin, constante do Relatório Final nº 3, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 3, de 2005-CN.

32789

1.2.7 – Ofício do Embaixador do Brasil no Japão

Nº 173/2006, de 4 do corrente, agradecendo o envio do Ofício nº 1.688, de 2006, que encaminha exemplar do Relatório Final nº 4 da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior e informando sobre as recomendações relativas ao Japão emanadas pela Comissão.

32789

1.2.8 – Ofício do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Tocantins

Nº 896/2006, de 27 de setembro último, registrando o recebimento do Ofício nº 1.797, de 2006, que encaminha exemplar do Relatório Final nº 5, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra.

32790

1.2.9 – Discursos do Expediente

SENADOR ROBERTO SATURNINO – Comparação entre o pensamento da antiga União Democrática Nacional (UDN) e os oposicionistas ao governo Lula.

32790

SENADOR NEY SUASSUNA – Agradecimento à postura de solidariedade demonstrada por colegas senadores, no que diz respeito às denúncias de envolvimento de S. Ex^a no caso das “Sangue-sugas”.

32794

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Análise do resultado das eleições no estado de Roraima.

32797

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Justificação a requerimentos de informação que encaminha à Mesa....

32799

1.2.10 – Leitura de requerimentos

Nº 1.065, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento as informações que menciona.

Nº 1.066, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona.

Nº 1.067, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona.

1.2.11 – Discurso do Expediente (continuação)

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Transcrição de reportagem veiculada pela revista **Veja**, edição desta semana, intitulada “*Por que não pode todo mundo ser Ronaldinho*”. Apelo para que o governo explique, antes da eleição de domingo, o enriquecimento do filho do Presidente da República, Fábio Luis da Silva, o “Lulinha”, e sua relação com a empresa de telefonia Telemar. Comentários a declaração do Governador eleito da Bahia, Jacques Wagner e a matéria da revista **Veja** sobre a Infraero.....

1.2.12 – Leitura de requerimento

Nº 1068, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Município de Manaus, pelo transcurso de seu 337º aniversário de criação.

1.2.13 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Registro de 23 anos de existência do jornal **Folha de Boa Vista**.

SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Em defesa de projeto de lei de autoria de S.Exª, que inclui os municípios entre os agentes de fomento do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Comentários à matéria intitulada “*Pais denunciam excursão irregular a comício*”, publicada no jornal **O Globo**, edição de 21 do corrente.....

SENADOR CÉSAR BORGES – Parabeniza a Senadora Heloísa Helena pela coerência na campanha à Presidência da República. Comentários a declarações do governador eleito da Bahia, Jacques Wagner. Considerações sobre o debate realizado ontem entre os candidatos à Presidência da República, Geraldo Alckmin e Luiz Inácio Lula da Silva.

SENADOR AELTON FREITAS – Comentários a matéria do jornal **Correio Braziliense** prevendo que neste ano os índices de inflação serão menores que os do PIB. Expectativa de um maior crescimento econômico e de uma queda na taxa de juros.

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Comentários à matéria intitulada “*Cooperativa do Sr. Lo-*

32800

32800

32801

32801

32811

32812

32817

32820

32822

32826

renzetti quebra no Estado do Pará”. Considerações sobre o debate realizado ontem entre os candidatos à Presidência da República, Geraldo Alckmin e Luiz Inácio Lula da Silva. A fiscalização das ONGs.....

32827

SENADOR VALDIR RAUPP – Os investimentos da China em educação.

32830

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Comentários a declarações do Ministro Tarsó Genro, e a matérias publicadas na imprensa sobre superfaturamento nas obras do Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, o escândalo do dossiê e irregularidades encontradas pelo TCU no Dataprev e na Casa da Moeda do Brasil. Considerações sobre o debate realizado ontem entre os candidatos à Presidência da República, Geraldo Alckmin e Luiz Inácio Lula da Silva.

32831

1.2.14 – Leitura de requerimento

Nº 1.069, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 87, de 2006, de sua autoria. **Deferido**.....

32842

1.2.15 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR PEDRO SIMON – Homenagem à Muhammad Yunus, brilhante professor de Economia de Bangladesh, recentemente agraciado com o Prêmio Nobel da Paz, conhecido no mundo inteiro como o “Banqueiro dos Pobres”.....

32842

SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “*Justiça manda prender 6 petistas ligados a dossiê*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 27 de setembro do corrente..

32845

SENADOR MARCOS GUERRA – Registro da matéria intitulada “*O Maior escândalo da história*”, publicada pelo **Jornal do Brasil**, edição de 21 de setembro do corrente.....

32846

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “*Hackers atacam página do PT*”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 24 de agosto do corrente.

32847

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da matéria intitulada “*Lula despista atacando, diz Alckmin*”, publicada pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 28 de agosto do corrente.

32848

SENADOR JUVÉNCIO DA FONSECA – Registro do artigo intitulado “*Troca de motosserra*”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 12 de setembro do corrente.

32849

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Registro da matéria intitulada “*PF identifica a casa de câmbio que comprou dólares de petistas*”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 30 de setembro do corrente.

32850

SENADOR ALMEIDA LIMA – Registro da matéria intitulada “*CPI derrota governo e convoca*

Berzoini e Freud para depor", publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 18 do corrente. 32851
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Críticas ao Presidente Lula. Registro de matérias publicadas na imprensa intituladas "Risco de apagão pode chegar a 50% em 2008", "Liberdade de imprensa retrocede no Brasil" e "Perdulário, gigantesco e ineficiente".... 32852
1.3 – ENCERRAMENTO
2 – ATO DO PRESIDENTE
Nº 56, de 2006. 32857
3 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 235, de 2006. 32857
4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL
Nºs 2.083 e 2.084, de 2006. 32858
SENADO FEDERAL
5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
– 52ª LEGISLATURA
6 – SECRETARIA DE COMISSÕES

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS
8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR
12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
CONGRESSO NACIONAL
13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL
14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)
16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 172^a Sessão Não Deliberativa, em 24 de outubro de 2006

4^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

Presidência da Sr^a Heloísa Helena, e dos Srs. Roberto Saturnino e Arthur Virgílio

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 44/2006 – GLDBAG/CSCOM

Brasília, 23 de outubro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Serys Slhessarenko, para compor, na qualidade de Suplente, a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – **Ideli Salvatti**, Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – A Presidência designa a Senadora Serys Slhessarenko, como suplente, para integrar a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, nos termos do expediente lido.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 231, DE 2006

(Nº 900/2006, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de

1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor João Inácio Oswald Padilha, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Botsuana.

Os méritos do Senhor João Inácio Oswald Padilha que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 13 de outubro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 401/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G – MRE – APES

Brasília, 6 de outubro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto nos artigos 18, I e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor João Inácio Oswald Padilha, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Botsuana.

2. Encaminho igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** do Senhor João Inácio Oswald Padilha, os quais, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**.

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA

CPF.: 25909150715

ID.: 7957 MRE/DF

- 1950 Filho de Moacyr Meirelles Padilha e Maria Thereza Oswald Padilha, nasce em 11 de dezembro, no Rio de Janeiro/RJ
- 1979 CPCD - IBr
- 1979 Terceiro Secretário em 19 de novembro
- 1979 Divisão de Difusão Cultural, assistente
- 1980 Embaixada em Moscou, Terceiro Secretário, em missão transitória
- 1981 Embaixada em Pequim, Terceiro e Segundo Secretário
- 1981 Segundo Secretário, por merecimento, em 17 de dezembro
- 1983 Embaixada em Lisboa, Segundo Secretário
- 1984 CAD - IBr
- 1985 Embaixada em Bissau, Segundo Secretário, Encarregado de Negócios
- 1986 Consulado-Geral em Chicago, Cônsul-Adjunto
- 1987 Primeiro Secretário, por merecimento, em 17 de dezembro
- 1989 Prêmio Maurício Rosenblatt de Romance
- 1989 Departamento de Promoção Comercial, assessor
- 1991 Divisão de Informação Comercial, Chefe, substituto
- 1991 Presidência da República, Secretaria de Documentação Histórica, Adjunto

- 1993 Embaixada em Maputo, Primeiro Secretário, em missão transitória
- 1993 Consulado-Geral em Barcelona, Cônsul Adjunto, Encarregado
- 1994 Embaixada em Dacar, Encarregado de Negócios, em missão transitória
- 1996 Consulado em Ciudad Guayana, Cônsul
- 1997 Conselheiro, por merecimento, em 24 de dezembro
- 1999 Prêmio Jabuti, Câmara Brasileira do Livro
- 1999 Embaixada em Santiago, Conselheiro, Encarregado de Negócios
- 2003 Grupo Técnico Preparatório da Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do Mercosul, Bolívia e Chile, em Assunção, Chefe de delegação
- 2003 CAE - IRBr, A projeção internacional do Chile: condicionamentos políticos internos. Implicações para a atuação diplomática do Brasil
- 2003 Ministério da Assistência Social, Chefe da Assessoria Internacional
- 2003 Divisão da Europa-I, Chefe
- 2003 Real Ordem Norueguesa do Mérito, Noruega, Oficial
- 2003 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 18 de dezembro
- 2004 Divisão da África-II, Chefe



DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

REPÚBLICA DE BOTSUANA



PERFIL GEOGRÁFICO

Nome Oficial	República de Botsuana
População	1,8 milhão de habitantes (est. 2006)
Território	600.370 km ²
Capital	Gaborone (187.000 habitantes)
Clima	Semi-árido no Norte, árido no Sul (região dominada pelo deserto do Kalahari, que ocupa 85% do território). Sujeito a secas severas.
Terreno	Planícies e planaltos baixos. Ponto de menor altitude: junção dos rios Limpopo e Shashe, 513 metros. Ponto de maior altitude: Serra Tsodilo, 1.489 metros.
Fronteiras	Com a Namíbia, a Oeste e Norte; com a Zâmbia, ao Norte; com o Zimbábue, ao Nordeste; com a África do Sul, a Leste e Sul.

PERFIL SOCIAL

Língua	Inglês e setswana
Expectativa de vida	32,2 anos
Principais grupos étnicos	Tsuana (ou setsuana) 79%, kalanga 11%, basarua 3%, outros, incluindo kgalagadi e brancos 7%
Analfabetismo	20,02% (estimativa 2003)
Religião	Religiões locais (85%), cristãos (15%)
IDH	131º lugar – 0,565 (2005)
População abaixo da linha de pobreza	47% (est. 2002)

RELAÇÕES BRASIL-BOTSUANA

As relações entre os dois países intensificaram-se aceleradamente a partir de 2004, quando foram renovados os movimentos de aproximação bilateral que iriam culminar com as visitas oficiais do Presidente Festus Mogae ao Brasil, no dia 26 de julho de 2005, e do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Botsuana, no dia 11 de fevereiro de 2006. A aproximação recebeu novo impulso em dois momentos subseqüentes: o convite especial formulado pelo Presidente do Brasil ao seu homólogo botsuanês, para participar da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, em julho de 2006, e a visita oficial ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Botsuana, Mompati Merafhe, no dia 18 de agosto último.

A intensificação dos laços bilaterais teve início em agosto de 2004, com a visita a Brasília do então Secretário-Geral ("Permanent Secretary") do Ministério de Assuntos Estrangeiros de Botsuana. Em reciprocidade a essa visita, o Brasil enviou missão diplomática de consultas bilaterais a Gaborone, em março do ano passado. Nessa oportunidade, foi submetido, à Chancelaria botsuanesa, projeto brasileiro de Acordo bilateral de Cooperação Técnica.

Em 27 de junho de 2005, o Subsecretário Político para África, Ásia, Oceania e Oriente Médio do Itamaraty foi enviado a Gaborone, como portador de carta do Senhor Presidente da República a seu homólogo botsuanês, a respeito da candidatura brasileira a assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Nos dias 8 e 9 de maio de 2006, o Embaixador do Brasil em Pretoria, cumulativo com Botsuana, fez visita de trabalho a Gaborone, para passar em revista o estado das relações bilaterais. Foi recebido pelo próprio Presidente Festus Mogae, além do Chanceler Mompati Merafhe. Um dos principais assuntos da pauta foi a decisão brasileira de abrir Embaixada residente naquela capital.

Dentre os documentos bilaterais já assinados, destacam-se o Acordo Básico de Cooperação Técnica, assinado em julho de 2005, o Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica na Área de HIV/AIDS e o Memorando de Entendimento sobre Esporte, ambos assinados em fevereiro de 2006, o Memorando de Entendimento na área de pesquisa agrícola, assinado entre a EMBRAPA e o Ministério da Agricultura de Botsuana, em agosto de 2006, e o Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e de Serviço, também em agosto.

É notório o excelente nível das relações políticas, como se depreende do apoio ostensivo que Botsuana tem dado ao pleito brasileiro por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

As relações empresariais tendem a aumentar, em razão da crescente capacidade de Botsuana de atrair investimentos estrangeiros. Foram organizados dois seminários voltados para empresários do Brasil e de Botsuana – o primeiro, em Gaborone, na véspera da visita do Presidente Lula, e o segundo em São Paulo, dois dias antes da visita do Chanceler Mompati Merafhe a Brasília.

POLÍTICA INTERNA

Botsuana é uma república parlamentar. O Presidente da República é eleito pela Assembléia Nacional, dentre candidaturas lançadas pelos parlamentares. O Chefe de Estado acumula funções com as de Chefe de Governo.

O Parlamento é bicameral. A Assembléia Nacional tem 61 assentos, sendo 57 eleitos pelo voto direto e quatro designados pelo Partido majoritário. O mandato é de cinco anos, com possibilidade de uma reeleição.

A outra casa parlamentar exerce funções marcadamente simbólicas. Trata-se da *House of Chiefs*, composta de 15 membros, dos quais oito são chefes das principais tribos, quatro subchefes eleitos e três outros escolhidos pelos doze primeiros. O conselho é convocado quando são debatidas normas sobre assuntos tribais ou costumes tradicionais, embora haja previsão constitucional de pelo menos uma reunião anual.

Em caso de impedimento do Presidente, a constituição prevê a assunção imediata do Vice-Presidente, até as eleições seguintes.

O primeiro governo de Botsuana foi formado pelo Partido Democrático de Botsuana (*Botswana Democratic Party – BDP*), nas eleições de 1965, ano em que o país alcançou a autonomia política que precedeu a sua total independência do Reino Unido. O BDP tem mantido o poder desde então, nos sete pleitos que se sucederam. O primeiro Presidente eleito, Sir Seretse Khama, ocupou o cargo de 1966 até sua morte, em 1980, quando foi sucedido pelo então Vice-Presidente, Sir Ketumile "Quett" Masire. Masire deixou a Chefia de Governo em 1998, quando assumiu o atual Presidente, Festus Gontebanye Mogae. O atual Vice-Presidente e Presidente da Assembléia Nacional, Seretse Ian Khama, designado por Mogae e seu provável sucessor, é filho de Sir Seretse Khama.

Os partidos de oposição, a Frente Nacional de Botsuana (*Botswana National Front*) e o Partido do Congresso de Botsuana (*Botswana Congress Party*) completam o quadro partidário com representação no Congresso.

Nas últimas eleições, realizadas em outubro de 2004, o BDP conquistou 44 dos 57 assentos disputados. O Presidente escolhido, Festus Mogae, herdou uma situação política e social mais agitada do que a habitual, em razão de protestos trabalhistas contra as privatizações, o elevado nível de desemprego e o fortalecimento da oposição política.

Desde sua ascensão à Chefia do Estado botsuanês, entretanto, Mogae vem dando prosseguimento, com êxito, às políticas de seus predecessores. Entre os conceitos mais empregados para descrever sua gestão estão o pragmatismo econômico, a moderação e a tolerância políticas e um notável sentido de responsabilidade na gestão da coisa pública. No trato dos temas internacionais, o Governo Mogae tem assumido postura discreta, que se poderia descrever como de "neutralidade ativa" em relação aos conflitos internos e transfronteiriços que afligem a região.

ECONOMIA

A economia de Botsuana está centrada na produção de diamantes, que responde por 33% do PIB e aproximadamente 50% de todos os rendimentos em moeda forte. Essa indústria, somada a um eficiente gerenciamento governamental das contas internas, contribuiu para os altos índices de crescimento que têm caracterizado os anos pós-independência. A média de crescimento do PIB nas três últimas décadas é de 7% ao ano.

A vitória do BNP e a reeleição de Festus Mogae, em outubro de 2004, consolidaram a situação de estabilidade democrática e o projeto econômico de austeridade fiscal e

diversificação do setor produtivo, com vistas a evitar a excessiva dependência da extração e exportação de diamantes.

As autoridades procuram estimular programas de diversificação das atividades econômicas, mediante notório esforço de atrair investimentos estrangeiros diretos para o setor de serviços (especialmente o financeiro) e para o manufatureiro, além de apoiar iniciativas de desenvolvimento do setor privado, especialmente na indústria do turismo.

A agricultura, particularmente a pecuária, ainda provê a subsistência de cerca de 80% da população, embora muitos produtos alimentícios consumidos em Botsuana sejam importados. Os principais produtos agrícolas são milho, sorgo, algodão e amendoim. As secas periódicas afetam consideravelmente a agricultura local, obrigando o Governo a manter onerosos programas de distribuição de alimentos à população. Tradicionalmente, muitos homens de Botsuana trabalham em minas e fazendas na vizinha África do Sul, mas, pouco a pouco, essa fonte de emprego está diminuindo.

Ressalte-se, contudo, que, segundo dados oficiais, o desemprego atinge cerca de 20% da população economicamente ativa, embora analistas privados estimem esse índice em 40%. Quase metade da população botsuanesa (47%) vive abaixo da linha de pobreza. O Governo, em nível federal, para-estatal e local, tornou-se o maior empregador do país, representando 45% do emprego formal.

Por outro lado, merece destaque o elevado grau de confiabilidade internacional de que goza o país. Existe pouca evidência de corrupção em Botsuana. De acordo com o Índice de Corrupção divulgado em outubro de 2005 pela "Transparência Internacional", Botsuana figura como o país menos corrupto do continente africano, com a taxa de 5,9/10; a Tunísia foi classificada em segundo lugar (4,9/10) e a África do Sul, em terceiro (4,5/10). Ademais, de acordo com o relatório de avaliação de risco político divulgado em dezembro de 2005 pela agência francesa *Risques Internationaux* (RI), Bostuana situa-se no nível A1 (risco muito baixo), o que lhe confere a melhor situação no continente africano.

No que diz respeito ao comércio exterior, 76% das importações são provenientes da SACU (sobretudo da África do Sul) e 81% das exportações são destinadas ao Reino Unido (60%) e demais países da Europa (21%). Os principais produtos importados, por grupo, são: máquinas e equipamentos (20%), alimentos e bebidas em geral (14%), veículos (12%), plásticos e produtos químicos (10%).

Não existem restrições ou controles cambiais, que foram abolidos em 1999. Lucros, dividendos e capital podem ser repatriados livremente.

POLÍTICA EXTERNA

Botsuana integra diversos organismos internacionais, além de ser membro fundador da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) e da SACU (União Aduaneira da África Meridional). Esta última promove a integração física e comercial entre seus integrantes, que negociam, em conjunto, a partir de uma tarifa externa comum, acordos comerciais internacionais. Atualmente, a SACU mantém tratativas com o MERCOSUL e os Estados Unidos, com vistas à criação de áreas de livre comércio. Botsuana também mantém acordos comerciais bilaterais com Zimbábue e Zâmbia.

A Força de Defesa de Botsuana (BDF) tem participado de diversas operações humanitárias e de manutenção da paz no continente africano, com destaque para sua atuação passada no Lesoto, na Somália e em Moçambique.

Na segunda semana de março de 2003, o Presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, fez visita de Estado a Botsuana, na qual, pela primeira vez na história do país, um Presidente estrangeiro discursou no Parlamento. Ambos os países desfrutam de excelentes relações bilaterais, com ênfase na cooperação econômica e técnica. A rede de comunicações e transportes, que inclui rodovia pavimentada entre as duas capitais, assegura fluidez no tráfego de pessoas e mercadorias.

Em 10 de julho de 2003, o Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, fez visita oficial a Botsuana, em seu primeiro péríodo à África.

Entre os dias 3 e 6 abril de 2004, o Presidente Mogae cumpriu visita de Estado à Etiópia.

No período entre 24 e 27 de outubro de 2005, o Presidente Festus Mogae fez sua primeira visita de Estado à África do Sul. Foram assinados acordos de cooperação nas áreas de agricultura e pecuária, operações de busca e resgate aéreo, cultura e esportes.

Botsuana estabeleceu uma comissão com a Namíbia para resolver as pequenas disputas fronteiriças residuais ao longo da Faixa de Caprivi, incluindo os mangues de Situngu, no Rio Linyanti. O Presidente Mogae fez visita de trabalho a Windhoek, Namíbia, no dia 18 de novembro de 2005.

A crise econômica do vizinho Zimbábue tem contribuído, nos últimos anos, para o aumento da imigração ilegal para Botsuana. Começaram também a surgir focos de febre aftosa trazidos pelos rebanhos que atravessam a fronteira. Com o objetivo de tentar controlar essas situações, o Governo botsuanês decidiu levantar, em 2005, uma cerca eletrificada ao longo dos 500km de fronteira. A cerca foi erguida, mas sua eletrificação foi descartada pelo Governo botsuanês em julho de 2006.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-BOTSUANA (US\$ FOB)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Exportações Brasileiras	3.421.624	534.693	142.995	628.295	2.308.864	659.152	1.581.220	2.189.284
Importações Brasileiras	4.878	4.179	203.038	37	459	0	16.201	21
Saldo	3.416.746	530.514	-60.043	628.258	2.308.405	659.152	1.565.019	2.189.263
Total do Comércio	3.426.502	538.872	346.033	628.332	2.309.323	659.152	1.597.421	2.189.305

Fonte: MDIC/SECEX/Sistema Alice

Aviso nº 1.213 – C. Civil

Em 13 de outubro de 2006

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor João Inácio Oswald Padilha, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Botsuana.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado-Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – A matéria lida vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – A Presidência comunica ao Plenário que, de acordo com as normas constantes da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2003 (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica aberto, a partir desta data, o prazo para interposição de recurso, por um décimo dos representantes de cada Casa, por cinco dias úteis, para que seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional o **Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2006 – CN**, tendo em vista publicação em avulso, nesta data, do parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Os recursos serão recebidos na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46, DE 2006

Acrescenta o art. 174-A à Constituição Federal, para fixar os princípios constitutivos das agências reguladoras, e altera o art. 168, para impedir que tais agências sofram contingenciamento de verbas ou atrasos nas liberações de recursos orçamentários.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao tato constitucional:

Art. 1º O Capítulo II do Título VII da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte art. 174-A:

Art. 174-A. A atividade regulatória será realizada por agências reguladoras dotadas de quadro próprio de pessoal e regida pelos seguintes princípios:

I – independência funcional e administrativa, podendo propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus quadros e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas e títulos, política regulatória e os planos de carreira;

III – transparência e impensoalidade no processo decisório;

IV – estabilidade dos atos e das regras regulatórias;

V – notória capacitação técnica para funções de direção em agência;

VI – quarentena mínima de 5 anos em relação a emprego no Executivo e na iniciativa privada para integrantes de cargos de direção.

Parágrafo único. Cada agência reguladora elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 2º O art. 168 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 168. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e das agências reguladoras, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º (NR)

Art. 3º Esta Emenda à Constituição entra em vigor no ano fiscal seguinte à data de sua publicação.

Justificação

Em 1990 realizou-se profunda revisão no papel do Estado na economia brasileira, com a quebra e privatização de monopólios públicos e a criação das agências reguladoras. Infelizmente as agências foram criadas como autarquias vinculadas aos Ministérios, dependentes de repasses de verbas do Poder Executivo. Tal modelo contrariava a experiência pioneira dos Estados Unidos da América, cujas agências reguladoras são financeiramente independentes do Executivo e prestam contas somente ao Legislativo.

As deficiências do modelo brasileiro de regulação logo se fizeram notar. A limitação financeira das agê-

cias reguladoras passou a ser feita a nível dos ministérios. Dados sobre a execução orçamentária mostram que as agências foram, durante o último biênio, vítimas contumazes do contingenciamento de verbas. Como resultado da escassez de recursos, muitas agências têm orçamentos minguados e corpos técnicos desfalcados. Notícias jornalísticas relatam ostensivas interferências do Executivo no trabalho regulatório.

Em face desse quadro desalentador, estamos propondo a constitucionalização da independência administrativa e financeira das agências reguladoras.

Entendemos que, a partir de uma alteração da Carta Magna, podemos impor nova mentalidade de operação. A alteração do art. 168 da Constituição é uma vedação adicional ao infame contingenciamento de verbas.

Ao tomar as agências reguladoras financeiramente autônomas e determinar que prestem contas e submetam seus orçamentos ao Legislativo, estamos aproximando o modelo regulador brasileiro do modelo americano, que é o mais antigo e o mais bem-sucedido do mundo.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 2006.
– Senador Teotonio Vilela Filho.

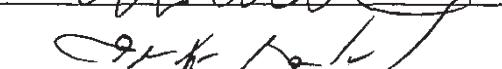
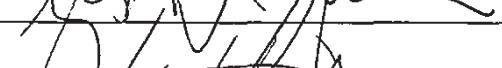
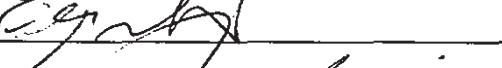
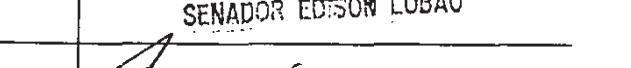
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 46 , DE 2006.

Acrescenta o art. 174-A à Constituição Federal, para fixar os princípios constitutivos das agências reguladoras, e altera o art. 168, para impedir que tais agências sofram contingenciamento de verbas ou atrasos nas liberações de recursos orçamentários.

ASSINATURA	NOME
	Teotonio Vilela Filho
	Arthur Virgilio
	Lucia Vanni
	Jefferson Freitas
	Romeu Tuma
	Lázaro Ondina
	Antônio L. de Souza
	Leonor Quintanilha
	Alvaro Dias
	Heráclito Fortes
	Primo Amorim
	Luciano Cunha
	Lúcio Barreto
	Geraldo Mesquita Jr.
	Juarez Soárez
	Leonel Ferreira

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 40, DE 2006.

Acrescenta o art. 174-A à Constituição Federal, para fixar os princípios constitutivos das agências reguladoras, e altera o art. 168, para impedir que tais agências sofram contingenciamento de verbas ou atrasos nas liberações de recursos orçamentários.

ASSINATURA	NOME
	Jonas PINHEIRO
	Antonio Carlos Valadares
	EDUARDO ALGCDODO
	Valdir RAUPP
	Gilberto NERI NERI
	José Agripino
	Senador EDISON LOBÃO
	
	(ALMEIDA LIMA)
	(MARCO MACIEL)

Legislação Atualizada

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 52 de 08 de março de 2006

Título VII Da Ordem Econômica e Financeira

Capítulo I Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

§ 1º A lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento.

§ 2º A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.

► § 3º O Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros.

► § 4º As cooperativas a que se refere o parágrafo anterior terão prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis, nas áreas onde estejam atuando, e naquelas fixadas de acordo com o art. 21, XXV, na forma da lei.

Título VI Da Tributação e do Orçamento

Capítulo II Das Finanças Públicas

Seção II Dos Orçamentos

Art. 168. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º.

Histórico de Alterações do Artigo

EMC-045 de 08/12/2004

Dispositivo	Texto Anterior	Alteração
	<p>Art. 168. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º.</p>	<p>Art. 168. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º.</p>

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

Aviso nº 132 /GM-MDIC

Brasília, 19 de outubro de 2006

Senhor Presidente,

Venho informar a Vossa Excelência sobre novas providências adotadas por este Ministério acerca do Ofício SF nº 1.635/2006, datado de 11 de setembro de 2006, que encaminha o Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Sobre o assunto encaminho, em anexo, o Memorando nº 899/SECEX solicitando prorrogação do prazo conforme Nota Técnica nº 599/DECEX/2006 anexa.

Informo também que deferi a prorrogação do prazo solicitado pelo Senhor Secretário de Comércio Exterior em 60 dias, conforme cópia do meu despacho que segue anexo.

Atenciosamente, **Luiz Fernando Furlan**, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Processo nº 52020.002972/2006-06

Referente: Ofício SF nº 1.635/2006 do Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, encaminhando o Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Despacho

Ao Secretário de Comércio Exterior

1. Defiro o pedido de prorrogação do prazo anteriormente estipulado em atendimento ao Memorando nº 899/SECEX com base nos argumentos da Nota Técnica DECEX/2006/599, passando o prazo final de 22 de outubro para 21 de dezembro do presente ano.

Brasília, de outubro de 2006. – **Luiz Fernando Furlan**, Ministro do Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

MEMORANDO Nº 899/SECEX

Brasília, 16 de outubro de 2006

Ao Senhor José Luiz Motta de Avellar Azeredo

Assessor Especial do Ministro (Coordenador da Assessoria Parlamentar)

Assunto: Relatório – CPMI dos Correios.

Faço referência ao Despacho do Senhor Ministro de Estado, que determinou que, no prazo de 30 dias, o Departamento de Operações de Comércio Exterior (DECEX), desta Secretaria, realize junto com a Secretaria da Receita Federal (SRF) e com o Departamento de Aviação Civil (DAC), exame da ocorrência de possíveis superfaturamentos na importação de partes e peças realizadas pela empresa Skymaster Airlines Ltda. junto a Skytrade Intl Entrepises, a fim de apresentar relatório conclusivo a ser enviado ao Senado Federal.

2. Sobre o assunto, conforme exposto na anexa Nota Técnica DECEX-2006/599, de 13 de outubro de 2006, o Decex solicita a dilação de 60 dias no prazo originalmente fixado pelo Senhor Ministro de Estado para a consecução do relatório, tendo em vista o cronograma de reuniões agendadas com a Secretaria da Receita Federal (SRF) e com o Departamento de Aviação Civil (DAC), e considerando, ainda, o substancial volume de documentos a serem compulsados e compilados (cerca de 1.507 Declarações de Importação).

Atenciosamente, **Armando de Mello Meziat**, Secretário de Comércio Exterior.

DECEX-2006/599

Rio de Janeiro (RJ), 13-10-2006

Nota Técnica: Recomendação do Senado Federal – CPMI dos Correios – Skymaster Airlines Ltda – Dossiê nº 55020.002972/2006-06

Senhor Secretário de Comércio Exterior,

Refiro-me ao Despacho do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de 22-9-2006, que, em alusão ao Ofício SF nº 1.635/2006, de 11-9-2006, determina que, no prazo de 30 (trinta) dias, o Departamento de Operações de Comércio Exterior faça gestões junto a Secretaria da Receita Federal e ao Departamento de Aviação Civil, a fim de realizar exame da ocorrência de possíveis superfaturamentos na importação de partes e peças realizadas pela empresa Skymaster Airlines Ltda., junto a **Skytade Intl Entrepises Inc**,

apresentando relatório conclusivo a ser enviado ao Senado Federal.

2. A esse respeito, cumpre-me informar à V. S^a que foram agendadas, para o início da próxima semana, as primeiras reuniões de trabalho com representantes da Secretaria da Receita Federal – SRF (DIANA/RJ) e do Departamento de Aviação Civil – DAC (COTAC/RJ), oportunidades em que, com a cooperação daqueles órgãos, será estabelecido o melhor “modus operandi” para o tratamento das informações coletadas, objetivando o atendimento pleno da recomendação apostila fls. 656 (Volume I), do Relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (CPMI dos Correios).

3. A propósito da coleta de informações, levantamento parcial levado a efeito por este Departamento, abrangendo o período de dezembro/2002 a abril/2005, apurou a existência de 1.507 (um mil quinhentas e sete), Declarações de Importação na conformação de que se trata, ressaltando-se que cada Declaração de Importação pode amparar, e não raro ampara, mais de um tipo de mercadoria.

4. Isto em vista, considerando o cronograma de reuniões agendadas com a SRF e o DAC, bem como considerando o substancial volume de documentos a serem compulsados e compilados, parece-me adequado solicitar a V. S^a que requeira ao Senhor Ministro desta Pasta a dilação de 60 (sessenta) dias no prazo originalmente por ele fixado para a consecução do relatório requerido.

5. Adicionalmente, permito-me sugerir que, em cumprimento ao que determina o art. 2º da Lei nº 10.001, de 4-9-2000, as providências até então adotadas sejam informadas ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal.

Departamento de Operações de Comércio Exterior. – **Arthur Jorge de Jesus Pimentel**, Diretor.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – O expediente lido, juntado ao processado do Requerimento nº 3, de 2005 – CN (CPMI dos Correios), vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 813/2006/GSIPR/CH

Brasília, 16 de outubro 2006

Assunto: Relatório de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Senhor Presidente,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência em resposta ao Ofício SF nº 1.645/2006, de 11 de setembro de 2006, versando sobre recomendação à Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, constante do Relatório Final nº 3, de 2006 CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 3, de 2005, do Congresso Nacional, destinada a investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

2. Com relação ao assunto, como é do conhecimento de Vossa Excelência, a Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências, estabelece em seu Artigo 6º, que o controle e fiscalização externos da atividade de inteligência serão exercidos pelo Poder Legislativo na forma a ser estabelecida em ato do Congresso Nacional.

3. Desse modo, apresento a Vossa Excelência a necessidade da consequente Comissão Mista de Controle da Atividade de Inteligência – CCAI, ser formalmente regulamentada por ato do Congresso Nacional, o que poderia contribuir, com certeza, para a melhoria do acompanhamento preconizado no Relatório em questão.

Respeitosamente, **Jorge Armando Felix**, Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – O expediente lido, juntado ao processado do Requerimento nº 3, de 2005 – CN (CPMI dos Correios), vai à publicação.

Envie-se cópia do expediente ao Presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Nr. nº 173

Tóquio, 4 de outubro de 2006

Senhor Presidente do Senado,

Acuso o recebimento e agradeço pelo envio, em anexo à correspondência OF. SF nº 1.688/2006, de 14 de setembro de 2006, do exemplar do Relatório Final nº 4 da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a “apurar os crimes e outros delitos penais e

civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior".

2. Congratulo-me com Vossa Excelência pelo abrangente e equilibrado relato sobre as condições em que vivem os mais de 300 mil brasileiros que residem e trabalham neste País. Registro, com satisfação, que as linhas de ação adotadas por esta Embaixada na proteção dos nacionais aqui residentes estão em total consonância com as recomendações relativas ao Japão emanadas pela Comissão.

Cordialmente, **André Amado**, Embaixador.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – O ofício lido, juntado ao processado do Requerimento nº 2, de 2005 – CN (CPMI da Emigração Ilegal), vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 896/PGJ/GAB

Palmas, 27 de setembro de 2006

Senhor Senador,

Registrarmos o recebimento do OF. SF nº 1.797, datado de 19-9-2006, através do qual nos encaminha exemplar do "Relatório Final nº 5 de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra".

Agradecemos à atenção, apresentando protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente, **José Demóstenes de Abreu**, Procurador-Geral de Justiça.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – O ofício lido, juntado ao processado do Requerimento nº 13, de 2003 – CN (CPMI da Terra), vai à publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Senador Roberto Saturnino, por cessão, pelo tempo que entender necessário ao seu pronunciamento. Logo após, como orador inscrito, falará o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, grande Senadora Heloísa Helena, Presidente desta sessão. Sr^{as}s e Srs. Senadores, a partir do ano que vem – do ano próximo –, com mais disponibilidade de tempo, pretendo desenvolver um estudo de natureza política, embora não seja acadêmico, mas um estudo sobre um fenômeno político brasileiro da segunda metade do século passado, que eu conheci muito bem e com o qual me confrontei durante muito tempo,

que foi o fenômeno do udenismo, que era a ideologia professada por um grupo de políticos brasileiros, quase todos filiados à UDN, a União Democrática Nacional – daí a denominação, udenismo –; políticos entre os quais figuraram representantes e homens públicos da maior envergadura, que deram uma contribuição muito positiva e importante para o desenvolvimento da vida política do Brasil. Basta citar Milton Campos, Afonso Arinos, especialmente os udenistas de Minas, mas também Prado Kelly, que era do Rio de Janeiro. Enfim, um conjunto de lideranças políticas da maior envergadura que se confrontou sempre continuamente com as forças da coligação PSD, PTB, PCB, os comunistas, e que manteve o governo durante um período longo, na segunda metade do século passado.

Nós, que pertencíamos ao outro lado e nos confrontávamos com a UDN, classificávamos o pensamento udenista em cinco dimensões principais: o pensamento privatista, o pensamento entreguista, o pensamento elitista, o pensamento moralista e, finalmente, é preciso citar a quinta dimensão, a dimensão golpista. Esse grupo, efetivamente, tentou por várias vezes, derrotado nas urnas, ganhar o poder pelo golpe, até que, na derrubada de João Goulart, conseguiram, não totalmente, mas, em grande parte, o seu intento.

Mas, Sr^a Presidente, é claro que o quadro mudou, a situação mudou, o próprio desenvolvimentismo, que se confrontava com o udenismo no passado, também mudou. Entretanto, certas linhas e características permanecem tal qual no tempo da UDN, hoje incorporadas pelo neoliberalismo, pelo grupo que faz uma oposição mais forte e substancial ao Governo atual. Há outros grupos também que não se enquadram no neoliberalismo e que também se opõem ao Governo Lula.

Vou recordar o que significava, na época, a ideologia udenista que, como eu disse, tem muito a ver com a ideologia neoliberal, à qual nos opúnhamos de uma forma que, em alguns momentos, chegou a um grau de tensão efetivamente muito grande. Os udenistas eram privatistas. O que quer dizer isso? Quer dizer que sempre viam como um fator negativo o Estado intervir na economia. Para eles, a iniciativa privada sempre fazia melhor que o Estado e não havia razão para o Estado intervir em matéria econômica porque era supérfluo e era desperdício. Essa mesma linha de raciocínio considerava o Estado gastador, desperdiçador e apontava esses gastos excessivos do Estado como sendo uma das principais causas do processo inflacionário que sufocou, que angustiou o Brasil e os brasileiros durante muito tempo.

Nós nos opúnhamos a esse pensamento, a esse vetor ideológico, mas hoje reconhecemos que alguma razão eles tinham, por exemplo, no policiamento

do excesso de gastos, na própria realimentação do processo inflacionário, um dos males terríveis que afligiram a Nação, o povo brasileiro durante todo o século passado. Hoje reconhecemos certos aspectos que têm que ser considerados, mas continuamos nos opondo a esse pensamento, na medida em que nós desenvolvimentistas pensamos que o desenvolvimento é um propósito do Estado, uma política pública, uma missão, juntamente com outras como, por exemplo, justiça, defesa etc., que os neoliberais reconhecem. O processo de desenvolvimento é planejado, desencadeado, orientado e supervisionado pelo Estado em parceria com a iniciativa privada.

Essa idéia de que o Estado faz sempre mal e a iniciativa privada faz sempre bem nós não aceitamos. Mas isso persiste na idéia neoliberal de hoje. Era um dos vetores principais do udenismo, no passado, e que persiste, caracterizando o pensamento neoliberal de hoje, oposto a nós, ao Governo Lula, enfim, ao que nós representamos como força política.

A segunda característica era o chamado entreguismo. O que era isso? Era a afirmação feita por eles, sempre, continuamente, de que o Brasil era um País que não tinha capital, que era preciso se desenvolver com o capital estrangeiro, que era preciso fazer concessões e estímulos ao capital estrangeiro para atraí-lo e reforçar com a poupança externa nossa escassa poupança, e que devíamos imitar os grandes países capitalistas do mundo, especialmente os Estados Unidos da América. Devíamos, enfim, ter como baliza: o que era bom para os Estados Unidos era bom para o Brasil. Essa foi uma frase que ficou célebre, antológica, do grande udenista Juracy Magalhães, o chefe da UDN baiana. Juracy dizia “o que é bom para os Estados Unidos é para o Brasil”. Não importa o que seja. O que importa é que nós, brasileiros, devíamos sempre imitar, seguir os passos dos Estados Unidos da América e receber, de muito bom grado, abrindo as facilidades necessárias, o capital norte-americano para o nosso desenvolvimento.

Essa característica também persiste até hoje, na medida em que os neoliberais de hoje querem ver sempre a política externa brasileira como uma política de natureza populista, porque fica procurando integração com países pobres, países da América do Sul, países da Ásia, quando devia aliar-se aos países ricos, porque lá é que está o dinheiro, o grande mercado. Para eles, o Mercosul não tem sentido nenhum – aliás, está acabando –; o importante é retomar as negociações da Alca. Enfim, filiar-se à corrente que, no passado, chamaríamos de entreguista, na medida em que eles não reconheciam possibilidades de o Brasil desenvolver-se com recursos próprios e estavam sempre a admitir a

possibilidade de entrega de nossos recursos naturais, de nossa economia, de modo geral.

Outra característica do pensamento udenista, naquele momento histórico do Brasil, era o elitismo. O que era o elitismo? A UDN era um Partido que tinha algumas bases rurais importantes – por exemplo, a base de Minas Gerais –, mas era um Partido extraordinariamente forte nas classes médias urbanas, dos grandes centros brasileiros. Ali estava a força da UDN. E esse pensamento de classe média foi sempre um pensamento moldado pelo elitismo, no sentido de que, pelo pensamento deles, o País deveria ser dirigido, governado, pelas elites, isto é, por pessoas que tivessem conhecimento, que tivessem grau superior, que tivessem, enfim, consciência plena e plenamente desenvolvida sobre as necessidades do País, sobre problemas que afligem a população. Nunca se poderia pensar num Presidente da República que não tivesse curso superior. Isso era absolutamente impensável. Mas não era só isso, era a idéia de que as elites e as classes médias e médias superiores deveriam dirigir o País; não só o Executivo, mas também o Legislativo. E faziam uma crítica muito pesada aos trabalhistas e aos comunistas que desenvolviam atividades políticas junto à classe trabalhadora e que traziam para o Congresso e para determinados postos do Executivo os representantes da classe trabalhadora.

Essa era uma característica udenista que também está presente hoje entre os neoliberais. Freqüentemente flagramos um pronunciamento, um modo de dizer, ou uma afirmação, por parte da Oposição ao Presidente Lula, de que o que está faltando é conhecimento, é cultura, é nível de educação aos dirigentes atuais do País.

Esse elitismo está presente inclusive no pensamento segundo o qual a maioria, a massa do povo, não sabe votar e se deixa iludir, fazendo escolhas erradas, e que pode ou não se arrepender, mas a Nação é que sofre. Assim, essa ideologia elitista, própria da UDN, dos udenistas, no passado, está presente hoje entre os neoliberais, aqueles que atacam, que criticam o Governo do Presidente Lula exatamente pela suposta falta de conhecimento, por aquilo que eles consideram falta de conhecimento ou de nível cultural.

Eles exerceram um papel importante, tendo em vista que, com esse pensamento, valorizaram a educação, o chamamento à educação, o esforço, o investimento na educação. Esse é um mérito que devemos reconhecer que veio exatamente dessa visão, que era elitista, mas que tinha uma abertura importante, positiva, porque dava prioridade à educação, tema que em muitos momentos dos Governos PSD/PTB não mereceu a devida prioridade. E o País, hoje, sofre as

consequências dessa desatenção dos governos desenvolvimentistas do passado em relação à questão da educação.

A quarta vertente era o moralismo. O que é o moralismo? É a visão de que em todo lugar há corrupção, tudo é corrupção. E o grande mal do País não era a desigualdade de renda, não era a falta, por exemplo, de investimentos em infra-estrutura, não era a falta de abertura de novos mercados para possibilitar a expansão econômica do País; o mal do País era a corrupção. Resolvido o problema da corrupção, o País progrediria e implantaria um regime de justiça social.

Essa visão, que nós chamávamos de visão moralista e que combatímos, não enxergava, nunca enxergou e até hoje não enxerga a moralidade do atacado. Ela via sempre os episódios do varejo, mas não a grande imoralidade deste País, que é a desigualdade social, a injustiça estrutural que está no nosso quadro social e econômico. Essa imoralidade o moralismo udenista não via, não enxergava, assim como o moralismo neoliberal de hoje também não enxerga; fica insistindo no combate à corrupção – que teve o seu efeito positivo, à medida que abriu as possibilidades, os mecanismos e os instrumentos de apuração dos atos de corrupção, com a consequente punição ou repressão, o que não acontecia no passado. No passado, reclamava-se da corrupção, mas ela nunca era apurada, porque o governo, de uma forma ou de outra, sempre tinha meios de impedir que essa apuração fosse levada a efeito, e as acusações ficavam sem nenhuma possibilidade de comprovação.

Isso também mudou. Ninguém esconde mais nada neste País. Hoje temos uma imprensa desenvolvida e há consciência da população acerca da importância de se combater a corrupção, sim, de evitar esses atos ilícitos dentro do Governo e, inclusive, do Parlamento, o que é inédito. Nunca aconteceu no Parlamento brasileiro uma punição de Parlamentar por ato de corrupção. Aconteceu com o velho Barreto Pinto porque ele deu uma entrevista indecorosa, mas não punição por atos de corrupção.

Então, esse aspecto também evoluiu. O moralismo udenista produziu o seu fruto e hoje temos que reconhecer a sua importância. Porém, trata-se de uma característica que ainda atinge os neoliberais, que é a incapacidade de ver a grande imoralidade do País que é a injustiça social, a desigualdade na distribuição dos frutos do trabalho de todos, como se o fruto devesse ir para uma minoria cada vez mais estreita de brasileiros porque são eles os capazes, os competentes, e os outros devem ficar mesmo excluídos. Alega-se que isso é natural, é parte do processo de seleção natural, conforme a lei darwinista, enfim, mas todos esses

argumentos no fundo escondem uma enorme, gigantesca e profunda imoralidade da nossa sociedade, a qual nós, os “neodesenvolvimentistas” enxergamos. Refiro-me ao desenvolvimentismo com justiça social, que é a característica, a principal nota de destaque, de definição, de distinção do Governo Lula; a eleição como prioridade da questão social, da injustiça estrutural, que é a grande imoralidade deste País e que os neoliberais, assim como os udenistas do passado, não enxergam.

Finalmente, o udenismo se caracteriza – além dos vetores já citados, que são privatismo, entreguismo, elitismo e moralismo – pelo golpismo. Efetivamente, não me refiro a todos. É claro que Milton Campos nunca defendeu a idéia de um golpe, como Afonso Arinos, como as grandes cabeças. Entretanto, o corpo da UDN vivia a tentar: conseguiu derrubar Getúlio Vargas, como tentou derrubar Juscelino por várias vezes, como acabou derrubando Jango e chamando a ditadura militar, porque não conseguiam ganhar a eleição. Só conseguiram vencer as eleições uma vez, em toda a história do século passado, que foi com Jânio Quadros, que não era, no fundo, um udenista – não professava ideologia nenhuma, era um homem individualista que tinha um oportunismo levado às últimas consequências –, mas foi apanhado, lançado pela UDN, e houve a conquista do Poder pela primeira vez.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Afora esse caso, era sempre a derrota eleitoral e o recurso ao golpe, a alguma forma de golpe.

Não quero crer que hoje esse espírito esteja presente no neoliberalismo. Estou fazendo certa analogia, caso a caso, mas quero excluir dos neoliberais de hoje esta quinta dimensão do udenismo, que era o golpismo, não obstante ouvir falar e ler nos jornais sobre esse tal terceiro turno, que não sei direito o que é, mas que tem certa conotação golpista. Não quero crer que isso faça parte do ideário neoliberal, porque este é muito respeitador da regra democrática, isto é, dos valores democráticos por inteiro.

Ouço o Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Roberto Saturnino, vou entrar de gaiato nesse seu discurso. Não sou neoliberal nem fui udenista. Sobre udenismo, creio que o Senador Antonio Carlos Magalhães é quem pode discutir. Infelizmente, quando me tornei eleitor, já não existia a UDN, e também não sou neoliberal.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Desculpe. Na minha apreciação, no meu juízo, V. Ex^a é um neoliberal, pelos pronunciamentos que tem

feito, atacando a política externa, atacando o excesso de gastos do Governo, querendo reduzir o Estado, atacando a falta de cultura do Governo. Portanto, vejo em V. Ex^a uma característica neoliberal. V. Ex^a pode divergir, não se sentir como tal. Aliás, não é demérito nenhum, não há nenhuma intenção pejorativa nessa caracterização.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – De maneira nenhuma. Tire o “neo” e deixe-me só com o “liberal”. Não quero também chamá-lo de “neopetista”, não fica bem. Agora, V. Ex^a fala em golpismo, e aí põe uma argamassa num passado recente, quando o atual Partido de V. Ex^a pregava golpe, dizendo: “Fora! *Impeachment* já!” Isso era tentativa de golpe. Mas quero falar com V. Ex^a, porque é coerente, de fatos práticos e que o Brasil acompanha. Esperava que V. Ex^a viesse hoje, nesta tarde, protestar contra o crescimento da Vale do Rio Doce, que está se tornando a segunda maior empresa siderúrgica do mundo, tudo por conta da privatização. Eu esperava que V. Ex^a viesse fazer um discurso aqui contra a Vale. Vim preparado para discutir esse processo de privatização, tão combatido por V. Ex^a e pelo Partido de V. Ex^a, embora seu Partido combata e privatize. Agora, tem o seguinte: ninguém do PT hoje comemora aqui a vitória da Vale, que está crescendo apesar do PT. O PT é inimigo da Vale, o PT não queria a Vale privatizada, queria a Vale dando prejuízo; o PT não queria a Vale pagando imposto ao Estado, não queria a Vale dominando o mercado internacional. Portanto, não sou neoliberal nem ex-udenista. Sobre udenista, neste recinto, há os que possam falar. Agora, em matéria de golpismo, ninguém tem mais *know-how* para falar do que o Partido que hoje abriga – acho até que para honra dele – V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Senador Heráclito, quanto à questão do golpismo, fiz a referência de que não se aplicava aquela vertente, aquela dimensão udenista aos neoliberais de hoje. Por conseguinte, não vou comentar essa parte do discurso de V. Ex^a. Também não consegui ver onde estava o golpismo do PT. Na verdade, eu não era do PT naquele tempo, mas não consegui enxergar golpismo.

Mas não é isso que quero discutir; quero discutir a Vale, sim, porque ela foi uma empresa formada pelo Estado, desenvolvida pelo Estado, feita uma grande empresa, uma multinacional pelo Estado brasileiro e pela competência dos servidores estatais da Vale do Rio Doce. Ela foi comprada, “oportunisticamente”, a um preço vil e com financiamento de dinheiro público, numa operação com a qual não concordamos e com que jamais concordaremos, porque acreditamos que uma das grandes imoralidades cometida neste País foi a venda da Vale por aquele preço. Mas, por causa

disso, vamos ficar contra o crescimento da Vale? Em absoluto. Que a Vale cresça cada vez mais e traga para o Brasil os benefícios desse crescimento. Vamos bater palmas, vamos elogiar, mas não vamos aceitar nunca aquela operação de privatização, porque a Vale foi fruto do esforço brasileiro e do esforço do Estado brasileiro, dentro de uma visão desenvolvimentista, que foi o que caracterizou aqueles Governos de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek e o curto período de João Goulart, que, infelizmente, foi golpeado. O fato é que não há como deixar de fazer essa distinção.

Participei das lides políticas desde os anos 50 e me lembro bem do que foi a oposição, o udenismo, o desenvolvimentismo daquela época, que muito se parece – não é igual, porque há vetores novos, há dimensões novas – com a oposição de hoje dos neoliberais, com o desenvolvimentismo social distributivista, porque a grande distinção e a grande característica do Governo Lula é exatamente enfrentar o problema da concentração de renda, esse problema imoral e vergonhoso do nosso País, que o coloca como campeão das desigualdades sociais, campeão da injustiça social no mundo todo.

Então, é importante, como valor histórico, vir aqui para rememorar o que foram as batalhas parlamentares, o que foram as batalhas eleitorais; que razões, que argumentos, que grandes pronunciamentos foram feitos e destacados naquele momento histórico brasileiro, extremamente fértil. Não vamos nos esquecer que o Brasil, naquele tempo, foi o campeão de crescimento econômico. Nenhum Japão do mundo, nenhuma Coréia, nenhum Tigre Asiático cresceu o que o Brasil cresceu durante aquele final da segunda metade do século XX até os anos 80, quando o País se embargou na questão inflacionária e não conseguiu mais resolver o problema.

Coincidentemente, o mundo, naquele momento, também caminhou para o neoliberalismo com a derrocada da União Soviética, que fazia o contraponto das tensões mundiais durante o pós-guerra. Mas é sempre útil buscarmos na história os veios que ligam a situação de hoje àquela situação que produziu o Brasil no qual todos acreditavam. Os brasileiros ficaram orgulhosos do Brasil e este País mostrou ao mundo do que era capaz com o esforço próprio, com um planejamento bem sucedido, com investimentos muito importantes do Estado, como foi o caso da Vale do Rio Doce. Esses investimentos foram extremamente importantes e estratégicos e deram o resultado que deu, colocando o Brasil numa posição de destaque mundial.

Agora estamos numa outra fase, onde a prioridade passou a ser reduzir no Brasil esse coeficiente de desigualdade, dar um mínimo de estabilidade à

sociedade brasileira. Sem isso, iremos enfrentar conflitos cada vez maiores, tensões cada vez maiores, que não vão dar em revolução nenhuma, porque não se faz mais revolução, porém vai dar nesse processo de confrontamento e de esgarçadura social que resulta em banditismo, em criminalidade e insegurança em cada uma das nossas grandes cidades. Não que a insegurança seja fruto da pobreza, mas ela é fruto, sim, da desigualdade, do sentimento de desigualdade, do sentimento de injustiça, do sentimento de desrespeito à idéia moral de uma sociedade justa e do fundamento ético da sociedade que é a justiça social e a justiça econômica.

Essa, então, passou a ser a prioridade, que está sendo enfrentada neste momento e a população está reconhecendo. O povo brasileiro tem o sentido histórico. O povo brasileiro não perdeu essa sensibilidade histórica que esteve presente naqueles momentos do passado, aos quais estou me referindo, e que continua presente, quando ele manifesta sua preferência por uma orientação política, por uma força política capaz de detectar o que é mais importante para a sociedade, para a paz interna, para a harmonia da sociedade brasileira e para um crescimento harmônico, sustentado num quadro de justiça social capaz de mobilizar toda a sociedade para o esforço de desenvolvimento.

Sra Presidente, este era o recado que eu queria dar hoje. Agradeço muito a V. Ex^a pela benevolência. E prometo a mim mesmo fazer um estudo, quando eu tiver mais tempo, sobre o que foi esse período histórico do desenvolvimentismo brasileiro, onde o udenismo figurou com grandes expressões, que merecem figurar no panteão da política nacional, fazendo o contraponto à grande arrancada desenvolvimentista que foi aquele período em que o Brasil foi o melhor do mundo em termos econômicos. Não o foi em termos sociais porque descuidou da distribuição da renda.

Era o que eu tinha a dizer, Sra Presidente, no dia de hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna pelo tempo que entender necessário ao seu pronunciamento.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sra Presidente, Srs e Sras. Senadores, ocupo, há doze anos, o cargo de Senador nesta Casa e tenho visto, nesses doze anos, uma evolução da nossa Casa.

São 81 Senadores. Alguns chegam aqui quase se colocando na posição de príncipes da República; outros chegam com mais humildade e mais imbuídos dos trabalhos difíceis que temos de enfrentar no dia

a dia, porque são muitos os planos, e é muito difícil implementá-los.

Quem vem da área privada, como eu, choca-se um pouco com a velocidade diferente da engrenagem na área legislativa. Para mim, ainda havia um agravante. Vim sem ter a experiência de ter sido Vereador, Prefeito, Deputado Estadual, Deputado Federal ou Governador. Vim direto para o Senado.

Não posso deixar de afirmar que a adaptação foi difícil. Eu saía de uma área – duas empresas – em que eu dizia para as coisas serem de um jeito, e tudo ocorria na hora e no momento. Aqui, relatávamos ou elaborávamos uma lei, cujo trâmite demorava enormemente.

Tudo é compartilhado. As matérias passam por muitas áreas. Mesmo assim, nesses doze anos, fui Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e da Comissão de Assuntos Econômicos – a mais importante do Senado – e Presidente, por duas vezes, da Comissão de Fiscalização, Ministro de Estado, Líder do PMDB e Líder da Maioria.

Por que não fazer esta afirmação? De repente, a minha vida era política, política e política. Aí vem a turbulência desse caso todo de acusações, as quais eu não entendia por que estavam ocorrendo, porque eu não tinha relação com aquilo.

Senadora Heloísa Helena, por 150 dias, só ouvi acusações, sem direito à defesa. Quando as acusações ficaram claras, quando se concretizaram, num relatório – lê-se à página 17 –, “não há sequer indícios”, “não há sequer indícios”, mas, à página 18, havia “mas o sistema que estamos vivendo é um sistema que está em decadência, está em decomposição; é preciso exemplificar”, aí se pedia a pena máxima.

O mais interessante, razão por que estou ocupando hoje esta tribuna, é que, durante esse período, eu recebi reações as mais diversas no Senado; muita solidariedade, muita. Algumas pessoas ficaram com o “pé atrás”. Será que é verdade? Será que não é verdade? Mas me surpreendeu a solidariedade de muitos Senadores com quem eu nem tinha maiores ligações.

Hoje pela manhã, pela terceira vez, eu recebi telefonema de um deles, evangélico, só para dizer: “Senador Ney, estou lhe ligando que eu queria orar com o senhor”. Eu sou católico, e ele, evangélico – e ele o sabe. Mas, pela terceira vez, ele liga sem ter outro assunto a não ser o de pedir a Deus, de orar.

Isso me comoveu muito e mostrou para nós, pessoas que vivemos numa realidade fria, dura, enfrentando problemas, enfrentando adversidades, enfrentando assuntos que gostaríamos de resolver de imediato, como o da violência, como o da pobreza, como o da

saúde – que não são fáceis –, que há pessoas ainda preocupadas com o próximo.

Senadora Heloísa Helena, sei que V. Ex^a é uma pessoa religiosa, mas me tocou profundamente esse fato, principalmente quando, juntamente com a oração que pedia para eu repetir, ele disse: “Vamos também pedir pela família Vedoin”. Aí, ele citou uma passagem da Bíblia que me deixou assim perplexo. Ele disse: “Quando os judeus foram libertos do Egito, Deus disse que iria endurecer o coração de Faraó para que ele pudesse ver a glória de Deus derrotando o exército”, e houve aquela passagem do Mar Vermelho.

Depois que terminou a oração, eu disse: “Olha, amigo, fico muito sensibilizado, mas fiquei perplexo de vê-lo fazer uma oração para essas pessoas”. Ele dizia: “Não, nós precisamos fazer. Nós precisamos fazer, porque isso tudo são ensinamentos que nós passamos”.

E fiquei matutando nisso até hoje, o dia todo, razão pela qual estou ocupando a tribuna para dizer que realmente não há mal que não venha para um bem. Começamos a ver outras dimensões. Nós políticos, que vivemos os dias todos envolvidos com política, com todas as nuances, com essas catracas da política, com todos esses problemas, vamos ficando pessoas chatas, porque não temos outro assunto que não política. De repente, vemos que há um mundo muito mais amplo, que precisa de atenção em outras vertentes.

É exatamente sobre este assunto que quero falar da tribuna: precisamos olhar não só pelo lado da política. As pessoas em nosso País precisam ser vistas não como números, mas como pessoas que precisam ter cuidado de uma outra ordem, cuidados com outras nuances.

Eu conversava há pouco com outro Senador e falava das necessidades do nosso Nordeste. Para o nosso Nordeste, quando chega época de eleição, aparecem todas as soluções; se analisam todos os problemas, todas as soluções são elencadas, são revistas e, imediatamente, vão ser todos solucionados em curíssimo prazo. Acabou-se a eleição, começa a morosidade das tomadas de decisão, até porque existe uma relação de prioridades que são espécies de “escolhas de Sofia”.

Há dias fui obrigado a relatar um projeto de autoria de V. Ex^a, que retirava, Senadora Heloísa Helena, o teto de gasto dos hospitais, principalmente os universitários. Analisei o projeto com muita tristeza, porque V. Ex^a estava coberta de razão. Realmente, seria bom se pudéssemos permitir que os hospitais, principalmente os universitários, pudesssem gastar tudo o que precisassem. Mas as prioridades não o permitem, o

planejamento não o permite, e, por essa razão, tive de ser contrário ao pedido de V. Ex^a.

Como me doeu a alma ver que um País pujante como o nosso não pode deixar o teto livre para um hospital universitário, porque a nossa área de saúde não tem os recursos – ou gasta os recursos de modo indevido – para atender, inclusive, a área de ensino.

São por nuances como essa que devemos deixar o lado político mais de lado e procurar ver, com pragmatismo, quais são as áreas prioritárias que não podemos deixar de atender.

Ocupo hoje a tribuna desta Casa para dizer da minha gratidão aos companheiros que mostraram toda a sua solidariedade e, inclusive, a sua indignação ao ver que podemos, de uma hora para outra, ser massacrados por 150 dias, sem direito à defesa.

Tratava-se de um assunto que me trouxe vários conhecimentos. Eu não entendia o que estava se passando e falava sobre o caso para minha equipe de campanha. Um sociólogo disse-me: “Senador, o senhor está vivendo um fenômeno que, em Sociologia, chamamos de agenda sete”. Eu dizia: “Não entendo o que quer dizer agenda sete”. Disse-me ele que, da mesma forma que existe a escala Richter para medir tremores de terra, na área sociológica, quando há um tumulto sociológico, quando uma sociedade se revolta, a medição é feita em agendas.

Por exemplo, quando a França venceu a Primeira Guerra Mundial e a Alemanha foi derrotada, a sociedade alemã viveu uma agenda sete, uma revolta tal, que fez surgir Hitler. Quanto ao caso Watergate, Nixon ganhou, mas a revolta da sociedade americana foi tanta que ele teve de renunciar. Agenda sete. Quando aconteceu o caso dos “mensaleiros”, esperava-se a cassação de 25, mas foram cassados três. A imprensa, porta-voz da sociedade, imediatamente entrou numa agenda sete. Para meu azar, eu era a figura de maior destaque no caso seguinte e passei a viver uma agenda sete. Nem adiantava eu dizer que não estava envolvido, porque não havia respostas. Chegaram a ponto de dizerem coisas que nunca se passaram. Disseram que um genro meu havia recebido dinheiro. Tenho três filhos homens solteiros. Não tenho genro algum. Mas a imprensa dizia o que queria.

Aproxima-se o dia nove, quando será realizada a votação. Minha licença do cargo de Líder da Maioria e Líder do PMDB acabou. Eu devia assumir o cargo, mas não quero fazê-lo enquanto não houver o julgamento. Se o julgamento for favorável a mim, volto a assumir a Liderança; se for contrário, renuncio a Liderança.

Quero deixar isso bem claro para mostrar o que penso e como ajo e que, para mim foi realmente um fato

inusitado, mas, como Jó, aguardo os desígnios de Deus, que, com certeza, sabe muito mais do que nós.

Ao finalizar, mais uma vez, agradeço a esse companheiro que, entre tantos outros, teve o carinho de sempre me ligar para fazer orações e me dar o conforto espiritual.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Ney Suassuna.

Embora considere insuportável quem está na Presidência dialogar com o orador inscrito, antes de conceder a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, faço um breve reparo.

Senador Ney Suassuna, quem lhe deu a orientação sobre o meu projeto é um neoliberal irresponsável do ponto de vista fiscal, orçamentário, social, administrativo, financeiro e contábil. Infelizmente, há muitos neoliberais no Governo Lula e imitam o governo passado.

Não quero que os hospitais universitários gastem o quanto quiserem, mas desejo algo absolutamente correto: que o hospital universitário receba pelo procedimento feito. Atualmente se o hospital universitário atender cem pacientes, receberá por cinqüenta ou por quarenta pacientes. A única coisa que quero é a adequação do pagamento pelo procedimento feito e não o que acontece hoje. Para a rede conveniada, para a rede privada, o atual Governo repete o que fez o anterior: dá tudo o que querem, entretanto, o setor público deve ater-se ao teto.

Quem orientou V. Ex^a no Ministério do Planejamento, não sei se foi o Ministro, um assessor, quem quer que seja, é irresponsável, não entende de saúde, portanto, não está planejando nada.

Ele não sabe, não conhece o projeto ou não conhece a área de saúde e orientou V. Ex^a de forma indevida.

O que eu quero é que o hospital público receba pelo procedimento feito e não que o hospital privado receba pelo procedimento feito, como acontece hoje, reprimindo a demanda, porque pode reprimir-la. O hospital público não pode, porque em hospitais públicos, como o Hospital de Base, o Hospital Universitário, o paciente pobre tem que ser atendido quando está à porta. O hospital público tem que atender: coloca no corredor, numa maca, no chão, num colchão velho, cobre com jornal, não zela sequer pela privacidade, porque tem que atender. Então, se ele receber por todos os procedimentos que forem feitos, por todos os pacientes que forem atendidos, com certeza, a gestão pública será absolutamente viável, sobrará dinheiro para investir na alta complexidade e investir em outros procedimentos.

Então, tenha certeza de que enganaram V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, se V. Ex^a colocar com tanta clareza, como está me falando aqui, agora, isso no papel – ainda não foi votado no Plenário –, nós podemos pedir para que o projeto volte ao Plenário, e eu modifício até o meu voto. Mas precisava ter essa clareza. V. Ex^a concordará porque ela está pedindo só a liberação do teto. E, por esta razão, não foi... Então, por gentileza, bote isso com clareza, que nós podemos consertar, se for da forma como V. Ex^a está expondo.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Colocarei.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Tem a palavra V. Ex^a pela ordem.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, eu gostaria também de dar uma breve palavra. Por acaso, eu estava presente e votei com o relatório do Senador Ney Suassuna porque achei também que era uma liberação geral para investimentos, para qualquer tipo de despesa. Se tivesse uma redação explicitando que era para pagar os procedimentos feitos, eu teria... Então, acho que ainda há tempo para se corrigir isso, porque o entendimento nosso foi errado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Pois, tenha certeza, Senador Roberto Saturnino, que na justificação está tudo isso feito. O problema é que há uma invenção de estabelecer tetos para determinados setores.

Todavia, quando o teto financeiro é estabelecido e como o setor público não pode reprimir demanda – não deve, pois seria injusto, abominável que o fizesse –, ele passa a atender e não recebe pelo procedimento feito. Então, quando eu digo hospital universitário é por uma razão específica, mas deveria ser para todo o setor público da área de saúde.

Agradeço a V. Ex^as.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Desculpe-me, Senador Antonio Carlos Magalhães. V. Ex^a tinha pedido a palavra pela ordem antecipadamente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – São dois assuntos. Em primeiro lugar, sei que o Senado anda

devagar, e V. Ex^a sabe disso até mais do que eu. Mas acredito que estejamos em outubro, já passamos o mês de setembro, e eu fiquei com uma preocupação mental enorme, porque 24 de setembro é aniversário de um filho meu e eu pensei que não havia falado com meu filho. Então fiquei preocupado. Peço a V. Ex^a que, por favor, mande consertar isso.

O segundo assunto diz respeito ao Senador Roberto Saturnino. Eu não concordo com o discurso do Senador Roberto Saturnino, mas não quis aparteá-lo para evitar um debate sobre coisas do passado, meu e dele, porque já somos dessa época da UDN, da Câmara dos Deputados. Não concordo; entretanto, respeito a opinião dele. Quero ver o livro de V. Ex^a para, então, discutir melhor.

Mas, por favor, me ponha aí outubro, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Será que no dia 24 de setembro já tinha tido aquele debate da Globo? A única frustração que tenho quanto ao primeiro turno é que o atual Presidente não tenha ido lá para debater comigo na Globo.

Já vou providenciar a correção, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, por permuta comigo.

V. Ex^a tem a palavra pelo tempo que entender necessário ao seu pronunciamento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, este é o meu primeiro pronunciamento após as eleições do dia primeiro de outubro. Estou até meio desfônico de tanto discurso, de tanto comício, de tanta reunião, mas quero falar hoje, Sr^a Presidente, para fazer uma análise das eleições no meu Estado.

É o Estado com o menor eleitorado e que, por isso mesmo, tem sido desprezado pelos candidatos. Basta dizer que o candidato Lula não foi lá, nem quando foi eleito a primeira vez e assumiu, nem durante os quatro anos na Presidência, nem agora na campanha. V. Ex^a esteve lá, da mesma forma que esteve lá o candidato Geraldo Alckmin. É importante fazermos uma análise.

Quando eu ouço, por exemplo, em manifestações recentes, o atual Presidente dizer que quer desenvolver o Norte, que quer acabar com essas desigualdades regionais, sinto uma indignação muito grande, porque no Estado de Roraima o dinheiro federal aplicado durante o Governo Lula resultaram de emendas parlamentares. Portanto, nada partiu da iniciativa do Poder Executivo, não há uma obra do Governo Lula no meu Estado, que é menos desenvolvido, mais ao extremo-

norte do País. Mesmo assim, tem merecido isso: foi o Governo que realmente mais virou as costas para o meu Estado e para a Região Norte como um todo. Vê-se, pela propaganda que faz, que é tão pequeno o que ele fez pela Região Norte diante da grandeza dela, que é lamentável que, ainda assim, ele tenha recebido votos em alguns Estados daquela região.

Mas quero aqui comentar, com satisfação, a votação que o meu povo de Roraima me deu nas urnas. V. Ex^a acompanhou aqui o meu trabalho, lutando, dando “n” sugestões ao Presidente Lula quanto à questão da demarcação da reserva Raposa Serra do Sol; depois, aqui, reivindicando a instalação das áreas de livre comércio de dois municípios fronteiriços, Bonfim e Pacaraima; reivindicando também a importação da gasolina e do diesel da Venezuela, uma vez que, mesmo pagando todos impostos, teríamos esses combustíveis em Boa Vista pela metade do preço. E nunca conseguimos alcançar nosso objetivo, apesar de mostrarmos isso com muita clareza e com todas as nossas forças.

Penso que o povo entendeu que o Presidente Lula realmente não dá bola para um eleitorado pequeno. E ele só esqueceu que cada eleitor de Roraima pode conquistar mais quatro em outros Estados. Eu mesmo tenho parentes que moram no Pará, em número superior a sete, e pedi aos sete que votassem contra o Presidente Lula, pelo tratamento que ele deu ao meu Estado.

Portanto, se cada um dos eleitores de Roraima fizer isso, poderemos fazer uma grande diferença.

Que números vimos sair das urnas? Lula, 26,15% – vejam bem, ainda foi muito para quem fez todas essas maldades e não foi ao Estado; Alckmin, 59,73%. V. Ex^a, Sr^a Presidente, que esteve lá, digamos, andando a pé pelo Estado, obteve 11,66%. Conversando com V. Ex^a antes, pediu-me que transmitisse ao povo de Roraima os agradecimentos pelo carinho com que foi recebida.

Se somarmos a votação de Geraldo Alckmin com a de V. Ex^a, veremos que o povo de Roraima deu mais de 70% de votos contra o Presidente Lula. Ele deve entender essa mensagem, caso seja reeleito – o que espero não aconteça. Mas se acontecer, que ele comece a olhar os Estados de maneira federativa, de maneira menos ideológica, menos ligada a um viés em que resolveu engessar a Amazônia, paralisá-la. Aí está o projeto de gestão de florestas; está caminhando uma idéia de se autorizar exploração de reservas minerais em terra indígena por conglomerados internacionais, já levantando todo o débito do DNPM. Com essa análise da votação para Presidente da República, nós concluímos que o povo de Roraima é realmente sábio

porque não somente deu essa resposta ao Presidente Lula, como também reelegeu Ottomar Pinto, que foi Governador quando Roraima ainda era Território. Ele preparou as bases do Território para transformá-lo em Estado; veio para cá como Constituinte – ele, a esposa, o ex-Deputado Chagas Duarte e eu trabalhamos para que na Constituinte constasse a transformação de Roraima e Amapá em Estados. Foi assim feito. E o Governador Ottomar foi eleito o primeiro Governador de Roraima. Preparou o Estado para avançar dentro desta nova realidade. Assumiu este Governo que se encerra em dezembro pela metade, porque um resultado favoreceu temporariamente seu concorrente, que depois teve o mandato cassado pelo TSE. Pois bem, ele assumiu pela metade e foi reeleito agora com 62,40% dos votos; portanto, com uma vitória inquestionável, enquanto o seu opositor, líder do Governo Lula, teve 30,64% dos votos. O Governador Ottomar teve 62,40% e o seu opositor, líder do Governo Lula, para quem Lula pediu voto, teve apenas 30,64% dos votos. Nesse caso também, o povo de Roraima soube claramente escolher o melhor! E decidiu em favor de quem tem experiência, de quem tem competência e de quem tem capacidade para administrar o Estado e, sobretudo, quem é honesto.

Agora quero comentar a eleição para Senador. Uma vaga só, e eu, candidato à reeleição. Toda reeleição é complicada, principalmente para um mandato longo como o de Senador, de oito anos.

O Senador não é executivo, portanto, o povo não vê o que o Senador faz; é até mais complicado do que reeleição para Deputado Federal. Depois de oito anos, reelegêr-se é muito difícil, muito difícil mesmo. Fui Deputado Federal, fui reeleito Deputado Federal; vi a dificuldade de ser reeleito Deputado Federal. Vi agora a dificuldade de ser reeleito Senador, e ser reeleito, enfrentando uma ex-prefeita – ela renunciou na metade do mandato – que já tinha sido prefeita por dez anos da Capital do Estado, que responde por 66% do eleitorado e com um trabalho intensivo de mídia e de *marketing*. Portanto, começamos, vamos dizer assim, a disputa, ela com 60% e eu com algo em torno de 20%. Os meus amigos mais íntimos me aconselhavam a não enfrentá-la, a me eleger Deputado Federal ou até articular ser vice-Governador. Mas resolvi enfrentar porque acredito que é possível, neste País, se fazer política de maneira honesta, se fazer política de maneira séria, se fazer campanha sem usar milhões de reais para se eleger.

Sou médico e aprendi a confiar nos seres humanos. Aprendi, como diz o Alckmin, a lidar com gente, a tratar de gente. Por isso mesmo, com essa coragem, fui para a batalha, com o apoio do Governador – quero

aqui frisar –, que foi um companheiro que, politicamente, me deu o respaldo indispensável à minha eleição, a dos Deputados Federais e dos Deputados Estaduais da nossa coligação. Esse trabalho foi crescendo, crescendo, e o que antes era 20% contra 60% inverteu-se, ao final da eleição, em 55,29% para mim e 42,10% para a minha adversária, que é esposa do líder do Governo Lula, para quem o Presidente Lula gravou mensagem pedindo voto. Então eu me sinto duplamente honrado. Primeiro, pelo reconhecimento do meu povo de Roraima; segundo, pelo apoio de todas as pessoas com liderança, com mandato ou sem mandato. E o entendimento de que efetivamente Roraima é um Estado pequeno, mas não é burro; é pequeno, mas tem que ser respeitado. Assim, demos essa resposta.

Espero merecer a confiança que me foi renovada pelo povo de Roraima. Vou lutar, como lutei nesses oito anos, para que a Amazônia seja olhada de maneira diferente, que não seja ditado de fora do Brasil o que se deve fazer na Amazônia; que não seja considerada a Amazônia apenas o quintal dos Estados Unidos. Não se pode esquecer que milhões de pessoas moram lá; que nós somos os brasileiros que guardamos as fronteiras desta Pátria lá na Amazônia. Vou continuar nesta luta, vou continuar brigando por justiça; vou brigar principalmente para que sejam eliminadas as desigualdades regionais de fato e não só na conversa. Tenho projetos importantes nesse sentido que já foram aprovados no Senado e que estão na Câmara dos Deputados.

Eu me sentiria frustrado se não continuasse no Senado, e esses projetos serem perdidos no meio do caminho.

Quero também comentar a eleição dos Deputados Federais. A nossa Bancada Federal é, segundo a Constituição, das menores – como outros Estados: são oito Deputados Federais. Dos oito, a nossa coligação elegeu cinco Deputados Federais; deixamos de fazer o sexto por muito pouco. Portanto, fizemos uma campanha consagradora e não fizemos nada de especial, a não ser dizer a verdade, mostrar para a população o que realmente acontecia, o que está acontecendo e como age o Governo Lula com o nosso Estado. Com isso, tivemos, por exemplo, a eleição do ex-Governador Neudo Campos, que foi o mais votado para Deputado Federal; do jornalista Márcio Junqueira, que teve uma rádio e uma televisão, em que ele trabalhava e era um dos associados, tomadas pelo irmão da ex-prefeita que concorreu ao Senado; foi reeleito o Deputado Luciano Castro; foi reeleito o Deputado Chico Rodrigues; e eleito o Deputado Estadual Urzenir Rocha, que é médico, portanto um homem que tem bastante experiência em

lidar com pessoas e que também como político já se notabilizou como Deputado Estadual.

Sra Presidente, Srs e Srs. Senadores, como diz o ditado popular, hoje eu me sinto de alma lavada e enxaguada.

A nossa população chegava a pensar: será que Roraima vai continuar sendo o quintal de Brasília, como acontecia na época em que era Território Federal, quando o Ministério do Interior dizia quem ia ser o Governador e quais programas seriam desenvolvidos naquela região? De repente, ficamos diante de um quadro em que, das três cadeiras do Senado, duas seriam ocupadas por um casal, mas o povo disse não. Isso me deixa muito feliz como roraimense, como homem que nasceu ali, e disposto a lutar ainda mais por Roraima, pela Amazônia e pelo Brasil.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Como bem disse V. Ex^a, tive uma votação expressiva em Roraima, o que muito me honra. Deixo aqui meu profundo agradecimento ao povo do Estado de V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Antes de conceder a palavra a V. Ex^a pela ordem, Senador Arthur Virgílio, quero registrar, por solicitação do Senador Valdir Raupp, a presença dos Professores e Acadêmicos da Faculdade de Direito de Porto Velho, que são muito bem-vindos à Casa. Destaco a presença do Professor Raduan Miguel Filho, da Professora Edina de Azevedo Klein, da Acadêmica Marisete Ramos da Silva Grillo e de todos os demais Acadêmicos. Espero que eles consigam fazer do Direito algo muito precioso e especial para a vida pública nacional.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, pela ordem, rapidamente, antes do próximo orador inscrito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pois não, Sr^a Presidente.

Encaminho à Mesa três requerimentos de informação, de que quero dar conhecimento à Casa. O primeiro solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre a participação do Sr. Expedito Veloso, ex-diretor do Banco do Brasil, no Conselho Fiscal ou no Conselho de Administração de empresas estatais, bem como de empresas que tenham participação do Governo. O Sr. Expedito Veloso é aquele já famoso cidadão, que obteve notoriedade no episódio do falso dossiê, naquela mancomunação com a máfia dos Ve-

doim e aquela história de um dossiê que visava incriminar de maneira fraudulenta o Governador eleito de São Paulo, José Serra, e que é alguém da proximidade desse Governo.

Eu pergunto: ele ocupa atualmente algum cargo no Conselho Fiscal ou no Conselho de Administração de empresas estatais ou de empresas que tenham participação do Governo? Em caso afirmativo, indicar as empresas, os cargos ocupados, data da posse, remuneração etc.

Outro requerimento solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre o uso indevido de carro oficial.

Eu faço perguntas bastante cêndidas a ele. A primeira é: o senhor já ressarciu ao Erário pelo uso de carro oficial para participar de ato político pró-reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ocorrido no último dia 23 de outubro, em Catanduva, São Paulo? Aí eu pergunto uma coisa mais ingênua ainda. Eu pergunto se ele sabe que o uso indevido do patrimônio público configura desvio de finalidade. E terceiro, ainda na linha da minha proverbial inocência, eu pergunto se ele sabe que como Ministro ele não pode participar de eventos eleitorais, principalmente fazendo uso de carro oficial.

Finalmente, Sr^a Presidente, o terceiro requerimento solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre a existência de propostas do Governo tornando possível para o consumidor a portabilidade do crédito consignado. A primeira pergunta é: existe no âmbito dessa Pasta proposta tornando possível para o consumidor a portabilidade do crédito consignado? Segunda: se a proposta constituiria um benefício para o consumidor, por que ela ainda não foi consignada? E terceira: o Banco BMG continuaria sendo privilegiado nessa modalidade de crédito?

Eu me baseio em matéria da revista **Exame** e trago perguntas que eu imagino que as autoridades, se forem de boa-fé, não terão nenhuma dificuldade em responder. Eu duvido um pouco da boa-fé, mas se tiverem boa-fé respondem. Como não sei se devo acreditar na boa-fé delas, penso que fica esse jogo de empurra em que nós fazemos o requerimento, e ele se perde nos escaninhos mais tortuosos da tramitação burocrática que acabam protegendo todos esses malfeitos.

São três requerimentos que visam, como uma posição construtiva, a colaborar para que o Governo se saia de tantas encalacradas, ele que é mestre em se enfiar nelas da cabeça aos pés.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento Interno.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado. Agradeço a V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Embora saibamos todos nós, que, só quando os Legislativos não se respeitam e se tornam medíocres anexos arquitetônicos dos interesses medíocres dos Palácios e dos Executivos é que, realmente, os requerimentos se perdem e, juntamente, o Congresso se desmoraliza.

Agradeço, então, a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.065, DE 2006

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre o uso indevido do carro oficial.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento informações sobre o uso indevido do carro oficial:

1) O Sr. já ressarciu o erário pelo uso do carro oficial para participar de ato político pró-reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ocorrido no último dia 23 de outubro em Catanduva, São Paulo?

2) O Sr. sabe que o uso indevido do patrimônio público configura desvio de finalidade?

3) O Sr. sabe que como ministro não pode participar de eventos eleitorais principalmente fazendo uso do carro oficial?

Justificação

O jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição **on-line** de 23 de outubro do corrente, publicou matéria informando que o Ministro da Agricultura, Luís Carlos Guedes Pinto, participou na manhã desse mesmo dia 23 de outubro, de ato político pró-reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Catanduva (SP) e que o ministro teria utilizado como transporte um veículo oficial de sua Pasta.

O ministro se locomoveu para o evento em um automóvel Ômega, de Brasília (DF), utilizado pela Superintendência da Agricultura do Ministério em São Paulo.

A prática pode ferir a Lei nº 9.504/97, que rege a atual eleição. Segundo o inciso I do artigo 73 da lei, “são proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais: ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária”.

Assim, as informações que ora requeiro são de fundamental importância para que se tenha o devido esclarecimento sobre as denúncias publicadas pela edição **on-line** do jornal **O Estado de S. Paulo** de 23 de outubro deste ano.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.066, DE 2006

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre a participação do Sr. Expedito Veloso, ex-diretor do Banco do Brasil, nos Conselhos Fiscal ou de Administração de empresas estatais, bem como de empresas que tenham participação do governo.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda, informações sobre a participação do Sr. Expedito Veloso, ex-diretor do Banco do Brasil, nos Conselhos Fiscal ou de Administração de empresas estatais, bem como de que tenham participação do governo:

1. O Sr. Expedito Veloso, ex-diretor do Banco do Brasil, ocupa, atualmente, algum cargo nos Conselhos Fiscal ou de Administração de empresas estatais ou de empresas que tenham participação do governo?

2. Em caso afirmativo, indicar as empresas, os cargos ocupados, as datas de sua posse e a remuneração correspondente aos cargos ocupados.

Justificação

A revista **Exame**, em sua edição de 25 de outubro do corrente, publicou nota mostrando que o Sr. Expedito Veloso, ex-diretor do Banco do Brasil, ocupou,

até o último dia 2 de outubro, o cargo de conselheiro da distribuidora paulista de energia, por indicação da Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil.

O presente requerimento tem como objetivo esclarecer se o Sr. Expedito Veloso, envolvido no escândalo da compra de um dossiê com a finalidade de prejudicar a campanha eleitoral de candidatos tucanos, ainda ocupa algum cargo de conselheiro em empresas estatais ou em empresas que tenham a participação do governo.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.067, DE 2006

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre a existência de proposta do governo tornando possível para o consumidor a portabilidade do crédito consignado.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda, informações sobre a existência de proposta do governo permitindo ao consumidor a portabilidade do crédito consignado:

1. Existe, no âmbito dessa Pasta, proposta tornando possível para o consumidor a portabilidade do crédito consignado?

2. Se a proposta constituiria um benefício para o consumidor, por que ela ainda não foi implementada?

3. O banco BMG continua sendo privilegiado nessa modalidade de crédito?

Justificação

A revista Exame, em sua edição de 25 de outubro do corrente, publicou matéria intitulada “Um benefício para o BMG”, informando que o governo anunciou que iria apresentar um pacote de medidas para reduzir o custo do crédito. No entanto, na última hora, o pacote foi apresentado sem contemplar o crédito consignado. Ainda segundo a matéria, “Envolvido até a medula no escândalo do mensalão, o BMG foi o primeiro banco privado a operar o crédito consignado para aposentados – privilégio que permanece inexplicado até hoje, mas que ajudou a instituição”.

A matéria traz declarações que afirmam que, se a portabilidade tivesse sido aprovada, os clientes poderiam ter trocado suas dívidas por outras com juros mais baixos.

Assim, o presente requerimento visa a buscar informações sobre a intenção do governo de viabilizar ou não essa troca, que beneficiaria inúmeros consumidores, tomadores de empréstimos no mercado bancário.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães, por permuta com o Senador Rodolpho Tourinho, que, em seguida, terá a palavra.

Posteriormente, concederei a palavra ao Senador César Borges.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente Heloísa Helena, Srªs e Srs. Senadores, não é de hoje que peço esclarecimentos sobre o Lulinha, filho do Presidente da República, no caso da Telemar. Talvez, se esses esclarecimentos tivessem vindo na época própria, não estivéssemos hoje sobressaltados, principalmente o Governo, com a reportagem perfeita da revista **Veja**, feita por um jornalista que é um modelo, um exemplo de quem faz o jornalismo investigativo, Alexandre Oltramari. O título é: “Por que não pode todo mundo ser Ronaldinho?” Esse assunto só surgiu porque foi ventilado numa entrevista da **Folha de S.Paulo**, quando o Presidente teve a oportunidade de esclarecer o assunto e não deu qualquer esclarecimento, dizendo apenas que se ele tiver de ser punido, que o seja. Evidentemente, o Presidente apontou para o Ministério Público brasileiro no sentido de apontar o seu filho para ser investigado.

Nunca desejei investigar o filho do Lula, mas sempre reclamei aqui que ele tinha a obrigação de explicar por que entrou para a Telemar, por intermédio de uma empresa que tinha R\$10 mil de capital e que logo recebeu R\$2 milhões, depois R\$5 milhões, e depois, ao final, R\$15 milhões para a Gamecorp, empresa dele e dos seus amigos correligionários de Campinas.

A reportagem é maravilhosa. Diz o Presidente da República: “Se alguém souber de alguma coisa

que meu filho tenha cometido de errado, é simples: o meu filho está subordinado à mesma Constituição a que eu estou".

Como nós sabemos, queremos o cumprimento da Constituição em relação ao filho do Presidente da República. Não se pede nada demais; pede-se apenas que se diga se essa empresa recebeu dinheiro do BNDES, se a Telemar deu esse dinheiro, se, além da Gamecorp, o Lulinha, filho do Presidente, hoje rico – o Presidente se diz pobre –, mas o filho dele é um homem que tem milhões de reais, com apenas 31 anos de idade... É um dever do Presidente! Tanta gente fala por ele! O Tarso Genro gosta de falar por ele. Agora temos um novo Marco Aurélio Garcia, o senhor de todas as coisas, o substituto de Berzoini, que, por sua vez, substituiu José Dirceu. Todos os três saíram com acusações graves, inclusive do Ministério Público Federal. Chegou o momento de essas coisas serem explicadas. A reportagem é grande, mas peço a sua transcrição completa, porque ela tem que constar dos Anais desta Casa para que possamos, também nessa Casa, investigar, salvo se o Governo se apressar e nos mandar oficialmente, não por discursos da tribuna, mas oficialmente, o que se passa com o Lulinha, com o dinheiro da Telemar.

Estamos às vésperas da eleição. Estou na Bahia trabalhando o que posso em favor do meu candidato, Geraldo Alckmin, mas vim aqui hoje e virei amanhã para justamente fazer mais um apelo ao Governo: que, antes de domingo, explique esse caso terrível que está acontecendo no Brasil com o filho de Sua Excelência. Há dois anos estou nesta tribuna cobrando. Não estou falando hoje por causa da eleição de domingo. Venho cobrando isso há muito tempo, nem sequer recebo um aparte convincente. Hoje, não. Estou exigindo que o Governo traga os esclarecimentos indispensáveis para o Congresso Nacional a respeito do enriquecimento, pela Telemar, do Lulinha. Traga tudo o que for possível para que isso seja esclarecido.

Não temos preconceito com famílias, até gostaríamos de evitar. Mas, como disse Fernando Henrique hoje, com muita propriedade, nenhum filho de presidente está acima dos rigores da lei. O que eu quero é a lei! É que se compra a lei! Cabe, Sr^a Presidente, ao Presidente da República – se for necessário, farei a quem de direito o requerimento com a reportagem da **Veja** – esclarecer.

Além disso, há um artigo publicado hoje no **Jornal do Brasil**, do jornalista Augusto Nunes, que não pode passar despercebido por ninguém, sobre o Lu-

linha: "Esse garoto sabe das coisas". É um artigo não só bem escrito, porque se trata de um dos melhores jornalistas do País, como também é cheio de verdades que não podem ficar obscuras.

Por isso, Sr^a Presidente, faço um apelo para que alguém da Mesa envie o meu discurso para o Ministério da Justiça ou para a Casa Civil, para evitar que eu faça um requerimento de convocação para que alguém explique isso, o que não desejo fazer. Não quero ver o Lulinha aqui esmagado. Quero que ele explique como pegou o dinheiro. Não estou pedindo nada demais, estou apenas demonstrando como este Governo pratica erros absurdos com o dinheiro público. É isso que está dando certos resultados na campanha eleitoral, não só o engodo, a mentira, a publicidade, mas sobretudo essas questões.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com muito prazer.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a está coberto de razão. Eu mesmo – e vejo que a Oposição tem sido muito admoestada por analistas que não se rendem pelo fato de termos ignorado essa questão do filho do Presidente Lula –, como V. Ex^a, não tenho a menor vontade de massacrá-lo, mas entendo que já passa da hora de uma explicação. A mudança, na sua vida, foi muito grave; o envolvimento com lobista é algo que precisa ser explicado com muita clareza; a história tem de ser, no mínimo, desmentida. Não dá para se fingir que não se leu uma revista que tem cinco milhões de exemplares semanais em circulação. Se, ao fim e ao cabo, restar provada a boa-fé e a inocência dos negócios do jovem Fábio Luís, pelo menos que se chame a atenção do Presidente da República para uma injustiça que ele comete com as privatizações. Ele é tão contra as privatizações das teles, no entanto, acabou de ver que essas privatizações deram oportunidade a uma pequena empresa de crescer tanto, o que não aconteceria se ainda existisse a antiga Telebrás. Essa é a primeira observação. Ou seja, a privatização, que foi boa para quem não tinha celular e passou a ter, que foi boa para quem não tinha telefone fixo e passou a ter, que foi boa para quem tinha de declará-lo no Imposto de Renda, terminou mostrando uma perspectiva de mobilidade social muito grande. Alguém com R\$600 num jardim zoológico passa a acumular uma pequena ou grande fortuna a partir do acordo que fez. Mas, além desse acordo, preocupa-me a denúncia que fazem de envolvimento com lobismo, de freqüentar ou

não a sala do lobista. Ou seja, no mínimo, tem de vir uma explicação muito clara. No mínimo! Todos torcemos para que, ao final, reste provada a inocência do acusado. Mas não levar a sério uma revista do porte da **Veja** parece-me demasia.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço o excelente aparte de V. Ex^a, que coincide, inclusive, com o do jornalista Augusto Nunes, quando ele diz:

“Em meados de 2005, sócio de três empresas, o Primeiro-Filho tinha R\$625 mil em ações. Mais do que o patrimônio do pai (à época, R\$422 mil declarados).” A perversidade é que ele escreve entre parênteses “declarados”. Não quer dizer que seja isso; é o que ele declara. “Hoje, com trinta anos, é milionário. Merecia tornar-se garoto-propaganda do Programa Primeiro Emprego.” O Primeiro Emprego falhou, mas o primeiro emprego de Lulinha não falhou. Isso está neste artigo para o qual peço a transcrição na íntegra.

Ninguém tem dúvida de que isso não é correto. Todos sabem que é incorreto.

A **Veja** traz outras questões, como o problema da Infraero. Ao falar disso, não quero agredir o Diretor da Infraero, amigo do meu colega Heráclito Fortes. Parece que, antes da chegada dele, houve a remodelação de todos os aeroportos do País por empresas que cobraram 300% a mais. Estou à vontade para fazer esse trato da Infraero. Também está na revista **Veja**. Conseqüentemente, é uma série infundável de maracutaias que o povo, anestesiado, não entende. E fica acreditando em privatizações que não existem ou privatizações que deram certo e que o próprio PSDB e o PFL têm medo de defender. Não deviam ter medo de defender aquilo que deu certo. O caso que o Senador Heráclito Fortes citou, da Vale, é um exemplo. O da telefonia, mesmo dando esse dinheiro todo ao Lulinha, é outro exemplo. Mas fica-se nessa dúvida de não querer dizer o que se pensa, para que o povo fique sem pensar o que é verdade e o que é mentira.

Além disso, Sr. Presidente, na edição de hoje de um jornal, o Governador eleito da Bahia – não estou contestando a eleição – declara: “Petistas têm o direito de mentir”. Está na primeira página de **O Estado de S. Paulo**: “Lei protege os envolvidos em dossiê”. Uma prova de uma ignorância completa. A lei não manda que o réu minta; a lei permite que ele não promova provas contra si próprio. Isso é elementar tanto na Constituição quanto no Código Penal.

Portanto, o todo-poderoso Jaques Wagner dizer aqui que os petistas devem mentir quando forem ouvi-

dos nas comissões de inquérito não deixa bem o Presidente da República e deixa muito mal, sobretudo, os envolvidos no dossiê para atingir o Governador José Serra e o ex-Governador Geraldo Alckmin.

Portanto, direito de mentir, não; direito de não falar nada, sim.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Permite outro aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Direito de ocultar, até aí. Mas não minta! Aí seria crime, sim, contra o mentiroso. Isso está capitulado no Código Penal.

Ouço V. Ex^a com prazer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Antonio Carlos Magalhães, ontem, chegando à sede da TV Record, em São Paulo, para presenciar o debate entre os dois candidatos que se classificaram para o segundo turno, entre os quais o Governador Geraldo Alckmin, fui surpreendido com uma pergunta que me pareceu, em princípio, insólita, de um repórter do SBT. Ele disse assim: “Senador, o Governador eleito da Bahia, Jaques Wagner, disse que o senhor não tinha legitimidade para criticar o Presidente, ou algo assim, porque o senhor perdeu eleição para governador do seu Estado”.

Eu disse: olha, primeiro eu sou um Senador, e antes de ser Senador eu sou cidadão, não precisaria de mandato para criticar quem eu quisesse na democracia brasileira. Terceiro, eu passei a minha vida toda vendo o Jaques Wagner presenciar as minhas vitórias eleitorais e me cansei de vê-lo perder seguidas eleições, inclusive a última. Mais ainda, outra diferença entre nós dois: se Geraldo Alckmin vencer as eleições, eu não aceitarei, em hipótese alguma, ainda que ele, porventura, me dirija um convite nesse sentido, participar de um gabinete ministerial. Por uma razão simples, porque nas últimas eleições eu perdi; eu não aceitaria participar. Se eu critiquei o “derrotério” de Lula, eu não aceitaria participar nessas condições. Ele aceitou. Perdeu a eleição e virou ministro como prêmio de consolação. Mas eu disse ao repórter mais ainda: ele está um pouco vaidoso, talvez um pouco embriagado com esse sucesso repentino, enfim...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Embriagado pelo sucesso e também por outras coisas.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Pelo menos, o sucesso tirou-o um pouco do ar. Eu disse: olha, ele precisa pensar em duas coisas; eu queria dizer duas coisas bem fundamentais para ele – não sei se coloca-

ram no ar, porque me pareceu uma matéria até pouco jornalística –: ele precisa compreender que não é possível analisar uma pessoa por um resultado conjuntural. Essas coisas são nuvens, como Magalhães Pinto dizia, uma hora a nuvem está de um jeito, noutra hora está do outro. Agora, é estranho, como somos diferentes eu e ele. O Lula que levou o meu voto contra Collor, no segundo turno, era uma figura por quem eu tinha um imenso respeito. E ele perdeu. O Lula que perdeu duas vezes do Fernando Henrique no primeiro turno merecia o meu respeito. O Lula que derrotou Serra no segundo turno merecia o meu respeito. O Lula que perdeu o meu respeito é esse que as pesquisas dizem favorito e que governou com Waldomiro, com José Dirceu e com Berzoini. Ou seja, foi por isso, e não por voto, que ele perdeu o meu respeito. Portanto, não vou ficar medindo... Houve um baiano ilustre que dispunha de pouco voto pessoal, o Josaphat Marinho, V. Ex^a sabe disso, e nem por isso deixou de ser alguém que mereceria ter um lugar junto ali de Rui Barbosa. Tinha que se inventar um outro busto e colocar o Josaphat Marinho ali ao lado. Eu recomendo ao Jaques Wagner, primeiro, ter humildade, que não faz mal a ninguém, segundo, analisar com mais sabedoria política. A eleição é daqui a quatro anos, vamos ver o que vai ser. Mas, sobretudo, como amo a Bahia, um lugar em que sempre passei as férias, tenho um amor enorme pela Bahia, quero que ele faça um bom governo, recomendei duas coisas: que ele passe a dormir mais cedo e a acordar mais cedo, ou seja, a trabalhar de maneira diferente daquela que vi na Câmara Federal, quando eu era deputado. Ele nunca foi de se esfalfar muito. No Parlamento, ainda se pode levar nesse vai-que-vai; mas no Executivo sabemos que não. No Executivo, tem que ser laborioso, tem que trabalhar, a não ser que repita Lula, mas tem que cuidar de pedir contas dos seus secretários, enfim. Mas fiquei espantado, primeiro, por ele imaginar que porque ganhou a eleição pode falar; perdeu, não fala. Como é que ele falou depois de ter sido derrotado fragorosamente, como foi, na última eleição? Como é que ele vai querer agora calar a boca do Nilmário Miranda, que perdeu fragorosamente para o Aécio? Ou seja, há algo de totalitário e de tolo nessa formulação toda. Mas vou acompanhar com muito zelo o governo que ele está fazendo, claro. Hoje tive até um debate com ele na Rádio CBN e fui seco para discutir essa questão da eleição. Mas foi muito curto o debate proporcionado pelo Heródoto Barbeiro, não deu. Eu queria discutir isso com ele no ar, ao vivo, e, infelizmente, não a cores. Mas vou acompanhar, tendo absoluta

certeza de que, daqui para frente, ele deixará de ser ateniense e passará a ser espartano. Acordará cedo e se dedicará com afinco ao trabalho, surpreendendo a todos aqueles que, como eu, tinham um pouco de medo de que ele falhasse nessa postura. Mas vamos acompanhar. Vamos ver o que acontece. Tomara que por lá também só passem coisas boas do ponto de vista ético. Obrigado a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a é um dos homens mais inteligentes deste Congresso e tem a propriedade de colocar as coisas que nos causa inveja a todos, inclusive a mim. V. Ex^a disse tudo que eu queria dizer, apesar de eu ter mais conhecimento de causa. Mas V. Ex^a já disse tudo por mim. Subscrevo as suas palavras e digo que vou esperar e vou esperar tranquilo. O Luís Eduardo, com sua sabedoria jovial, em 86, quando nós tínhamos o candidato Josaphat e perdemos, como agora tivemos Paulo Souto e perdemos, dizia: “Eu, se pudesse, ganharia, mas perdemos. Nós temos ganhado bastante, demais até. Eu não sou mágico para fazer da derrota uma vitória. Realmente, nós não estamos fazendo mágica”.

Quem vai fazer a mágica por nós é o mau governo de Jaques Wagner, principalmente pelos motivos que V. Ex^a apontou. Isso é o que vai acontecer. Consequentemente, todos ainda me terão aqui por quatro anos, pelo menos, para chamar atenção para essas coisas e debater os problemas baianos nas horas próprias.

Por ora, quero dizer a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio – que tem responsabilidade maior porque é Líder, assim como o Senador José Agripino –, que nós não deveremos ser em nada contra o País e muito menos contra a Bahia, mas não permitiremos que se vote Orçamento sem que este conteplete todas as cidades baianas e não apenas as dos petistas. Os petistas já têm muito de onde tirar, e as cidades baianas, amazonenses, enfim, de todos os lugares, só dependem da vontade dos seus Líderes no Congresso. Enquanto eles não têm coragem de fazer o orçamento impositivo, temos nós o dever de exigir tratamento adequado para as nossas cidades. Isso acontecerá se Deus quiser e se esta Casa tiver a coragem de fazê-lo.

Ouço o aparte do Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Antonio Carlos Magalhães, assisti, como sempre atentamente, ao seu pronunciamento, e não me passou despercebida a parte em que V. Ex^a citou irregularidades denunciadas pela revista **Veja** desta semana, no que diz respeito à Infraero. De maneira carinhosa, falou das

minhas relações de amizade com diretores da Infraero. Evidentemente, não conseguimos ser perfeitos na vida. Temos amigos e, embora do outro lado, mantemos essas amizades. No caso específico, trata-se do ex-presidente da empresa e ex-Senador Carlos Wilson. Vou confessar a V. Ex^a um segredo que guardei até agora: em determinado momento, causava-me muito ciúme a atenção que V. Ex^a dava a Carlos Wilson, mais do que a mim, seu colega de Partido, naquela convivência fraterna nesta Casa. Evidentemente, se a Infraero tem fatos a serem apurados, eles devem sê-lo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu não tenho nenhum parentesco com Carlos Wilson.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Eu também não! Eu também não! O fato de Carlos Wilson ser hoje casado com a prima da minha mulher não me envolve. Tenho amizade, tenho respeito e tenho afeto por ele. Aliás, chegamos a esta Casa juntos, ele um pouco mais cedo do que eu. A minha relação com ele não me leva nem a concordar nem a discordar das suas atitudes. Temos o coração mole, Senador Antonio Carlos!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Primeiro, não me referi a Carlos Wilson, dirigi-me à cabala que V. Ex^a fez e que me contaminou para o Leur Lomanto. V. Ex^a trabalhou para que ele fosse diretor da Infraero. Foi a esse caso...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Como posso trabalhar sendo da Oposição, Senador Antonio Carlos? Como eu posso trabalhar para fazer um diretor?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Para passar aqui, V. Ex^a não tratou desse assunto com ninguém?

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Claro! Para não ser obstruído, sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Senador, pelo amor de Deus! Tenho tanto respeito por V. Ex^a!

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Claro! E creio que não fiz nenhum ato errado, porque se trata de alguém que ocupou por diversos anos uma cadeira nesta Casa. E tive o cuidado, por se tratar de uma questão da Bahia...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Na outra Casa.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Sim, na Casa do Congresso. Tive o cuidado de consultá-lo, inclusive, e fiquei positivamente surpreendido quando V. Ex^a acedeu. Pedi inclusive ao Dr. Lomanto que lhe fizesse uma visita. Então, essas coisas na vida pública acontecem. Eu apenas queria fazer esse registro, porque não conheço sequer onde fica a sede da Infraero. Penso que V. Ex^a tem toda razão, esses fatos devem ser apurados. Se começaram neste Governo, devem ser apurados; se começaram no início da Infraero, devem ser apurados. Creio que nada deve ficar, Senador Antonio Carlos, sem apuração.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Concordo. Daí por que não entendi a reação inicial de V. Ex^a trazendo o nome de Carlos Wilson. Já que V. Ex^a o trouxe, acho que ele tem que ser investigado mesmo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Para que não se diga, Senador Antonio Carlos, que ele, como presidente, não soubesse de nada. Já basta o Lula não saber das coisas! A minha preocupação foi essa. Evidentemente, nem me lembrava do episódio do Leur, lembrava de uma amizade antiga que tenho com ele e com toda a família. E a matéria que a **Veja** traz cita-o, e não ao Leur, daí o motivo de eu não me ter lembrado desse episódio com o Leur. V. Ex^a tem absoluta razão.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O que eu digo é que deve ser apurado, tem que ser apurado. E estou muito à vontade para pedir isso. É só V. Ex^a ver o nome das firmas que estão lá. Se V. Ex^a o vir, verá que estou à vontade e com a fronte erguida para fazê-lo, como, aliás, sempre faço.

Sr^a Presidente, o que desejo é que isso seja apurado; o que desejo é que o caso Lulinha não fique no esquecimento; o que desejo é saber se os aeroportos estão sendo feitos com recursos que representam superfaturamento ou não. Isso é fácil de saber, e é o que desejo. Não tenho interesse em ferir quem quer que seja, mas tenho interesse em que a verdade apareça, porque, aparecendo a verdade, muita lama vai surgir ainda neste Governo do Presidente Lula.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inseridos nos termos do art. 210, § 1º e inciso II, do Regimento Interno.)

"PORQUE NÃO PODE TODO MUNDO SER RONALDINHO"

Eis a explicação do presidente Lula para o tremendo sucesso de seu filho Fábio Luís, que coincide com o mandato presidencial do pai

Alexandre Oltramari

Como aconteceria com qualquer pai, o presidente Lula tem demonstrado o orgulho que sente pelo sucesso de seu filho Fábio Luís Lula da Silva. Aos 31 anos, Lulinha, apelido que ele detesta, é um em-

**"SE ALGUÉM SOUBER DE
ALGUMA COISA QUE MEU FILHO
TENHA COMETIDO DE ERRADO,
É SIMPLES: O MEU FILHO ESTÁ
SUBORDINADO À MESMA
CONSTITUIÇÃO A QUE EU ESTOU"**

presário bem-sucedido. É sócio de uma produtora, a Gamecorp, que, com um capital de apenas 100 000 reais, conseguiu fazer um negócio extraordinário: vendeu parte de suas ações à Telemar, a maior empresa de telefonia do país, por 5,2 milhões de reais. Como a Telemar tem capital público e é uma concessionária de serviço público, a sociedade com o filho do presidente sempre causou estranheza. Na segunda-feira passada, em entrevista ao programa *Roda Viva*, Lula teve de falar em público sobre os negócios do filho.

“Não posso impedir que ele trabalhe. Vale para o meu filho o que vale para os 190 milhões de brasileiros. Se têm alguma dúvida, açãoem ele”, afirmou.

Dois dias depois, em entrevista à *Folha de S.Paulo*, o assunto Lulinha voltou ao foco. Os jornalistas lhe apresentaram uma questão formulada por um leitor do jornal, que não foi identificado. A pergunta dizia o seguinte: “Tenho 61 anos, sou pai de quatro filhos adultos, todos com curso superior, mas com dificuldades de bons empregos ou de empreender. Como é que o seu filho conseguiu virar empresário, sócio da Telemar, com capital vultoso de 5 milhões de reais?”.

“Meu filho é o presidente do Brasil”, disse Lula ao Telesur quando falou sobre a Gamecorp quando a empresa fundada por alguns amigos seu vizinhos, já tinha mais de dez anos de vida. “Eles fizeram um negócio que deu certo. Deu tão certo que até minha gente ficou com inveja”, disse. Em seguida, o presidente fez menção às suspeitas que cercam a sociedade da Gamecorp com a família. “Se alguém souber de alguma coisa que meu filho tenha cometido de errado, é simples: o meu filho está subordinado à mesma Constituição a que eu estou”, disse o presidente, fazendo logo depois uma divagação comparativa que já nasceu imortal: “Porque deve haver um milhão de pais reclamando: por que meu filho não é o Ronaldinho? Porque não pode todo mundo ser o Ronaldinho”. Os entrevistadores gostaram do paralelo estabelecido pelo presidente entre seu filho e o astro do futebol e perguntaram se não seria mais fácil vitar um Ronaldinho quando se é filho do presidente. Lula respondeu: “Não é mais fácil, pelo contrário, é muito mais difícil. Eu tenho orgulho porque o fato de ser presidente da República não mudou um milímetro o hábito dos meus filhos”.

Pouco ou nada se sabe dos hábitos dos filhos de Lula antes ou depois de o pai receber a faixa presidencial. Mas a trajetória profissional de Fábio Luís mudou e muito. Foi só depois da posse que seus dons fenomenais começaram a se expressar — e com tal intensidade a ponto de o pai ver nele um Ronaldinho dos negócios. Ele mostrou talento para as comunicações e, como se lerá nesta reportagem de VEJA, para a atividade de lobista junto ao governo. A reportagem revela que o filho do presidente as-

sociou-se ao lobista Alexandre Paes dos Santos, um personagem explosivo, que responde a três inquéritos da Polícia Federal, por suspeitas de corrupção, contrabando e tráfico de influência. Esse dom do filho do presidente se revelaria ainda no episódio de sua associação com a Telemar.

Sabe-se agora que os 15 milhões de reais investidos pela Telemar na empresa de Lulinha não foram um investimento qualquer. As circunstâncias sugerem que o objetivo mais óbvio é comprar o acesso que o filho do presidente tem a altas figuras da República. O setor de telefonia estava e está numa guerra em que, a se repetir a dência mundial, haverá apenas um ou dois vencedores. Ganhar fatias do versário é vital. Houve uma corrida entre grandes empresas de telecomunicações para ver quem conseguia alinhar o filho do presidente entre seu time de bistas. A Telemar venceu. A maior empresa de telecomunicações do Brasil em faturamento e em número de telefones fixos instalados, e com 64% do território nacional coberto por ela, a Telemar é uma empresa cujo faturamento anual supera 7 bilhões de dólares. A aposta na associação com Lulinha acabou não sendo muito produtiva para a Telemar porque o escândalo veio à tona. Mas foi por pouco. O governo negociaava a queda de barreiras legais que impedem a atuação nacional de empresas de telefonia fixa. Além disso, por orientação do governo, fundos de pensão de estatais preparavam-se para vender fatias relevantes de sua participação acionária no setor. Quem estivesse mais perto do poder se sairia melhor.

O Ronaldinho do presidente
Lula é mesmo um fenômeno

no. Formado em biologia, ele ainda era

um jovem de 20 anos quando entrou para a sociedade da Gamecorp, de São Paulo, com um salário de 600 reais por mês. Para reforçar seus ganhos, dava aulas de inglês e computação. Do ponto de vista profissional e financeiro, vivia uma situação que parece ser muito semelhante à dos quatro filhos com curso superior do leitor da Folha. Em dezembro de 2003, no entanto, quando Lula estava em via de completar seu primeiro ano no Palácio do Planalto, Lulinha começou sua decolagem rumo à galeria exclusiva dos indivíduos fenomenais. Junto com Kalil e Fernando Bittar, filhos de Jacó Bittar, ex-prefeito de Campinas e um velho amigo do presidente, Fábio Luís tornou-se sócio da Gamecorp, empresa de games que ainda se chamava G4 Entretenimento e Tecnologia Digital. Até aqui a trajetória de Fábio Luís lembra a dos genozinhos americanos do Vale do Silício que se enfurnam em uma garagem e saem de lá com uma idéia matadora de vanguarda como o Google ou o YouTube, projetando-se para o estrelato dos negócios

A ascensão de Lulinha durante o governo de seu pai

Em um período de catorze meses, Fábio Luís da Silva, o Lulinha, passou de monitor do Zoológico de São Paulo a sócio da maior empresa de telefonia do Brasil, que tem dinheiro público na composição de seu capital

PRIMEIRO ANO DO GOVERNO LULA	
Até novembro de 2003	Dezembro de 2003
Formado em biologia, Lulinha trabalhava como monitor no Zoológico de São Paulo, com um salário de 600 reais. Também fazia bicos como professor de computação	Tomou-se acionista da G4 Entretenimento e Tecnologia Digital, em sociedade com os irmãos Fernando e Kalil Bittar, filhos de Jacó Bittar, um dos fundadores do PT e amigão de Lula. O capital social da empresa é de 100 000 reais e a participação de Lulinha é de 50 000 reais. Nesse período, passou a despachar mensalmente no escritório do lobista Alexandre Paes dos Santos. A atividade perdurou até julho de 2005

SEGUNDO ANO DO GOVERNO LULA

Outubro de 2004

A G4 associou-se à empresa Espaço Digital e criou uma nova companhia, a BR4, que nasceu com um capital de 2,7 milhões de reais. Desse montante, 2,5 milhões foram financiados pela Telemar, a título de adiantamento por “exclusividade no fechamento do contrato”. A Telemar, além de ser uma empresa concessionária de serviços públicos, conta na composição de seu capital. A parte de Lulinha na sociedade corresponde a 450 000 reais

Naquele mês, o presidente Lula se reuniu com o ministro da SDE, Daniel Goldberg, que o orientou a demandar a aprovação de leis que regulassem o Canal 21, para que a Gamecorp pudesse operar. Oficialmente, tratava-se de um "arrendamento de horário".

No janeiro de 2005, apenas um mês depois da chegada de Lulinha à presidência, a Gamecorp já estava recebendo o aporte milionário de 5,2 milhões de reais da Telemar e Lulinha já era um surpreendedor de todo sucesso. A Gamecorp dera um salto estratosférico, coisa rara mesmo num mercado em expansão, como é o caso da internet e dos jogos eletrônicos. A societade entre a Telemar e a Gamecorp se materializou por meio de uma operação complexa, que envolveu uma terceira empresa e uma compra de debêntures seguida de conversão quase imediata em ações. O procedimento visava a occultar a entrada da Telemar no negócio. VEJA revelou a associação em julho do ano passado.

O caso de Lulinha tem uma complexidade maior. Sua relação com a Telemar não se esgota nos interesses de ambos na Gamecorp. O filho do presidente foi acionado para defender interesses maiores da Telemar junto ao governo que o pai chefia. Em especial, em setores em que se estudava uma mudança na legislação de telecomunicações que beneficiava a Telemar. VEJA descobriu agora que a mudança na lei foi tratada por Lulinha e seu sócio Kalil Bittar com altos funcionários do governo. O assunto levou a dupla a três encontros com Daniel Goldberg, titular da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE). Em um desses encontros, ocorrido no início de 2005, Lulinha e Kalil, já então sócios da Telemar, sondaram o secretário sobre a

posição que a SDE tomaria caso a Telemar comprasse a concorrente Brasil Telecom — fusão que a lei proíbe ainda hoje. Goldberg, ciente do obstáculo legal, disse que o negócio só seria possível mediante mudança na lei. O estouro do escândalo Lulinha abortou os esforços para mudar a legislação e favorecer o sócio do filho do presidente.

Quando a Telemar fez uma oferta de compra à Brasil Telecom, o mercado interpretou o movimento como um sinal de que a mudança na lei era dada como certa. Paralelamente à oferta, estavam em plena efervescência os encontros de Lulinha e Kalil com Goldberg para tratar dos bastidores da negociação entre duas gigantes da telefonia. Oficialmente nada disso ocorreu. O assessor de Lulinha e Kalil, o jornalista Cláudio Sá, diz que, se houve encontros com Goldberg, foram contatos meramente sociais. Mas do que eles falaram? "Encontros sociais. Aperta a mão. Como vai? Tudo bem? Tudo certo? Esse tipo de coisa", responde o assessor. Goldberg diz que não foi nada disso. Ele conta que conversou com Lulinha e Kalil para aconselhá-los a contratar uma "consultoria tributária e um escritório de advocacia". É bastante improvável que essa seja toda a verdade porque, nessa época, a Gamecorp já tinha consultor: Era Antoninho Marmo Trevisan, amigão do presidente.

A constatação que se esconde por trás disso é a de que Lulinha, depois de receber a bolada da Telemar, começou a comportar-se como lobista da empresa junto ao governo de seu pai. Pode-se afirmar com certeza que em pelo menos um encontro oficial Lulinha tratou de ajudá-la. Antes de entrar o dinheiro da Telemar o lobby da dupla Lulinha-Kalil era feito

justamente em favor da concorrente, a Brasil Telecom. Com a ajuda de Lulinha e Kalil, Yon Moreira da Silva, da Brasil Telecom, conseguiu ser recebido pelo presidente Lula em uma audiência que, curiosamente, não constou da agenda oficial do Palácio do Planalto. Ela foi marcada por César Alvarez, assessor especial da Presidência, e durou quase duas horas — sem mais ninguém na sala. Sobre o que Yon Moreira e o presidente conversaram? Segundo Yon Moreira, sobre o projeto Computador Conectado, que visaria difundir a venda de computadores populares e o acesso gratuito à internet. "Lula ficou impressionado com o projeto que apresentei a ele", diz Yon. "Houve uma sintonia entre nós. Mas não falamos nenhuma palavra sobre o filho dele." Yon Moreira completa: "Lula queria que os pobres do Brasil tivessem acesso à internet, e eu tinha o melhor projeto para realizar esse sonho". O auxílio de Lulinha e Kalil ao então diretor da Brasil Telecom é grave à luz de uma informação adicional: o encontro ocorreu no mesmo período em que o representante da empresa pagava 60 000 reais mensais a Lulinha e Kalil a pretexto de patrocinar um programa de games da dupla exibido pela Rede Bandeirantes. Essa é a mais simples e clara demonstração de um lobby empresarial junto ao governo: a Brasil Telecom patrocinava Lulinha e Kalil e, ao mesmo tempo, a dupla abria as portas da sala do presidente da República à Brasil Telecom. Parece inocente. Não é. Como esses encontros ocorreram

TERCEIRO ANO DO GOVERNO LULA

Janeiro de 2005

A BR4 criou, em parceria com a Telemar, a Gamecorp. O capital total é de **5,2 milhões de reais**. A Telemar entrou com outros 2,5 milhões de reais. No papel, a participação de Lulinha continuou em 450 000 reais

QUARTO ANO DO GOVERNO LULA

Março de 2006

A Telemar admitiu que deu, além dos 5 milhões de reais, mais 10 milhões de reais à Gamecorp, a título de "pagamento por patrocínio e produção de programas de TV". Ao todo, a companhia investiu cerca de **15 milhões de reais** na empresa de Lulinha

Junho de 2006

A Gamecorp fechou um contrato com a Rede Bandeirantes para alugar seis horas de programação diária no seu Canal 21, que a partir daí passou a se chamar PlayTV. Oficialmente, trata-se de um arrendamento de horário

a portas fechadas e como os interesses das teles eram (e são) bilionários, qualquer simpatia do governo por um ou outro contendor é decisiva.

Em suas visitas a Brasília, Lulinha e Kalil ocupavam uma sala no escritório do lobista Alexandre Paes dos Santos, conhecido como APS (*veja reportagem na pág. 64*). O escritório de APS está instalado em uma imponente mansão com quatro andares e elevador na sofisticada região do Lago Sul. Ali, com regularidade mensal, Lulinha e Kalil despacharam por quase dois anos, entre o fim de 2003 e julho do ano passado. A sala usada pela dupla tem 40 metros quadrados. Fica bem ao lado da sala do lobista APS. Há algumas semanas, estava mobiliada com duas mesas. Todas as cadeiras eram vermelhas. Havia dois computadores, duas

que se ha de tener en cuenta, es la de que el sujeto no ha de ser un simple observador pasivo, sino que debe participar activamente en el desarrollo del experimento, y para ello conviene que el sujeto sea lo más independiente posible, ya que si se le impone una serie de procedimientos, o se le obliga a seguir una serie de indicaciones, se pierde la libertad de elección que es la base de la validez de los resultados. La intervención del sujeto en el experimento debe ser lo más sencilla posible, ya que si es demasiado compleja, el sujeto no la cumplirá con la exactitud deseada.

Além da sala, APS também colocou sua hotêl à disposição da dupla. Quando Lulinha e Kalil começaram a frequentar o escritório de Fabista, seus deslocamentos por Brasília eram feitos em Ford Fiesta. Com cerca de 1.00 metros de altura, Kalil reclamou que o Fiesta era desco, fortável e disse que gostaria de um carro mais esportivo. APS substituiu o Fiesta por um Omega. Enquanto despachavam na manhã de APS durante o dia, Kalil e Lulinha eram hospedados na Granja do Forte ou no Palácio da Alvorada, residência oficial da Presidência da República. Quando isso não era possível, Kalil ia para o hotel Blue Tree, a menos de 1 quilômetro do Alvorada. Não se conhecem bem as razões pelas quais Lulinha e Kalil mantinham uma sala no escritório do lobista de métodos heterodoxos. O que faziam ali? Por que despachavam dali? Em busca dessas respostas, VEJA descobriu que a sala foi cedida a Lulinha e Kalil como parte de um acordo dele com a francesa Arlette Siarettta, dona do grupo Casablanca, um conglomerado de 54 empresas que, entre outras atividades, faz produção de filmes e eventos, gravação de comerciais e distribuição de DVDs.

Em 2002, Arlette Siaretta e APS se tornaram sócios num projeto de transmis-

sala e eu cedi", diz APS. Mas por que a Casablanca teria interesse em instalar Lulinha e Kalil em sua filial informal em Brasília? Apesar de ser dona de metade do mercado de finalização de comerciais no país, Arlette Siareta tinha um problema no início do governo de Lula. Ligada ao PSDB e produtora das últimas três campanhas presidenciais tucanas, a empresária encontrou no PT uma áurea que lhe barrava negócios com o governo federal e as estatais, até então suas grandes fontes de receita. Arlette Siareta precisava de alguém para abrir as portas do governo.

No fim de 2003, o sócio de Lulinha apareceu em seu escritório, em São Paulo, prometendo exatamente aquilo de que a empresária precisava — portas abertas. "Você tem uma grande empresa. Eu tenho acesso às pessoas que decidem. Podemos ganhar dinheiro juntos", teria dito Kalil, conforme o relato feito a VEJA por uma testemunha do encontro. Arlette Siaretta adorou a idéia. Fecharam negócio: Kalil receberia 5% das transações no governo que a Casablanca conseguisse por seu intermédio. Não poderia haver escolha melhor. Os "meninos" do presidente entregaram o que prometeram. Pois bem, Siaretta continuou tendo no governo petista a mesma participação que tinha no mercado nos oito anos dos tucanos, algo em torno de 50% de todos os contratos de filmes feitos para as empresas de publicidade que prestam serviço ao governo.

Não se sabe por que Arlette Siareta confiou em Kalil. Procurada por VEJA em cinco oportunidades, a empresária não quis dar entrevista. Sabe-se, porém, que uma das melhores credenciais de Kalil para dizer-se influente foi sua proximidade com Lulinha — que, registre-se, não esteve presente na negociação com Siareta. A pedido de Kalil, a empresária até concordou em trabalhar com Alberto Lima, conhecido como Beto Lima, amigão de Kalil (há quinze anos) e de Lulinha (há nove anos). Dono de um bar em Campinas que falira em agosto de 2003, Beto Lima passou a despachar diariamente na sede da Casablanca, em São Paulo. Siareta mandou imprimir cartões de visita com seu nome e a custear suas despesas com passagens aéreas e hospedagem no triângulo São Paulo—Brasília—Rio de Janeiro. Assim como Kalil e Lulinha, Beto Lima também passou a usar o escritório de APS em Brasília, que lhe servia de apoio para suas visitas às principais agências de publicidade.

mo base operacional, apenas para dar e receber telefonemas".

Em julho de 2004, a turma deu uma grande exibição de sua influência para Arlette Siarettta. O cineasta Anibal Massaini Neto, diretor de *Pelé Eterno*, um documentário sobre a vida do craque, queria exibir seu trabalho ao presidente Lula, mas não conseguia romper o bloqueio. Arlette Siarettta, que produziu o filme, colocou em movimento sua engrenagem: acionou Beto Lima, que acionou Kalil, que acionou Lulinha — que marcou uma sessão de cinema no Alvorada com a presença do pai. A exibição aconteceu na noite de 13 de julho de 2004. Depois, houve um jantar, com arroz, feijão, peixe e farofa, além de uísque e charutos cubanos. Estavam todos lá: Lulinha, Kalil, Beto Lima, além de Siarettta. A certa altura, já empolgado, Lula fez um discurso no qual começou afirmando admirar duas pessoas na vida. A platéia apostou que uma seria Pelé, o astro do filme e presente à festa. Mas não. Lula disse que admirava Abraham Lincoln e — tchan, tchan, tchan, tchann — Kalil Bittar. Era a gratidão por tudo de bom que Kalil já fizera por Lulinha. A empresária Arlette Siarettta ficou muito satisfeita com o resultado do jantar, pelo acesso que conseguiu e pelo prestígio de seus colaboradores.

Lulinha e Kalil mantêm-se mergulhados no mutismo sobre a real dimensão dos negócios e interesses que ajudaram em Brasília. Não falam também sobre seus despachos na sala ao lado da do lobista APS, bem como sobre suas andanças por empresas privadas e gabinetes federais. O assessor da dupla, procurado por VEJA, conversou com a revista. Disse que Kalil esteve na mansão do lobista APS, mas que Lulinha jamais colocou os pés lá. APS desmente o assessor de Kalil e Lulinha. Ele confirma que o filho do presidente despachava no escritório cedido por ele. Quando VEJA quis saber sobre outros detalhes, o assessor disse que Lulinha e Kalil não prestariam nenhum esclarecimento adicional. As investigações de lobista de Lulinha em Brasília e suas conexões empresariais merecem um esclarecimento mais pormenorizado. Todo pai tem direito de ver no filho um Ronaldinho e na filha uma Gisele Bündchen. Da mesma forma é vital tentar entender o mistério por trás de certas transformações extraordinárias dos filhos de presidentes, em especial quando elas ocorrem durante o ápice de poder dos pais.

O LOBISTA MAIS ENROLADO DA REPÚBLICA

O lobista Alexandre Paes do Santos é homem de relações perigosas e de uma vasta ficha criminal. APS, como ficou conhecido em Brasília, fez carreira – e, posteriormente, fama policial – no submundo das negociações da Esplanada dos Ministérios, aproximando-se de raposas da política e cultivando a imagem de personagem misterioso e poderoso. As estripulias de APS nas som-

bras de Brasília vieram à público em 2001, quando a Polícia Federal apreendeu a agência do lobista. Ali, escondia-se o inventário das atividades subterrâneas de APS, como pagamentos de propinas a parlamentares e funcionários do governo, histórias de chantagens e esquemas de superfaturamento em contratos com órgãos públicos. Minucioso e detalhista, o lobista anotava na agenda valores de suborno ao lado da letra "K", que os investigadores descobriram tratar-se de um código que correspondia ao acréscimo de três zeros ao valor registrado. Ao lado de nomes de deputados e servidores públicos havia, por exemplo, a inscrição "50K" (ou 50 000, reais ou dólares).

O escândalo foi um golpe para o lobis-

ta. Ele perdeu seus trinta clientes e passou a responder a três inquéritos da Polícia Federal, por suspeitas de corrupção, contrabando e tráfico de influência – investigações que se mantêm até hoje. Apesar da turbulência e da notoriedade, APS conseguiu se reerguer. Recuperou boa parte dos clientes e voltou a despachar numa espaçosa mansão, com quatro andares e elevador. Mas o sossego de APS pode durar pouco. Um de seus clientes, a Telecom Italia, está enrolado numa investigação de promotores de Milão, na Itália. Eles apuram a existência de um caixa secreto da Telecom Italia, que seria usado para pagar propina a autoridades de vários países – inclusive, é claro, do Brasil.

JORNAL DO BRASIL

Augusto Nunes

Coisas da Política Esse garoto sabe das coisas

CONTEI JÁ FAZ TEMPO que, até assumir o posto de Primeiro-Filho, Fábio Luiz Lula da Silva, o Lulinha, era apenas mais um entre milhões de jovens brasileiros atormentados pela escassez de empregos e por incertezas financeiras. Formado em biologia, atravessara 2002 sem emprego fixo. Sobrevivera como monitor do Jardim Zoológico de São Paulo e, depois, com os trocados que juntou nas aulas particulares de inglês e informática.

No fim de 2002, associado a dois filhos do companheiro Jacob Bittar, velho amigo da família, Lulinha criou uma agência de publicidade. Se Lula tivesse perdido a eleição, a idéia não iria muito longe. Como ganhou, os jovens empreendedores logo constatariam que o Brasil é, simultaneamente, a terra das oportunidades e um paraíso dos oportunistas.

A vida começou a melhorar quando o primogênito passou a percorrer atalhos desmatados pelo onipresente Daniel Dantas, craque em fazer amigos, influenciar pessoas e ganhar fortunas – e, também, especialista em fazer inimigos, exasperar pessoas e perder dinheiro. Sínuosas rotas mapeadas por Dantas conduziram aos braços da Telemar o primeiro fruto do casamento entre Luiz Inácio e Marisa Letícia.

Em outubro de 2004, Lulinha e os irmãos Bittar fundiram a agência com a Espaço Digital e subordinaram as empresas a uma holding batizada de BR-4. Dois meses depois, a Telemar, prestadora de serviços de telefonia por concessão do governo

augusto@jb.com.br

federal, propôs aos jovens felizardos um contrato que elevaria substancialmente o capital da BR-4. Era só o começo.

O casamento com a Telemar gerou a Gamecorp, destinada a conceber jogos para a internet e produzir peças de entretenimento para canais de TV a cabo. A Gamecorp nasceu com um dote de R\$ 10 mil. Em poucos dias lhe caíram na conta R\$ 5 milhões depositados pela Telemar. Foi a primeira de uma série de doações singularmente generosas.

Em meados de 2005, sócio de três empresas, o Primeiro-Filho tinha R\$ 625 mil em ações. Mais que o patrimônio do pai (à época, R\$ 422 mil declarados). Na pátria da gente que faz, Lulinha fez. Hoje com 30 anos, é milionário. Merecia tornar-se garoto-propaganda do Programa Primeiro Emprego. Mas o presidente Lula jura que não é de misturar assuntos de governo com coisas de família.

Reage com especial irritação a notícias que tratam o filhão não como um gênio da informática mas como um beneficiário do sobrenome. Que, como demonstra a edição desta semana da revista *Veja*, vai aprendendo a transformar o parentesco privilegiado numa das trilhas que encurtam os caminhos do enriquecimento. Lula repetiu que o menino tem todo o direito de tocar a vida longe da vigilância da imprensa, dos adversários políticos e das instituições democráticas. E jurou hostilidade eterna aos que ousam violentar-lhe a privacidade.

Pura bravata. Primeiro, porque Lulinha é um brasileiro como outro qualquer, mesmo que imagine o contrário. Segundo, porque Lula consegue esquecer até agravos reais se assim o aconselharem circunstâncias político-eleitorais. Essa amnésia seletiva o levou a perdoar, por exemplo, os responsáveis pela mais medonha das noites infligidas ao atual presidente.

Em 1989, valendo-se de uma ex-namorada de Lula, Fernando Collor não poupou sequer a adolescente Lurian para tentar destruir moralmente o adversário. Há dias, o agora senador eleito por Alagoas informou que votará em Lula neste dia 29. A vítima retribuiu o mimo do algoz. Declarou que, no Congresso, Collor poderá fazer "um trabalho excepcional".

A terra das oportunidades é também o paraíso dos oportunistas

Jaques Wagner: 'Petistas têm o direito de mentir'

Lei protege envolvidos em dossiê, diz

O governador eleito da Bahia, Jaques Wagner (PT), admitiu ontem que os petistas acusados de tentar comprar o dossiê Vedoin podem estar mentindo em seus depoimentos à Polícia Federal quando dizem não saber de onde veio o dinheiro que seria usado na negociação, R\$ 1,75 milhão. "Ao réu é dado o

direito de mentir, então não acho que o réu petista seja diferente de outros réus", disse Wagner, que integra o time de coordenadores da campanha do presidente Lula à reeleição. "Atestado de idoneidade não vem com ficha de filiação partidária. É uma coisa anterior", justificou. • PÁG. A4

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, que será atendido na forma do Regimento sobre a publicação citada.

Antes de conceder a palavra ao Senador Mozarildo, a Mesa, atendendo à solicitação do Senador Arthur Virgílio, procederá à leitura do requerimento de voto de aplauso ao Município de Manaus pelo transcurso de seu aniversário de criação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.068, DE 2006

Requer voto de aplauso ao Município de Manaus, pelo transcurso de seu 337º aniversário de criação.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Município de Manaus, no Amazonas, pelo transcurso de seu 337º aniversário de criação.

Requeiro, ademais, que este Voto seja levado ao conhecimento do povo de Manaus, por intermédio do Prefeito Municipal Serafim Corrêa.

Justificação

Manaus comemora hoje 337 anos. A data será intensamente festejada, inclusive com a inauguração do Parque e Ponte dos Bilhares, projeto que resgata valores culturais e arquitetônicos da moderna Capital do meu Estado. São 17 mil metros quadrados entregues à população, pelo que está de parabéns o Prefeito Serafim Corrêa, cumprimentos que estendo ao Secretário Municipal de Obras e Habitação – SEMOSBH, Porfírio Lemos. Esse é realmente um espaço dedicado ao povo, contando com um café-bar, quiosques de produtos regionais, pistas de skate, bicletário, pista para caminhadas e ciclismo, chafariz, play-ground, campo de futebol society, campo para futebol de areia e quadra poli-sportiva.

O Voto de Aplauso que estou requerendo ao Senado da República é de enaltecimento a uma comunidade brasileira que se destaca no cenário nacional, e até mundial, pela força da Zona Franca e por tudo que a cidade oferece como local do maior aconchego dos manauaras.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, para encaminhar, e, em seguida, ao Senador Moarildo Cavalcanti.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, há até uma discussão no Amazonas sobre a verdadeira idade de Manaus: uns dizem que são cerca de 150 anos; outros historiadores optam por 337 anos de civilização, desde, portanto, os primórdios, e me inclino mais por essa via, por essa acepção.

Manaus comemora hoje 337 anos. E a data será intensamente festejada, inclusive com a inauguração do Parque Ponte dos Bilhares, projeto bastante relevante que resgata valores culturais e arquitetônicos da moderna capital do meu Estado. São 17 mil metros quadrados entregues à população, pelo que está de parabéns o Prefeito da Cidade, cumprimentos que estendo ao Secretário Municipal de Obras e Habitação. É um espaço dedicado ao povo, com perspectiva de lazer, de esportes.

Sobretudo eu gostaria de dizer que há duas formas de comemorar o aniversário de Manaus: uma é a de pura e simplesmente participarmos das festas, e a outra é a de honrarmos a sua história, o que procuro fazer aqui neste Senado, inclusive lutando pelo Pólo Industrial de Manaus, que está ameaçado, e procurando exercer um mandato livre dessas manchas que

tanto têm maculado a vida pública brasileira e, consequentemente, o Congresso Nacional.

Quando os meus conterrâneos celebram, na quietude das suas casas – hoje é um grande feriado em Manaus –, o 337º aniversário de Manaus, eu, como filho que reoptei pela minha cidade, porque morei a maior parte da minha vida, a minha juventude inteira, fora da cidade – ou seja, eu seria manauara duas vezes –, aqui me coloco comemorando o aniversário de Manaus no trabalho, mais uma vez trabalhando pela minha cidade, pelo meu Estado, e orientando minha vida pelo engrandecimento de uma cidade que representa uma belíssima civilização incrustada no coração da Floresta Amazônica.

Um vôo sobre Manaus mostra como ela é um milagre. É o milagre de um povo denodado, de um povo corajoso, de um povo teimoso, de um povo criativo. É o milagre de um povo que é formado não mais apenas de manauaras, mas de centenas de milhares de parenses, maranhenses, cearenses, nordestinos, homens e mulheres que vieram do centro-sul do Brasil para dar a sua contribuição e levar seus conhecimentos para que nós possamos fazer uma cultura que seja a mescla da cultura que herdamos dos nossos antepassados indígenas com a cultura que vem da Itália, que vem do Japão – há uma grande colônia japonesa lá. Ou seja, Manaus, para mim, é todo esse cadinho, é tudo isso, é uma parte substantiva no meu coração.

Muito obrigado a V. Exª pela oportunidade, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Agradeço a V. Exª.

A Presidência encaminhará a manifestação na forma do Regimento.

O Requerimento lido vai ao Arquivo.

Meus parabéns a todos os manauaras!

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, eu gostaria de encaminhar à Mesa o registro de 23 anos de existência do jornal **Folha de Boa Vista**, o maior jornal do meu Estado, que completou 23 anos dia 21, no sábado. Como ontem não houve sessão, não pude fazer este registro. Quero, então, encaminhar à Mesa o pronunciamento, para que seja dado como lido, e o documento anexo.

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR.

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero registrar com muita alegria e satisfação que a **Folha de Boa Vista**, o maior jornal do meu Estado, completou, no último sábado, dia 21, 23 anos de existência.

A característica principal do jornal **Folha de Boa Vista** ao longo desses 23 anos tem sido o pioneirismo, um dos diferenciais de mercado.

A **Folha** foi o primeiro jornal a circular com duas cores na impressão, a ter classificados, a sair do tamanho *stander* e a rodar em sistema rotativo.

Desde a sua fundação, em 21 de outubro de 1983, a **Folha de Boa Vista** nunca paralisou sua circulação nem mudou de nome.

Quando se trata de resgate da história, a **Folha de Boa Vista** saiu na frente com o Centro de Documentação e Informação (CEDOC). O arquivo da **Folha** serve tanto pra consultas para estudantes como para utilização pelo Poder Judiciário em ações judiciais. O setor tem arquivado todas as edições da **Folha**, do **Diário do Poder Judiciário** e de alguns jornais, como o **Caburaí**. Além do arquivo com mais de 300 mil fotografias.

Segundo o Diretor-geral do Grupo **Folha**, Getúlio Cruz, a **Folha** conta hoje com mais de 90% da preferência dos leitores.

Em todos os 15 municípios de Roraima, a **Folha de Boa Vista** está presente, levando informação, cultura e utilidade pública.

No próximo ano, a **Folha de Boa Vista** começará a desenvolver o projeto gráfico de 25 anos do jornal, contando com páginas coloridas.

O Grupo Folha, responsável pelo jornal, hoje também está presente na Internet, por meio da **Folhaweb** e na rádio, por meio do **Rádio Folha**, há três anos no ar.

Aproveito a oportunidade para parabenizar o Diretor-geral do Grupo Folha, Getúlio Cruz, pelo aniversário do jornal **Folha de Boa Vista** e também parabenizar todos aqueles que ajudaram a construir esse que é hoje o maior jornal do nosso Estado. Parabéns, **Folha de Boa Vista**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU DISCURSO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Folha comemora 23 anos de existência

REBECA LOPES

A característica principal do jornal Folha de Boa Vista ao longo dos 23 anos de existência tem sido o pioneirismo, um dos diferenciais de mercado. Foi o primeiro a circular com duas cores na impressão, a ter classificados, a sair do tamanho stander e a rodar em sistema rotativo. Desde a sua fundação, em 21 de outubro de 1983, nunca paralisou sua circulação nem mudou de nome.

Inclusive quando se trata de resgate da história, saiu na frente com o Centro de Documentação e Informação (Cedoc). Seu arquivo serve tanto para consultas para estudantis quanto para utilização pelo Poder Judiciário em ações judiciais. O setor tem arquivado todas as edições da Folha (da primeira a última), do Diário do Poder Judiciário e de alguns jornais como o "Caburaí". Além do arquivo com mais de 300 mil fotografias.

Na avaliação do diretor-geral do Grupo Folha, Getúlio Cruz, como a maior parte das empresas fixadas, nesses 23 anos de existência o jornal conseguiu crescer e chegar ao limite do mercado, com mais de 90% da preferência dos leitores. "Nós chegamos a quase totalidade dos leitores do Estado".

Destacou que a partir daí existe todo um conjunto de fatores que independem da empresa, como educação da população, investimentos em educação, migração, economia como um todo. "Nós fizemos um jornal que é acreditado, que tem a isenção possível", enfatizando que a isenção não é aquela que gostariam que fosse, mas a mais possível a chegar.

Investimentos no parque gráfico também permitiram que a empresa ganhasse ainda mais o mercado. Em 1998, saiu da impressão plana (folha a folha) para a rotativa (por caderno). Isso acabou reduzindo o tempo de impressão do jornal de 8 horas para 25 minutos por caderno, e claro, aumentou o número de exemplares. Saiu de dois mil por dia, para 12 mil. Em todas as sedes dos 15 municípios de Roraima chega a

De acordo com Getúlio Cruz, a estrutura existente na empresa atualmente, não apenas de pessoal como material, permitiria a Folha circular com 100 mil exemplares, já que tem a única rotativa do Estado. Muito embora a gráfica seja procurada, sua produção ainda está aquém do que poderia atender.

Hoje a rotativa trabalha duas horas por dia. Ele reforçou que se o mercado crescer, não será preciso a empresa fazer mais nenhum investimento para atender a demanda. "Se tivéssemos 600 mil habitantes, a Folha não precisaria fazer nenhum investimento para atender essa população".

Em relação aos projetos futuros, ele destacou dois: o principal será, no primeiro semestre de 2007, fazer as capas dos cadernos coloridas, que hoje circulam apenas em duas cores. A outra é investir na Folhaweb, que é uma tendência do mercado e que o jornal não pode fugir.

Quanto às metas para o futuro, o diretor disse não ter como fazer muitos planos devido à economia com sobressaltos. Conforme ele, os últimos dois anos foram de sonhos de que o agronegócio pudesse desenvolver, que Roraima fosse se transformar na maior fronteira de produção agrícola.

"Infelizmente estamos terminando 2006 e iniciando 2007 sem perspectivas econômicas. Então o jornal tem que refletir o momento econômico do Estado, porque não tem como pensar em grandes investimentos aqui, na medida que o agronegócio está patinando, não há política de industrialização do Estado", analisou.

Credibilidade e confiança

A consolidação do nome e a credibilidade do jornal também são reforçadas pelo número de anunciantes fixos. Há três anos girava em torno de 15 e 30, e hoje a média é 150. Para a diretora comercial, Paula Cruz, os números representam a consolidação da marca como parceira dos empresários.

No atendimento ao cliente, uma das preocupações tem sido dar oportunidade ao cliente em mostrar seu empreendimento, procurando colocar em páginas onde o negócio poderá ser mais destacado.

Com o fortalecimento da marca, do atendimento e com o retorno que o cliente terá, Paula disse que o jornal conseguiu cumprir o papel de fidelização do cliente. "A cada ano não temos uma rotatividade de entrar e sair cliente. Ao contrário, só agraga mais e mais".

Paula comentou ainda que no próximo ano a empresa começará a desenvolver o projeto gráfico de 25 anos do jornal, contando com páginas coloridas. (R.L.)

Classificados cumprem papel social

Provavelmente quase todas as pessoas um dia precisaram consultar os "Classificados" em busca de efetivar algum negócio, seja através da compra ou venda. São centenas de pessoas que vivem do terceiro caderno da Folha. Pode-se dizer que agrada a gregos e troianos.

Para a diretora comercial Paula Cruz, com o desemprego enfrentado pela população, os Classificados acabam cumprindo um papel social grande, e que, às vezes, muita gente não tem a exata noção da sua dimensão. É um local que anuncia de graça, com oportunidade de falar todo dia com 20 mil pessoas.

Os serviços são dos mais variados, por isso, centenas de pessoas vivem disso, seja vendendo sua produção de salgados, doces, reformas, podas de árvores, venda de móveis, imóveis, carros, motos, entre outros.

"Hoje você encontra absolutamente tudo nos Classificados", disse Paula.

Sobre o futuro para os Classificados, a direção da empresa está estudando uma forma de colocar na internet os anúncios que forem pagos. Mas a boa notícia é que no início do próximo ano os anúncios pagos vão estar disponíveis na FolhaWeb. Nessa fase, qualquer pessoa terá acesso a essa divulgação. Para um futuro mais distante, o acesso a esta relação de serviços/bens/produtos também deverá ser cobrado.
(R.L.)

Rádio Folha completa três anos

No dia 5 de outubro de 2003, entrou no ar em caráter experimental a Rádio Folha, das 6 horas da manhã até meia-noite. A emissora começou com apenas dois locutores, Sunaira Cabral, que entrava às 6h e ficava até meio-dia, e Josean Rego, das 12h às 18h.

O revezamento de turno também acontecia entre os operadores de som Girdene Torreias, Vagner Feitos e Patrick Soares. Os turnos duravam sete horas, se estendendo nos finais de semana e feriados.

Dezesseis dias depois, em 21 de outubro, a rádio entrou no ar definitivamente, das 5h até meia-noite. Para o diretor Getúlio Cruz, colocar a Rádio Folha AM 1020 no ar foi uma vitória.

Destacou a luta para conquistar uma fatia do mercado, por se tratar de uma emissora AM, e no País se fez uma cultura nos últimos anos de rádio FM. "Até onde nós alcançamos estamos bem".

A visão de perspectivas para o futuro da Rádio Folha passa pela aprovação do Governo Federal das normas da rádio digital, que era para estar aprovada desde julho, agora a previsão é para fevereiro. Pensando no futuro, o transmissor já veio pré-preparado para a digitalização. (R.L.)

[← I VOLTA](#)

Copyright © 2005 Jornal Folha de Boa Vista. Todos os direitos reservados.

Sen. Moacir de Souza



A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Rodolpho Tourinho, concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino pela ordem.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, serei brevíssimo.

Quero apenas fazer um comentário. A revista **Veja**, na semana anterior ao último número, havia feito uma matéria sobre a suposta “operação abafa”, que foi inteiramente desmentida pela Polícia Federal, pelos delegados, independentemente da sua posição dentro da Polícia Federal. O próprio Presidente da Associação dos Delegados da Polícia Federal foi muito enfático. Enfim, é uma matéria que caiu no esquecimento porque se mostrou inconsistente. Mas a revista, agora, no seu último número, publicou outra matéria, sempre procurando atingir o Presidente, desta vez procurando atingi-lo por meio de seu filho. Outros jornais também não comentaram, não fizeram nenhuma repercussão sobre uma coisa que seria grave, mas o Senador Antonio Carlos Magalhães achou por bem – e é seu dever, como representante da Oposição – tecer um comentário, que fez de forma respeitosa e adequada, embora exigindo esclarecimentos.

Quero apenas dizer que não tenho mais conhecimentos profundos e detalhados sobre o assunto, mas acredito no que disse o Presidente Lula, que, se o seu filho cometeu algum ilícito, ele será punido na forma da Constituição.

Eu só queria dar esta palavra para não deixar de expressar, em nome do Partido dos Trabalhadores, em nome do Partido do Presidente, a nossa visão sobre essa matéria da revista **Veja**.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr^a Presidente, Senadora Heloísa Helena, peço a palavra para um esclarecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Já concederei a palavra a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É só um esclarecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Não tem nenhum problema, vou conceder a palavra a V. Ex^a.

Concedi a palavra pela ordem. De fato, não era pela ordem, porque não era sobre o andamento dos trabalhos, mas entendi o pronunciamento que S. Ex^a queria fazer. O Senador Roberto Saturnino poderia ter

feito uso da palavra pela Liderança do PT, mas não tem nenhum problema, eu aceito.

Então, vou dar a palavra a V. Ex^a também, Senador Heráclito, pela ordem, embora eu saiba que não é pela ordem, para que encerremos e passemos a palavra ao próximo orador. De outra forma, os dois podem solicitar a palavra pela Liderança dos respectivos Partidos.

Então, tem a palavra V. Ex^a, Senador Heráclito, pelo mesmo tempo que falou o Senador Saturnino.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas um esclarecimento, Sr^a Presidente, para que eu me oriente: em qual página da revista **CartaCapital** V. Ex^a leu a matéria? É da revista **Veja**? Não é da revista **CartaCapital**? Quero perguntar a V. Ex^a porque estou em dúvida.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Citei o respeitável Senador Antonio Carlos Magalhães, que comentou uma matéria da revista **Veja**. V. Ex^a está querendo ironizar, porque V. Ex^a é mestre no assunto. Toda a Casa o conhece; mais do que a Casa, o Brasil o conhece. Mas em mim não resvala, entra por um lado e sai por outro. Não me vou inquietar, nem me zangar com V. Ex^a. Use da ironia, que é bem recebida pelos que nos escutam, pelos que nos vêem, mas não me atinge, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a está sendo injusto comigo. Pensei que fosse mais um artigo da **CartaCapital** que V. Ex^a tão bem traz a esta Casa toda segunda-feira. Pensei que tivesse havido um erro, um engano.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Diálogo feito, terá a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães, que pedirá pelo art. 14. Regimentalmente S. Ex^a pode fazê-lo. Os dois outros Senadores, se quiserem, não peçam mais a palavra pela ordem, porque não se trata do andamento dos trabalhos. S. Ex^as poderão pedir a palavra pelas Lideranças.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães, pelo art. 14.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA). Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a pelo seu espírito de justiça. Agora confesso que não sei o que o Senador Saturnino citou a meu respeito. Talvez eu não estivesse prestando a atenção. Foi recentemente?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Citei que V. Ex^a comentou uma matéria da **Veja**, nada de mais, de forma respeitosa, com todo o direito, até cumprindo um dever de Senador da Oposição.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – E eu comentei que o Senador Saturnino já lê a **Veja**.

Não sabia que lhe ofenderia, Senador Saturnino.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu apenas não sabia do que se tratava. Agradeço a V. Ex^a, Senador Saturnino, e à Presidente por esses esclarecimentos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho, que, pacientemente, estava esperando, embora orador devidamente inscrito, como sempre.

Concedo a palavra a V. Ex^a pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr^a Presidente.

Sr^a Presidente, Srs e Srs. Senadores, venho trazer um tema que creio importante – V. Ex^a me dará razão –, que é o combate à pobreza. Aliás, temos ouvido muito sobre isso nesses últimos dias em debates, mas temos que ver pelo menos quatro momentos diferentes em relação a esse tema.

O primeiro deles, até quando foi criado o programa de combate à pobreza, foi quando o Senador Antonio Carlos Magalhães fez uma emenda, naquela época de valor substancial, se não me engano de R\$4 bilhões, quando se iniciou, efetivamente, pelo menos em recurso, o combate à pobreza.

O segundo momento foi quando foram juntados vários outros programas dentro dessa sigla do combate à pobreza. Trataríamos agora do que seria o Bolsa-Família, iniciado no Governo passado e explorado comercialmente também neste Governo.

Quero trazer um outro ponto, que é uma questão ligada a isso, ligada à questão do combate à pobreza, que é uma das formas de se combater à pobreza. O microcrédito orientado foi aprovado aqui, pela Medida Provisória nº 226, em 2005, que resultou em uma lei que criou o programa com o nome pomposo de Programa Nacional de Microcrédito Produzido Orientado, PNMPO. Quero dizer que o objetivo desse importante programa era a democratização do crédito produtivo e também a utilização dos recursos do compulsório dos bancos: 2% do valor total do compulsório para utilização nesse programa. Inclusive, houve uma flexibilidade para que os próprios bancos, ao longo do tempo, se ajustassem aos seus compulsórios, utilizando esses recursos para fazer o microcrédito orientado. Também foi permitido que isso fosse repassado para organizações da sociedade civil, as Oscips, para as sociedades de crédito ao microempreendedor, as SCMs, e para as cooperativas.

Na verdade, a regulamentação que foi estabelecida depois, que está em vigor, tem-se mostrado insuficiente para alavancar o programa e tem-se mostrado também omisso em relação aos esforços dos municípios para participar desse programa.

Elaborei um projeto de lei que está na pauta da CAE, Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para ser votado. Essa é uma das razões por que trago este tema hoje, pois o projeto inclui, entre as instituições do microcrédito orientado, as agências de fomento e as atividades produtivas que venham a ser criadas por municípios; autoriza os municípios a criar essas agências; e atribui a instituições ligadas ao poder municipal, como o Banco do Povo – aquele que tem uma denominação genérica de Banco do Povo –, a possibilidade também de utilização desses recursos.

Quando da aprovação da medida provisória no Senado, por sugestão do Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, e do Líder do Governo, fui designado, Senadora, para realizar o acompanhamento desse processo de regulamentação, que, aliás, lamentavelmente, nunca ocorreu. Mas foram feitos inúmeros contatos. Da minha parte, fiz inúmeros contatos com bancos que trabalham nessa área, com organizações civis, com cooperativas que operam no setor. Inclusive, a convite do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Mundial, fui a Washington em missão oficial, como representante do Senado, para colher todas as experiências que estavam ocorrendo no mundo, como a do Grameen Bank, fundado há mais de 35 anos, que acaba de receber, junto com seu fundador, o economista Yunus, o Prêmio Nobel da Paz deste ano.

Entendo que temos de aproveitar este momento em que está clara, na mídia e na cabeça de todo o mundo, a importância de um Prêmio Nobel da Paz, para que avaliemos o que está acontecendo no Brasil. Na verdade, não tem acontecido nada com relação ao microcrédito orientado. Esse é o assunto que quero trazer, e o estou fazendo desta forma.

Antes, quero falar de outro aspecto. Temos tudo neste País para ser um país justo, socialmente justo. No entanto, somos das Nações mais desiguais deste mundo. Lembro o momento em que foi criado o Programa de Combate à Pobreza, quando o Senador Antonio Carlos Magalhães alocou R\$4 bilhões de recursos do Orçamento para seu desenvolvimento. Mas esse programa não funcionou como devia no Governo anterior, e agora se chega a um simples programa de transferência, o Bolsa-Família, ainda que necessário e importante.

Quero juntar estas duas pontas: a experiência do Bolsa-Família, que considero válida e que deve ser aprimorada, e a outra experiência, com mais de

35 anos no mundo inteiro, em Bangladesh, do economista Yunus, do Grameen Bank.

Entendo claramente que, se adotados simultaneamente esses dois programas – um programa de transferência e um programa que efetivamente incentive produção e geração de emprego –, teremos mais condição de obter os melhores resultados.

Devido à incapacidade de incentivar a produção ou de gerar empregos, um programa de transferência de renda do tipo Bolsa-Família tem uma reduzidíssima capacidade ou uma capacidade nula de alavancar o crescimento econômico. Possivelmente, é uma das razões por que temos enfrentado tantos problemas em relação a isso.

No caso específico do Brasil, que tem outros entraves ao crescimento, é preciso que um programa de transferência de renda seja acompanhado de outro programa que seja capaz de reduzir desigualdades, de reduzir a pobreza, mas também de promover o crescimento.

Analisando a experiência mundial, podemos verificar, então, que a melhor experiência, no mundo inteiro, não se restringe a Bangladesh. Já existem experiências importantes no México, na América Latina de forma geral e, inclusive, nos Estados Unidos. Seguramente, é por essa razão que, creio, foram contemplados, com o Prêmio Nobel da Paz, tanto a instituição quanto o Yunus.

Temos certeza de que os pequenos negócios são fundamentais para a geração de emprego e renda. No entanto, no Brasil, esses pequenos empreendedores enfrentam grandes dificuldades no acesso ao crédito formal, o que dificulta e até inviabiliza sua sobrevivência.

Para garantir que o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado torne-se efetivamente um instrumento capaz do combate à pobreza, é preciso, agora, sim, que se reveja sua regulamentação e que se coloque todo o pessoal – todas as Oscips, SCMs, o Governo e todas as pessoas que trabalham em atividades diretamente ligadas a esse assunto – para discutir as deficiências existentes.

A evolução das aplicações tem sido muito lenta. Segundo reportagem do jornal **O Globo** da semana passada, daquilo foi colocado à disposição do BNDES, cerca de R\$170 milhões, para aplicação até 2008, só foram negociados até agora R\$84 milhões, cerca de metade; e liberados apenas R\$9 milhões para o Microcrédito Orientado Produtivo. Do total dos depósitos compulsórios, apenas cerca de R\$1 bilhão têm sido aproveitados pelos bancos comerciais – privados e estatais –, a exemplo do Banco do Nordeste do Brasil, mas nunca em Microcrédito Orientado Produtivo.

Ele é estabelecido em microfinanças, e aí o Governo promoveu uma grande confusão entre microfinanças e Microcrédito Orientado Produtivo. São condições diferentes, são linhas de crédito inteiramente diferentes, com acompanhamento inteiramente diferente.

Vemos hoje que, além de não haver uma regulamentação, foram liberados apenas 5% dos recursos do FAT do BNDES, dos R\$170 milhões colocados à disposição do microcrédito. Uma grande parcela daquele R\$1 bilhão, representados por 2% dos depósitos compulsórios dos bancos do Brasil, é utilizada hoje não da forma como fora prevista, mas muito mais para microfinanças.

Existem experiências importantes, como a do Banco do Nordeste, com o Crédito Amigo; como a dos Correios, com o Banco Postal. Mas, insisto, isso não é microcrédito produtivo orientado. Isso não é aquilo que fez do Grameen Bank um grande banco ao longo de 35 anos. Isso não é aquilo que vai permitir reduzir pobreza.

Há uma grande diferença entre os recursos que são disponibilizados para microfinanças, pois podem ser utilizados na compra de um bem, de uma televisão, por exemplo, que não gera nada de novo, que não acrescenta nada ao processo produtivo. Mas, no Microcrédito Produtivo Orientado, isso não seria possível. Isso deveria ser proibido. Então, são coisas diferentes.

Quero chamar a atenção, neste momento, para dois pontos, pelo menos: existem recursos – é lamentável que haja programas com tantos recursos neste País que não possam ser aproveitados; a regulamentação não está atendendo àquilo que é preciso para que esse programa se desenvolva.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Permite-me V. Ex^a um breve aparte, Senador Rodolpho Tourinho?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Concedo o aparte, com muito prazer, ao Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Primeiro, cumprimento V. Ex^a pelo discurso, pelo tema escolhido. Efetivamente, é muito importante que o Brasil desenvolva bem essa linha do microcrédito assistido. Estou de acordo com V. Ex^a e também faço a minha crítica. Acho que o Governo não avançou o que poderia ter avançado, que há recursos para isso, e espero que, se houver um segundo mandato do Presidente, essa linha seja desenvolvida com mais intensidade, porque eu também acho, concordando inteiramente com V. Ex^a, que esse é um instrumento ótimo, excelente, muito eficaz para o processo de desenvolvimento. Só peço licença para discordar quanto aos efeitos do Bolsa-Família. Também acho que o Bolsa-Família não

é um programa para promover crescimento, mas um programa para redistribuir renda, objetivo primordial numa sociedade injusta como a nossa, fato que V. Ex^a mesmo reconheceu ao assumir a tribuna. Agora, ele também tem um efeito dinamizador da economia, na medida em que faz crescer o comércio do Nordeste. Tenho lido referências até na revista **Exame** – não é na revista **CartaCapital**; não está presente aqui o Senador Heráclito Fortes, mas a revista **Exame** comenta o crescimento do comércio no Nordeste, que é muito importante, quer dizer, o comércio de investimento, de colchões, de móveis, de fogão, fruto do processo de redistribuição por meio do Bolsa-Família. Então, ele também tem o seu efeito dinamizador, mas não é um programa de crescimento e, sim, um programa de redistribuição. Agora, o microcrédito assistido, sim, é redistributivista e é também desenvolvimentista, mais diretamente. Então, eu quero concordar com V. Ex^a e cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento.

O SR. RODOLPHOTOURINHO (PFL – BA) – Senador Saturnino, em momento nenhum eu disse que era contra o Bolsa-Família. Não é isso.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Rodolpho Tourinho, eu pediria a V. Ex^a, efetivamente, um art. 14, para eu me defender aqui.

O SR. RODOLPHOTOURINHO (PFL – BA) – Quem concede o art. 14 é a Presidência.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Faça um aparte.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mas eu queria pedir a V. Ex^a. Na realidade, é um aparte.

O SR. RODOLPHOTOURINHO (PFL – BA) – Eu concedo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O Senador Saturnino não sabe que eu sou o seu anjo da guarda e que estou aqui, às suas costas, a protegê-lo. Fique tranquilo, eu li a matéria da **Exame**. Agora, pediria a V. Ex^a que visse também a matéria fantástica que traz a **Exame** desta semana sobre as ONGs. V. Ex^a, um homem que fica indignado com as coisas erradas, vai ter uma matéria para ficar indignado e para comentarmos amanhã neste plenário. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. RODOLPHOTOURINHO (PFL – BA) – Senador Saturnino, vou retomar o meu raciocínio rapidamente.

Em primeiro lugar, sou inteiramente favorável ao Programa Bolsa-Família. Disse apenas que, se compararmos um programa de bolsa-família com o programa de Microcrédito Orientado Produtivo, ele é muito mais lento na capacidade de gerar o crescimento. Por quê? Porque ele não está dirigido à produção nem à geração de emprego. O programa orientado, sim.

Então, o que eu digo é que, na hora em que temos esse exemplo da concessão de um Prêmio Nobel da Paz a um banco e ao seu instituidor, o economista Yunus, é o momento de pensarmos, com a nossa experiência ruim aqui no Brasil com relação a isso, em acoplamos ao Bolsa-Família um programa de crédito orientado de uma forma melhor. Por quê? Porque aí temos uma saída automática, uma saída ainda que não seja para 100%, mas uma grande saída automática. E essa saída também é que permitirá o crescimento. Essa é a minha linha de raciocínio.

Há ainda dois pontos a serem abordados antes de encerrar essa questão hoje. Existem recursos. Quando imaginamos, Senador Saturnino, que existe um bilhão de recursos, correspondentes a 2% do compulsório, que podem ser utilizados para gerar produção e emprego e que esses recursos, neste momento, atendem a algumas necessidades de bancos privados e mesmo de bancos estatais, penso que está na hora de se revisar a implicação disso.

No momento em que R\$170 milhões de recursos do FAT estão à disposição do BNDES e que apenas 5% deles estão sendo utilizados, consultando as organizações sociais que tratam do microcrédito, as cooperativas, todas essas pequenas instituições, porque todas elas são muito pequenas, elas dizem que, com esse tipo de legislação, não vão a lugar nenhum. E a prova é esta, a prova está aqui: o microcrédito não está crescendo.

Só quero, neste momento em que um Prêmio Nobel da Paz é concedido a um banco, por um programa que está provado no mundo inteiro como uma das melhores coisas para se reduzir a pobreza, em que temos recursos alocados para isso, recursos claramente alocados, não sujeitos a nenhum tipo de contingenciamento – ainda tem mais essa –, como essa questão do compulsório, acho que está na hora de se rever o que se está fazendo de errado em relação à legislação.

Eu diria, Senador Saturnino, que não é tanto em relação à legislação, mas em relação à regulamentação, o que é muito pior e torna muito mais grave esse imobilismo no microcrédito orientado produtivo, porque isso já faz parte de um conjunto de medidas burocráticas que estão impedindo a implementação de um grande programa como esse, que está aprovado hoje pelo Banco Mundial. Esta instituição considera o microcrédito orientado produtivo um dos instrumentos mais importantes para a redução da pobreza mundial.

Nossa vinda hoje aqui tem o sentido de, no momento em que é concedido esse Prêmio Nobel, chamar a atenção do País para um problema que consideramos tão sério, tão grave e para o qual temos a solução.

Muito obrigado, Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Tem a palavra V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, encaminho à Mesa, para publicação, matéria realmente insólita. É um pequeno discurso que se embasa em matéria do jornal **O Globo**, do dia 21 de outubro último, sob o título “Pais denunciam excursão irregular a comício”. A Associação Petropolitana de Estudantes levou, sem autorização, 230 menores a ato de Lula na Cinelândia.

Diz aqui que a Associação Petropolitana de Estudantes, APE, ligada à União da Juventude Socialista e ao PcdB teria levado alunos, sem autorização dos responsáveis, a um comício presidencial.

Depois tem um subtítulo: “Professores notaram falta dos alunos e escola avisou pais”. Mais ainda: os alunos teriam passado o dia sem comer e sem beber. É uma coisa realmente... Aquelas “espontâneas” do tempo do Presidente Vargas eram assim: colocavam as crianças para darem adeus ao Presidente com as bandeirinhas, mas, pelo que me consta, nas “espontâneas” do Vargas tinha comida, tinha água, enfim. Desta vez, não, nas “espontâneas” do Lula – toda vez que eu falar a palavra “espontânea”, peço à Taquigrafia que aspeie. Nesse caso, quer dizer, sem o pai saber, sem comida e sem bebida. Ou seja, quase um campo de concentração.

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a mais recente ação do Governo Lula é o descaminho de escolares menores. Para dar aparência de comparecimento maciço aos comícios do Presidente-candidato, a turma do Baixo PT cometeu crime de mini-sequestro de crianças, levadas por uma completa e cuidadosamente urdida indução ao comício de Lula na Cinelândia, no Rio.

As mais novas vítimas do petismo são 230 crianças, de 12 a 16 anos, todas alunas de escolas públicas e particulares de Petrópolis. Os petistas não pediram nem autorização aos pais ou responsáveis.

Isso ocorreu na terça-feira última em ação coordenada pela Associação Petropolitana de Estudantes, ligadas ao PcdB, que apóia a candidatura petista.

Às crianças, os responsáveis pelo “mini-sequestro” explicaram que seria uma viagem rápida e que todos estariam em Petrópolis às 17 horas e 30 minutos. Chegaram à meia-noite. Ficaram sem comer ou beber qualquer líquido.

O relato está na edição de sábado passado, dia 21, de **O Globo**. De tudo, foi registrada ocorrência em delegacia policial, no Conselho Tutelar de Menores e no Ministério Público.

A tal da Associação Petropolitana de Estudantes reconhece que não pediu autorização aos pais das crianças e disse, com a cara petista mais deslavada do mundo, que “não podia impedir alunos de irem a ato a favor de Lula”. Ele, de nome Thiago Mayworn, só não explica que os alunos são todos menores de idade.

Antes da viagem, nos quatro ônibus, os dirigentes da Associação percorreram quatro escolas de Petrópolis para aliciar os menores, para eles “um convite”.

O jornal **O Globo** transcreve também a semi-cerimônia com que se defende outro dirigente da Associação Petropolitana de Estudantes, Wagner José Mineiro:

“– É injusto da nossa parte não levar os estudantes para exercer a democracia e a cidadania. A juventude deste país está buscando o melhor para ela e é isso que estamos tentando resgatar.”

Bela democracia esta que Lula e o PT acenam às crianças!

Por isso mesmo e para que o historiador do amanhã disponha de elementos para avaliar a conduta do partido do Presidente, estou anexando a este pronunciamento a matéria de **O Globo** a fim de que, assim, passe a constar dos Anais do Senado da República.

Além da matéria, leio o que me escreve a Sr^a Maria Helena de Souza Neto, mãe de uma das crianças levadas ilegalmente ao comício de Lula. Diz ela:

“Senador,

Não posso ficar calada. Estou muito indignada. O que estão fazendo com nossas crianças é um crime.

Os pais de família merecem respeito e sossego. Eles precisam trabalhar e seus filhos têm que estudar. Precisamos passar o Brasil a limpo.”

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Pais denunciam excursão irregular a comício

Associação Petropolitana de Estudantes levou, sem autorização, 230 menores a ato de Lula e Cabral na Cinelândia

Cassio Bruno

• Pais de alunos de escolas públicas e particulares de Petrópolis registraram queixa contra a Associação Petropolitana de Estudantes (APE), ligada à União da Juventude Socialista (UJS) e ao PCdoB, por levar alunos, sem autorização dos responsáveis, ao comício do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que disputa a reeleição, e de Sérgio Cabral (PMDB), candidato ao governo do Rio, terça-feira, na Cinelândia. Pelo menos 230 menores, entre 12 e 16 anos, foram levados pela associação ao ato político, que reuniu cerca de dez mil pessoas.

Os alunos, a maioria em horário de aula, saíram de Petrópolis

em quatro ônibus, por volta das 13h de terça-feira. Antes da viagem, receberam um panfleto da APE informando da passeata e da disponibilidade dos ônibus. A volta estava prevista para as 17h30m, mas eles chegaram à cidade após a meia-noite.

Ontem, uma comissão formada por 45 pais de alunos do Colégio Estadual Irmã Cecília Jardim, no bairro Cascatinha, reuniram-se e decidiram, além de registrar queixa contra a APE na delegacia, procurar o Conselho Tutelar e o Ministério Público.

Professores notaram falta dos alunos e escola avisou pais

Segundo a diretora da escola, Vânia Dias de Oliveira, os professores só percebe-

ram a falta dos alunos depois que correu o boato sobre a excursão. Ela afirma que uma coordenadora foi às salas de aula para saber quem estava ausente, para em seguida avisar aos pais.

— Multos alunos ficaram surpresos quando estavam descendo a Serra, porque os organizadores tinham prometido um passeio em lugar próximo. A gente quer saber que tipo de convencimento foi usado. Alguns contaram que prometeram lanche, passeio e ida à praia. A maioria é de menores e não vota — disse a diretora.

Alunos passaram o dia sem comer nem beber
Segundo alguns pais, que

não quiseram se identificar, os alunos ficaram o dia todo sem comer nem beber. Alguns teriam passado mal. Eles dizem ainda que os organizadores pagaram no meio da serra, na volta para Petrópolis, e deixaram R\$ 50 para que os alunos voltassem em ônibus regulares até suas casas.

Uma estudante do ensino médio do Colégio Estadual Dom Pedro II disse que os alunos só foram avisados de que excursão era para o comício momentos antes da saída dos ônibus.

— Têm alunos de 12 e 13 anos. E eles prometeram chegar aqui às 17h30m, horário de saída da escola. ■

Entidade reconhece que não pediu autorização e nega ligação partidária

Presidente da APE: 'Não podia impedir alunos de ir a ato a favor de Lula'

• O presidente da Associação Petropolitana de Estudantes (APE), Thiago Mayworm, alega que ninguém foi obrigado a ir ao comício de Lula e Cabral, apesar de a maioria dos alunos ser menor de idade. Segundo ele, integrantes da entidade percorreram pelo menos quatro escolas, onde foi feito o convite nas salas de aula. Ele admite que houve um problema no Colégio Estadual Irmã Cecília Jardim, causado por

membros da diretoria da APE, que não pediram autorização dos pais dos alunos.

— Foi um problema isolado nessa escola. Na maioria dos diretores da associação não procurou saber se dentro dos ônibus estariam alunos dessa escola. Foi um convite. Eu não podia impedir esses alunos de fazer um ato a favor do presidente Lula — disse.

O diretor de movimento es-

tudiantil da APE, Wagner José Mineiro, nega que a associação seja ligada a partidos, embora tenha relações com a UJS, que tem ligação com o PCdoB.

— É injusto da nossa parte não levar os estudantes para exercer a democracia e a cidadania. A juventude desse país está buscando o melhor para ela, e é isso que estamos tentando resgatar — afirmou.

A diretora do Colégio Irmã Cecília, Vânia de Oliveira afir-

ma que apenas os alunos do ensino médio da unidade foram convidados dentro da escola. Além dos responsáveis dos alunos do Colégio Irmã Cecília, outros pais também se uniram contra a APE.

Onze dias antes do comício, o candidato Sérgio Cabral esteve no município. O candidato encontrou lideranças políticas e inaugurou um comitê de campanha no Centro do município. ■

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Está registrada a solicitação de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador César Borges como orador inscrito, pelo tempo que entender necessário ao seu pronunciamento. Depois, tem a palavra V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio. Estão inscritos também os Senadores Heráclito e Valdir Raupp. Se mais algum Senador ainda quiser se inscrever, favor comunicar à Mesa.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador César Borges, pelo tempo que entender necessário ao seu pronunciamento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena, que preside a sessão neste momento.

Minhas primeiras palavras objetivam parabenizá-la pela campanha que encetou como candidata à Presidência da República, pelo Partido criado por V. Ex^a e por outros companheiros, o PSOL. Parabenizo-a principalmente pela coerência.

Isso não significa qualquer concordância, muitas vezes, com suas posições políticas e ideológicas. Mas, sem sombra de dúvida, V. Ex^a foi honesta intelectualmente, correta com o que fez ao longo de sua vida e manteve uma coerência digna de elogios.

Todos os que acompanharam esses recentes episódios no País viram um partido como o Partido dos Trabalhadores fazer uma revisão completa de sua prática, seus pensamentos e princípios, sem sequer fazer uma autocrítica, sem sequer fazer, como deveria ser normalmente, uma grande convenção para o debate e mudanças de rumos em que isso pudesse ser discutido democraticamente dentro do PT. E aqueles que não estivessem com a maioria e quisessem se afastar do partido que pudessem fazê-lo. Não! Preferiram o autoritarismo, expulsando pessoas que só tinham, na verdade, com elas a razão, a razão de manter a coerência.

Foi assim que o PT se portou com V. Ex^a, Senadora. E V. Ex^a levou a sua luta de tal forma que há o reconhecimento do País pelo seu desempenho na sua candidatura.

Se, por um lado, temos que reconhecer e parabenizar essa coerência – porque é muito bom ver a coerência na vida pública, na vida política –, por outro lado, temos a lamentar muito a posição do Partido dos Trabalhadores, em particular daquele que é emblemático, que é o símbolo maior do PT, o Presidente Lula.

Para mim, Senadora Heloísa Helena, é realmente trágico ver aquela figura, que é o Presidente do nosso País, defendendo as posições que defende hoje no debate, mentindo de forma deslavada para a popula-

ção brasileira, apresentando-se como candidato dos pobres, o pai dos pobres, ou apresentando-se como o descobridor do Brasil; comparando-se a Jesus Cristo, comparando-se a Deus; comparando-se aos maiores homens da República brasileira que deixaram história de trabalho pelos mais pobres, como é o caso de Getúlio Vargas pelos trabalhadores. Lamentavelmente, Lula aparece na televisão sem compromissos com o povo brasileiro e se auto-intitulando pai dos pobres; procura criar uma divisão artificial dentro da nossa sociedade, na qual não acredita e que usa apenas como discurso para captar votos e simpatias necessárias para se manter no poder. Lula não passa de um arrivista, faz o que for necessário para se manter no poder. Mente, distorce a verdade, imputa a seus adversários inverdades, desonras inclusive.

É lamentável que o País venha vivendo há dois anos, desde maio de 2005, esta seqüência de escândalos: acompanhamos a CPI dos Correios, ouvimos aqui na CPI dos Correios uma declaração do Sr. Duda Mendonça, que era o todo-poderoso marqueteiro, responsável pela imagem de Lula, responsável pelo novo programa, pela Carta ao Povo Brasileiro, feita na eleição de 2002 – o Presidente da República não dava um passo sem ouvi-lo! –; pois ouvimos Duda Mendonça dizer alto e bom som, voluntariamente se apresentando à CPMI, que recebeu R\$10,5 milhões lá fora, contrariando a legislação brasileira para fazer a campanha do PT.

Muitos, naquela Comissão, naquele dia, disseram: “A República caiu, as Instituições caíram!”

Foi colocada em curso uma prática que o PT mantém até hoje: a da dissimulação, da mentira, da tergiversação dos fatos. Ele hoje é um Presidente que se esconde atrás de seus companheiros, que vai entregando um a um para se manter no Poder; um Presidente que nada sabe, que nada viu, mas está por trás de todas as ações; um Presidente que, num dia, diz: “não perguntarei a companheiros de onde veio o R\$1,7 milhão” e, no dia seguinte, diz que chamou o Presidente do seu Partido, Berzoini, e pediu uma explicação sobre esse dinheiro e sobre esse caso, senão ele não seria mais Presidente do PT.

No fundo, sabe exatamente toda a história, sabe de onde veio o dinheiro, mas a posição tem sido na questão do valerioduto, posteriormente, do mensalão, assim também no “dossiêgate”, assim nas cartilhas, 11,7 milhões de cartilhas que, segundo o próprio Governo, foram entregues ao PT – isso já seria um crime, uma ilegalidade –, e que nem sequer foram confeccionadas. Esse caso está aí para ser apurado. Mas todos os casos vão se amontoando lá num lugar bem escuro deste Governo, que entristece a Nação brasileira, mas

que continua no seu propósito de manter-se no Poder e para isso usa de todas as artimanhas.

Faz escola: hoje, passa a ser notícia nacional que o Governador eleito da Bahia, Jaques Wagner – aquele que foi Ministro do Trabalho, que criou o primeiro emprego, para o qual Lula disse: "Vá, Wagner, agora você poderá criar 200 mil empregos por ano para a juventude brasileira...". O programa não deu certo, não criou mais do que um emprego na sua primeira fase; reformulado, criou até próximo a 2 mil empregos. Imaginem, 2 mil empregos contra 250 mil por ano. Pois bem, esse Wagner, que hoje vai governar o meu Estado da Bahia, está na escola do seu Presidente Lula e vem dizer à Nação brasileira, que ouve de forma estarrecida, que petistas do dossier Vedoin têm o direito de mentir. Ou seja, ele está transformando esses seus companheiros petistas em réus confessos. Se eles têm direito de mentir é porque têm algo a esconder. Estranho ele ser réu confessado; agora, ele dizer isso publicamente, Senador Heráclito Fortes, é demais! É demais, contraria tudo! Aqui há declarações interessantíssimas do Corregedor do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil. Vejamos o que diz o Sr. Sergei Cobra Arbex:

Não há limitação no direito de defesa, mas isso não é o mesmo que ter o direito de mentir. Ele está colocando como fato notório que alguém está mentindo. E ele é uma figura pública, é uma força política tanto como opinião como dentro do próprio partido. O que me espanta é que, se ele está declarando que eles já mentiram, está de certa forma condenando os réus. Está admitindo que mentiram e praticamente confessando o crime.

Essa é uma afirmação do Corregedor da OAB sobre uma declaração do Sr. Jaques Wagner, que hoje é Governador eleito da Bahia. Eu fico imaginando: o que poderá acontecer se mentir, mentir e a mentira fizer parte de uma prática política?

Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a tem a palavra.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador César Borges, vai ver que, como tudo o que acontece, o Governo não sabia. Eu quero ter o cuidado, Senador, de trazer a V. Ex^a agora um fato estarrecedor e escandaloso, mas que precisa de uma apuração concreta. A coluna do jornalista Cláudio Humberto diz o seguinte: "Dossiê: jatinho na pista". Testemunhas, no aeroporto Campo de Marte, em São Paulo, confirmam o pouso de um Cessna 210 três dias antes da prisão da gangue do dossier, pelas 16 horas e 10 minutos, com Hamilton Lacerda, o ex-assessor de Aloizio Mercadante, o Diretor da Vicatur Câmbio e Turismo, Fernando Ribas,

e um terceiro, não identificado. O avião saiu do aeroporto de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, como antecipou a coluna. Procurado, Ribas não retornou as ligações. E logo embaixo temos: "Vôo livre. Interditado por má conservação, o aeroporto de Nova Iguaçu é municipal, e o prefeito é Lindberg Farias, do PT. O Cessna é de uma empresa de segurança." Senador César Borges, o Presidente Lula vai saber do envolvimento dos seus companheiros por coluna de jornal, pelo simples fato de não querer cobrar dos seus companheiros, seus vizinhos de gabinete, esses fatos. Louvo o trabalho que a imprensa vem tendo nesses episódios. Ela traz aqui um fato da maior gravidade. Se comprovado o fato como verdadeiro, deixa mais uma vez o Governo em maus lençóis. E aí uma pergunta: E a Abin, nisso aí tudo, não sabe de nada, não viu nada? É terrível, Senador, mas é o que estamos vivendo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Heráclito Fortes, qualquer pessoa de raciocínio mediano que se debruçar sobre esse assunto verá que o Presidente da República sabe da origem do dinheiro. Faz 38 dias que esse dinheiro foi apreendido nas mãos de militantes do Partido dos Trabalhadores, que foram presos. E é claro que, desde o primeiro dia, todos os petistas envolvidos sabiam da origem completa do dinheiro, inclusive o Presidente da República. O que ele tem feito é uma chicana, no sentido de impedir a divulgação, que lhe pode trazer prejuízos eleitorais. Ele imaginava ganhar no primeiro turno, mas a divulgação da montanha de dinheiro, de dólares e de reais, talvez tenha sido um dos fatores importantes para que houvesse o segundo turno.

Não tenho dúvida de que o Presidente Lula está sabendo de tudo, a esta altura, nos mínimos detalhes. Ele não está sendo honesto com a Nação brasileira, e, lamentavelmente, tem sido esta a prática nos dois últimos anos: mentir, mentir e mentir; além de dizer: "Não, eu não sou investigador; há uma Polícia Federal, há Ministério Público; há Justiça; se um dia condenar, muito bem; enquanto não houver condenação, somos todos inocentes!" Quando eles sabem exatamente os crimes que praticaram, Sr. Presidente. Têm consciência perfeita, e tudo vai aparecer. Agora, tudo é armado de tal forma que fique preservada sempre a figura do Presidente. Chega-se até o último baluarte, mas o Presidente, no fim, diz: "Eu não sabia de nada!".

Senador Antonio Carlos.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Senador César Borges, a participação da OAB nesse assunto torna mais grave a afirmativa do Governador eleito da Bahia. Nós acompanhamos a campanha, e ele mentiu do primeiro ao último dia. Pensávamos que ele era um mentiroso político de campanha, mas

mentia deslavadamente e era desmentido na televisão. Hoje, vimos que é da sua índole, está realmente na sua consciência o fato de mentir. Daí porque aconselha a seus correligionários que mintam, mintam para não ficarem incriminados. Ora, ele desconhece o Código Penal, desconhece a Constituição; aliás, é pouco versado nesses assuntos porque as pessoas podem não ser formadas, mas são capazes de estudar e de melhorar seus conhecimentos, mas no caso dele não. Ele não estudou, não estuda e é fruto, evidentemente, do peleguismo do Lula.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Antonio Carlos, V. Ex^a foi no âmago dessa questão. Quem admite que o réu possa mentir... V. Ex^a já veio a esta tribuna hoje e disse que o réu tem o direito de não se auto-incriminar, mas não de mentir. Mas o Governador eleito da Bahia, Jaques Wagner, dá o direito da mentira. Não há esse direito da mentira. Não há esse direito.

Nessa mesma reportagem, há uma declaração do Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Nicolao Dino de Castro e Costa Neto, explicando que a defesa tem limites. Ninguém é obrigado a produzir provas contra si mesmo, mas isso não confere a ninguém o direito de atribuir a outrem um crime se ele sabe que esse alguém não o cometeu. De acordo com o mesmo procurador, se uma mentira afetasse injustamente outras pessoas, o autor poderia ser processado por calúnia ou denunciaçāo caluniosa.

Então, é muito grave. Não é à toa que os jornais brasileiros publicaram em primeira página essa declaração do Sr. Jaques Wagner.

Ontem, após o debate na Record, mais perplexos ainda ficamos quando ouvimos o Sr. Jaques Wagner dizer que o candidato Alckmin, ao cobrar do Presidente Lula investimentos em infra-estrutura no Nordeste, investimentos para fazer crescer a economia nordestina e tirar a diferença que existe entre Sudeste e Nordeste do País – e que não será tirada com programas assistencialistas, tipo Bolsa Família –, desconhecia os investimentos do Presidente Lula no Nordeste e dava o exemplo da Bahia, cujo Produto Interno Bruto vinha crescendo mais de duas vezes que o do País, isso por obra e ação dos investimentos do Presidente Lula na Bahia.

Ora, isso é uma mentira deslavada, uma mentira sem tamanho! A Bahia vem crescendo – apesar do Presidente Lula, que não investiu em infra-estrutura no nosso Estado – graças ao esforço dos seus governantes e do seu povo, que souberam fazer um trabalho, nos últimos anos, a favor do crescimento do Estado.

Mudamos a nossa matriz industrial, conquistamos pólo petroquímico, conquistamos indústria automobilís-

tica, indústria calçadista, mudamos o perfil industrial do Estado. Deixamos de ser um Estado essencialmente agrícola e passamos a ser um Estado industrializado, com a produção de bens de consumo final.

O que o Presidente Lula fez pela Bahia nos seus quatro anos de Governo? Fez alguma estrada pela Bahia? Recuperou as rodovias baianas? Fez algum porto? Construiu, por acaso, o tão desejado gasoduto, ligando o Rio de Janeiro à Bahia? O Presidente Lula ressuscitou, como prometeu, a Sudene, que levou Celso Furtado, adoentado, para Fortaleza, a fim de lá fazer uma pantomima de refundação da Sudene? Não, Sr. Presidente, o Presidente Lula não fez absolutamente disso nada pela Bahia.

Não há uma obra de vulto na Bahia feita pelo Presidente Lula. Ele passou três anos, colocando uma pedra em cima do metrô de Salvador. Veio a liberar recursos, que não são federais – são recursos do Banco Mundial –, já ao apagar das luzes, para faturar de forma eleitoral.

E vem o atual Governador, que procura ser o arauto do Presidente Lula, dizer que foi graças aos investimentos do Governo Federal na Bahia que a fizeram crescer! Isso é terrível! Lamentavelmente, o Partido dos Trabalhadores e seus membros não têm compromisso com a verdade; farão e fazem qualquer discurso desde que seus objetivos imediatos ou mesmo a médio e longo prazo estejam no foco e possam ser atendidos.

Sr. Presidente, as mentiras do Presidente Lula não param por aí. Ontem, no debate, isso ficou claro; e hoje a imprensa colocou os pingos nos is. Por exemplo, o Presidente Lula, que usou o debate para se apresentar como candidato dos pobres, chegou a ponto de dizer, usando o seu bordão preferido, conforme artigo de Gustavo Patu, na **Folha de S.Paulo**, que pela primeira vez os pobres podem freqüentar o Palácio do Planalto. Isso faz parte do imaginário, porque o IBGE mostra que a desigualdade social vem caindo lenta, mas continuamente, no País desde 1993. Um estudo da Fundação Getúlio Vargas apontou que a miséria caiu 14,8% nos primeiros três anos do Governo Lula – veja bem, Sr. Presidente, o IBGE diz que são 14,8% –; no debate, ele falou 19,3% a 20%, contra 23% no Governo Fernando Henrique. Ou seja, no Governo Fernando Henrique, a miséria caiu muito mais do que no Governo Lula. Na média anual, os resultados são quase idênticos: 5,2% no Governo do Presidente Lula contra 5,1% no Governo do Fernando Henrique Cardoso.

Temos, então, que alertar o País no sentido de que é necessário fugir dessa tentativa do Partido dos Trabalhadores de praticar mais um estelionato eleito-

ral para permanecer mais quatro anos governando ou “ingovernando” o nosso País.

O País está sem obras de infra-estrutura; o País está sem crescimento econômico. Hoje, a Bolsa de Valores está tendo uma acentuada elevação nos seus índices por conta de que a Vale do Rio Doce está comprando uma empresa canadense e passando a ser a segunda maior mineradora do mundo. E isso está se dando graças à privatização da Vale do Rio Doce. E o Presidente Lula se passa de estatizante, quando ele, no Governo, privatizou o que pôde e que esteve ao seu alcance, e o maior exemplo disso é que ele privatizou as florestas brasileiras. E o referido projeto, que permite, inclusive, que as florestas possam ser manipuladas por empresas estrangeiras, foi aprovado por este Plenário. Isso é uma privatização danosa aos interesses brasileiros. Mas foi feita neste Governo que, ao mesmo tempo, se diz contra a privatização. Mas aqui está um exemplo: a Vale do Rio Doce tornou-se um orgulho para o País; uma empresa nacional que consegue adquirir a maior mineradora do Canadá.

Essas verdades têm de ser pontuadas, porque aquele jeito de malandro carioca do Presidente, aquela sua ironia forçada ao responder as perguntas do debate nos leva a uma preocupação imensa de que teremos dificuldades muito grandes em convencer o povo brasileiro de não aceitar mais um estelionato eleitoral. Há um gatilho armado contra a economia nacional. Assim, com certeza, no próximo ano, 2007, seja qual for o Presidente, ele terá imensas dificuldades em cortar gastos e ajustar o Orçamento para manter o País em condições de ter a conquista maior do controle da inflação assegurada, porque, neste ano, foi praticado mais um estelionato por conta do uso da máquina eleitoral.

O que lamento é que todas as nossas instituições estejam maneteadas, presas, como que iludidas por este Governo. O que se verifica é que há um crime eleitoral fortíssimo praticado na atual conjuntura da campanha eleitoral; e a Justiça Eleitoral não está sendo célere para apurar. Um crime eleitoral foi praticado pelo uso da máquina, pela tentativa de compra de dossiê.

Imagine, Senador Heráclito Fortes, que o Jaques Wagner chegou a fazer blague com a questão do dossiê. Questionado se parecia crível que o Presidente não soubesse da negociação para a compra do dossiê Vedoin, tendo tantas pessoas de seu círculo íntimo envolvidas no escândalo, Jaques Wagner não perdeu o bom humor e disse: o velho Sherlock perguntaria: “A quem interessa isso?”. Seguramente não interessa ao Presidente Lula. Ora, não interessa ao Presidente Lula? Então, a quem interessaria esse relatório? Só podemos chegar à conclusão de que o Jaques Wag-

ner está querendo entregar o Aloizio Mercadante, porque o Hamilton Lacerda era assessor direto do Aloizio Mercadante.

Na campanha, era coordenador e porta-voz; e aqui, no Senado Federal, ocupava cargo comissionado no gabinete de Aloizio Mercadante. E será que não interessaria a Aloizio Mercadante esse dossiê para liquidar seu oponente direto, o atual Governador eleito de São Paulo, José Serra, se desse certo a armarção? É claro que interessaria. Então, “a quem interessaria?”, pergunta Jaques Wagner. A Mercadante, de forma direta; e, indiretamente, interessaria a quem? Ao Presidente Lula, porque governar o País tendo também o Governo de São Paulo na mão do PT realmente seria muito melhor do que governar o Brasil tendo São Paulo, a unidade mais rica da Federação, na mão do PSDB.

Sr. Presidente, este é o nosso pronunciamento hoje, às vésperas de uma eleição, que é uma encruzilhada no destino do País.

Temos, de um lado, um Presidente que chamei de arrivista, que é aquele que faz tudo que pode para se manter no poder. Todos os meios são válidos para se manter no poder; todos os meios – da mentira ao crime eleitoral, ao uso despudorado da máquina pública, a sacrificar os companheiros –, enfim, tudo é permitido diante do objetivo de manter o poder. O que menos é olhado é o interesse da Nação brasileira. E ainda procura se intitular “pai dos pobres”.

E do outro lado, o que temos? Temos um Governador, que foi de São Paulo, um homem que tem uma vida pública – de vereador de cidade do interior a governador do principal Estado do País, passando por prefeitura, Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa – onde não se aponta um desvio e que propõe para o País o rumo da seriedade, da ética, dos princípios, da moralidade, muito diferente do Partido dos Trabalhadores. Até o Ministro Tarso Genro vem à Nação brasileira dizer que já chega de discussão em torno de ética, que deveriam se discutir outras coisas. Pergunto: o que pode ser mais importante do que discutir ética na condução das coisas públicas de um país?

Portanto...

(Interrupção do som.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

É essa encruzilhada que o País terá de decidir no dia 29. Espero que a Nação brasileira escolha o melhor caminho. Democraticamente, todos vamos respeitar os resultados das urnas; mas que fique claro que voto, eleição, não vai legitimar o que é crime e trazer, de forma alguma, o beneplácito do julgamento favorável daqueles que praticaram crime.

Não podemos aceitar que um contraventor do Rio de Janeiro não seja considerado criminoso porque assiste a sua comunidade.

O resultado das urnas será respeitado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Apelo a V. Ex^a para que termine o seu pronunciamento, pois V. Ex^a já está há mais 30 minutos na tribuna.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço a tolerância de V. Ex^a. Talvez a minha fala não esteja agradando muito aos ouvidos de V. Ex^a, mas respeitarei inclusive isso.

Queremos deixar claro que este é um momento da maior importância para a Nação brasileira. O resultado das urnas será respeitado, mas os crimes praticados contra as instituições brasileiras terão de ser apurados até as últimas instâncias. O Presidente diz de forma não sincera que “não ficará pedra sobre pedra”. Não é isso. Queremos apuração. E que não fiquem impunes os crimes praticados contra as instituições brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. César Borges, a Sra. Heloísa Helena, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra o próximo orador inscrito, Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, hoje tive a felicidade de ler no jornal **Correio Braziliense** uma notícia animadora: após 70 anos, os índices de inflação no País serão menores que o nosso Produto Interno Bruto – PIB.

Segundo a reportagem, todas as projeções de inflação para este ano indicam que o Índice de Preços ao Consumidor – IPCA chegará em dezembro com alta acumulada de 2,97%; enquanto que a soma de todas as riquezas produzidas pelo País ficará em torno de 3 a 3,5%. Se essas expectativas forem realmente confirmadas, será a primeira vez, em 70 anos, que a variação do crescimento econômico ficará acima da inflação.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, não estou dizendo que o crescimento econômico no Brasil foi fabuloso, mesmo porque, todos nós sabemos da capacidade que o País tem em crescer ainda mais para igualar e até mesmo superar os índices de crescimento dos países vizinhos, que alcançaram taxas de 7% ou 8% de crescimento ao ano, índices que realmente

conseguiram reduzir o desemprego e a pobreza em nosso País.

No entanto, a expectativa de 100 importantes instituições financeiras é de que no próximo ano a inflação despenque, os juros caiam e, finalmente, a produção no País cresça efetivamente.

Aliás, o baixo índice de crescimento registrado no ano passado, superior apenas ao crescimento da economia do Haiti, merece bastante reflexão, pois é um sinal claro de que o grande desafio do Governo Lula, caso seja reeleito, será vencer, de uma vez por todas, as amarras que impedem nossa economia de explorar todo o seu potencial.

A combinação de inflação baixa com ritmo moderado de crescimento permite que o Banco Central possa diminuir, cada vez mais, a taxa de juros que, na semana passada, baixou de 14,25% para 13,75%, apontando a tendência de cortes em torno de 0,5 ponto percentual da Selic no próximo mês e reduções ainda maiores ao longo do próximo ano.

Apesar da discussão sobre juros já ter se tornado insistente, acredito que o País precise dessa cobrança para que a redução gradual dos juros seja intensificada e possa trazer novos investimentos e criar bases que garantam o crescimento da economia nos próximos anos. Taxas de juros altas encarece o crédito e inibe os investimentos em produção, fundamentais para que haja equilíbrio também em relação a um possível aumento de consumo e se evite o impacto inflacionário.

As perspectivas da economia nacional revelaram ser possível pensarmos em alternativas de gestão que levem o País a um crescimento mais ambicioso, sem temer o fantasma da inflação.

Não é de hoje que especialistas apontam que é possível uma expansão de pelo menos 5% anual do PIB não apenas no curto prazo, mas por alguns anos, como acontece com países emergentes. No entanto, é preciso que tenhamos uma atitude mais firme em relação aos entraves hoje existentes.

Ao que parece, a economia brasileira vem sendo vítima de modelos conservadores de planejamento da evolução do PIB, pois, em virtude do baixo crescimento registrado há vários anos, há muita capacidade subutilizada.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, quando penso em um País com tanto potencial produtivo como é o nosso Brasil, imagino que um gigante dessa natureza não pode ser condenado a crescimentos anuais medíocres. Como já tive a oportunidade de falar aqui desta tribuna, não estou exigindo que o Brasil tenha o mesmo desempenho de países de Primeiro Mundo, mas que ao menos possa acompanhar o ritmo de crescimento de outros países vizinhos ou asiáticos.

Por isso, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, apesar da boa notícia que li hoje, afinal, não é todo dia que o crescimento do País é maior que a inflação, o grande desafio do Governo é um crescimento do PIB nacional mais condizente com as necessidades sociais do Brasil.

A atual equipe econômica do Governo precisa ouvir o posicionamento dos vários especialistas que apontam as possibilidades de crescimento e buscam as soluções necessárias para a retomada da expansão.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Heráclito Fortes. Em seguida, ouviremos o Senador Arthur Virgílio e, por último, o Senador Valdir Raupp, na seqüência das inscrições.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, Senador Antonio Carlos, eu tinha um pronunciamento mais ou menos delineado para trazer a esta tribuna, mas fui surpreendido com uma notícia fantástica, às 16 horas e 09 minutos, do **Estadão on-line**: “Cooperativa ligada a Lorenzetti quebra no Pará”. Veja o nome: Amafrutas. É muito amor do Sr. Lorenzetti. Esse é um homem de mil instrumentos: churrasqueiro, tira, Sherlock Holmes, carregador de dinheiro, dono de cooperativas, assessor de jogo do bicho para obter sua legalização.

E agora, Senador Antonio Carlos, o Lula foi inaugurá-la. A cooperativa anterior ao atual Governo já existia: Amafrutas. E aí foi comprada. O Presidente da República vai ao Pará, há uma desconfiança sobre a invasão estrangeira naquele projeto, que, inicialmente, era só para plantar maracujá – que por sinal é calmante – e o Presidente Lula, naqueles seus discursos convincentes, diz que ninguém se preocupe, porque aquele estrangeiro está indo para lá para ajudar a alavancar o desenvolvimento do Estado do Pará.

A matéria diz, Senador César Borges, que os outros diretores estão desaparecidos e que do Pronaf, que originalmente foi criado para emprestar dinheiro para os pequenos produtores, a Amafruta recebeu R\$15 milhões, fora os débitos do Banco Basa.

Senador Antonio Carlos, diria o velho Rodrigo Cambará, lá do Rio Grande do Sul: “Mundo Velho sem Porteira”; Erico Veríssimo: “Mundo Velho sem Porteira” é esse. Mais um! Amanhã vamos ter discurso aqui, porque há pessoas com ligações estreitíssimas nesta Casa com o Sr. Lorenzetti.

Aliás, quero dizer que recebi uma correspondência – e estou até pedindo desculpa – dos proprietários da fábrica de chuveiro Lorenzetti, revoltados por estar-

mos fazendo comparações. Eles dizem que a empresa é honrada, tem quase 50 anos de bons serviços ao País e que não aceitam essa comparação, porque ela, inclusive, está trazendo prejuízos ao seu produto, o chuveiro, que é de boa qualidade. De público, já peço desculpas aos Srs. Lorenzetti, mas a água do homem aqui está pegando fogo e vai pelar gente.

Senador Antonio Carlos, imagine se a Abin funcionasse e desse informações ao Presidente do que acontece. Não precisava nem ir para a Esplanada dos Ministérios, porque é longe. Se desse informações ao Presidente do que ocorre ao seu redor...

Aliás, vou confessar, Senador César Borges, que, hoje, tenho um sonho de consumo e um dia vou conseguir: comer um churrasquinho desse Sr. Lorenzetti. Ele deve ser muito competente e capaz! Conquistou o Presidente pela boca, e aí cofres são abertos e ele está fazendo um pezinho de meia. ONGs ligadas a ele no Paraná são doadoras de campanha. Doaram recursos na campanha de 2002 e agora na de 2006. É um homem de mil instrumentos. Só não quero proximidade porque todo churrasqueiro tem aquela faca amolada e ele pode estar irritado comigo.

Meu caro Senador César Borges, que vergonha!

Era preciso, Senador Roberto Saturnino, que o Presidente Lula mandasse examinar, por exemplo, o projeto. Lembra-se daquela vez que o Presidente chorou, lá no interior do Piauí, porque teve saudades da mãe e fez uma confidência no avião, que, depois, estourou, foi divulgada e ele se zangou com o então Deputado que era contra ele?! Aquelas coisas de intimidade?! Pois ele foi lançar, naquela ocasião, o biodiesel dele. E foi trazida para esse projeto uma empresa de São Paulo, empresários já de muitas atividades. E os empresários, Senador César Borges, todo mês, iam duas, três vezes, ao Piauí, em jato particular. Imagine um projeto de biodiesel pagar vôo de jato. Não deu outra. Está lá, teve problema. Já se sabe que a mamona não é o mais recomendável. Ele vai para a televisão e enche a boca do biodiesel. E, agora mesmo, lá no Piauí, ele falou do biodiesel da mamona.

Seria bom que se examinasse quanto, em termos de recursos, o Presidente, no seu Governo, enviou para esse projeto.

Mas quero me congratular com a Amafrutas. Ela vai fazer muito sucesso no País nos próximos dias, Senador Roberto Saturnino.

E já que estamos falando de fruta, que é alimento, não sei se passou despercebido pelos Srs. Senadores a desenvoltura com que o Presidente Lula se portou, ontem, no debate. Eu quero confessar que não acredito nessa versão de que o Presidente estava com ponto

eletrônico. Seria muita coragem! O Presidente está é treinado para ler texto. Quando sai do texto, realmente, é um desastre.

Quando ele disse, em determinado momento do debate, falando sobre saúde, que, no seu Governo, atenderam-se a 500 mil pessoas para tratamento dentário por telefone, eu imagino como o mundo inteiro ficou, querendo saber que tecnologia nova é essa, descoberta no Brasil, no Governo do atual Presidente! Não sei ainda, meu caro Azedo, como se consegue um tratamento de 500 mil pessoas por telefone. Podem ter sido 50 mil e, na pressa de ler, ele errou por um zero; mas, mesmo assim, é muita gente.

Senador Antonio Carlos Magalhães, o Presidente Lula se empolgou e, num determinado momento do debate com Geraldo Alckmin, disse que, se houvesse problema de aumento de preço dos alimentos – e citou uma relação –, ele resolveria com importação. Imaginem, senhores do Brasil que estão assistindo à TV Senado, o Presidente da República, num momento como este, prometer importação de alimentos! E o desemprego que isso vai gerar? E o prejuízo que o País terá? Será possível que as experiências anteriores desse tipo de política, pelos prejuízos que deram, não foram suficientes para que esses arroubos não sejam mais repetidos?

Lembro-me, meu caro Azedo, jornalista do jornal **Correio Braziliense**, aqui presente, daquele filme “Adeus, Lênin!” Acho que essa importação deverá vir da Bolívia, da Venezuela ou de Cuba. Nós, brasileiros, vendo nas prateleiras... Porque é a política de camaradagem ideológica, para ajudar os parceiros.

É uma brincadeira, Senador Roberto Saturnino, promessas como essa feitas pelo Lula. Mas ele acredita que está blindado e é inoxidável, nada pega nele. Outro dia, ameaçou esvaziar a Av. Paulista. Ora, ele precisa se lembrar que a Av. Paulista é povoadas por nordestinos, por nortistas, por brasileiros e por estrangeiros que aqui moram e vivem legalmente e produzem para este País.

Senador Tasso Jereissati, V. Ex^a está chegando agora, mas inteire-se da novidade. O Lorenzetti quebrou, no Estado do Pará, uma cooperativa chamada Amafrutas – ama do verbo amar. Quebrou. Está no **Estado** de hoje. Imagine, Senador Tasso Jereissati, não sei como churrasco e maracujá dão certo, mas devia ser alguma complementação desse cardápio que tanto encantou o Presidente da República.

Mas eu não queria falar sobre isso, não. Tive de divagar. Quero falar, Senador Tasso, sobre um assunto de que já venho tratando e que, na próxima semana, vamos levar adiante: a fiscalização das ONGs.

Quero parabenizar três jornalistas que, na revista **Exame** desta semana, escreveram matéria a respeito. Felipe Seibel e Tatiana Gianini escreveram “ONGs – os novos inimigos do capitalismo”. A segunda matéria é “A Caixa-Preta [das ONGs]”, assinada por Gustavo Poloni, que diz: “Entidades cobram transparência de empresas e governos, mas relutam em abrir suas próprias contas”.

Estou falando isso porque se continua a discutir a famosa ONG Amigos de Plutão. Inspirando-se em uma crônica do jornalista Carlos Chagas, nas primeiras linhas lidas, vê-se que aquela era uma ONG imaginária.

Para mostrar exatamente o desrespeito com que o Governo trata o assunto, resvolvi, juntamente com mais alguns amigos, usar Amigos de Plutão para selecionar ONGS que estão recebendo, de maneira muito esquista e estranha, recursos nestes últimos anos.

Por que, de início, não revelamos nosso objetivo? Porque, na hora em que fizéssemos a ligação dessas ONGs com a Amigos de Plutão, não teríamos mais acesso às informações. Foi só haver o vazamento de que Plutão mora no Palácio do Planalto e de que seus amigos são donos de ONG, que estamos tendo muita dificuldade para obter informações, porque elas estão saindo dos computadores e os dados estão sendo difíceis.

O Lorenzetti, por exemplo, tem ONG; o Lacerda tem ONG. Não quero cometer injustiça, porque uns podem ficar ofendidos por terem ONGs e elas não serem citadas. Por exemplo, o Sr. Bruno Maranhão, que invadiu a Câmara dos Deputados, tem duas ou três ONGs listadas.

Quero lhes dizer que não falarei sobre uma ONG que o Lula tinha antes de ser Presidente, porque, até onde me consta, ela não recebeu recursos públicos. Era uma ONG daquela época em que ele acreditava nas coisas e tinha como parceiro para combater os transgênicos o Sr. José Bové, por exemplo, que apanhou aqui no Brasil. Depois, fez as pazes com os transgênicos e, hoje, ele é um dos carros-chefe do atual Governo. Inclusive, se olharmos os financiadores de campanha, observaremos que os produtores de transgênicos no Brasil foram generosos com o novo PT, aquele que não tem mais estrela ou, quando ela aparece, não tem cor definida: ora é furta-cor, ora aparece com um arco-íris, quando se tem coragem de usá-la!

Esse assunto das ONGs, meu caro Senador Tasso, merece uma limpeza geral, por um motivo muito simples: devemos preservar as ONGs que, no Brasil, prestam inestimável serviço, quer seja de assistência social, quer de preservação de nossas riquezas. No entanto, precisamos evitar, por exemplo, que essas

ONGs, muitas vezes importadas, vindas de países com interesses inconfessáveis no Brasil e que passam a manipular somas de recursos consideráveis, infiltrarem-se, prejudicando interesses genuinamente nacionais ou de cidadãos brasileiros.

É preciso que essas coisas sejam vistas.

Tenho certeza, Senador César Borges, de que a nossa iniciativa da coleta de assinaturas para a CPI das ONGs foi bem aceita, porque gerou essa matéria muito bem feita na revista **Exame**.

O número de registros dessas instituições no Brasil é de se assustar.

Conversando com o Senador Antonio Carlos, pedi-lhe para examinar um dado curioso: as ONGs que funcionam onde o PT tem prefeituras ou as ganhou agora. Existem as liberações de recursos feitas no Brasil todo. Temos uma ONG que recebeu dezessete milhões e treinou duzentas pessoas.

Há fatos estarrecedores. Existe uma cidade em Santa Catarina que tem o registro de mais de cem ONGs. Evidentemente, nem todas receberam dinheiro, até porque nem todas são amigas de Plutão. Essas ONGs que estão sendo beneficiadas, em sua maioria, são da intimidade de Plutão. Plutão é generoso, Plutão é bom e é necessário que vejamos, já que falei de Santa Catarina, a farra do boi que se está fazendo com o dinheiro público.

Senador Roberto Saturnino, o Brasil é forte demais, é um País rico, porque agüenta essa máquina trituradora de recursos públicos com grandeza. Como se diz no Nordeste, até verga, mas não quebra e tem agüentado de maneira brava, enquanto cresce 2% ao ano.

Senador Tasso Jereissati, finalizo minhas palavras dizendo que, no fundo de minha alma, de meu coração, lamento que o Partido dos Trabalhadores não possa, hoje, comemorar essa conquista internacional da Vale do Rio Doce, que se tornou a segunda maior empresa na sua categoria, no mundo. No entanto, o PT não vai comemorar porque não vou deixar, uma vez que o Partido foi contrário à privatização dessa empresa, que estava quebrada. Penso até que o Presidente Lula, por coerência, não deve usar os recursos que recebeu, ao longo desse tempo, oriundos dos impostos e dos dividendos gerados pela Vale do Rio Doce e pelas empresas que foram privatizadas. Não deve gastá-los. Trata-se de dinheiro maldito que precisa ser devolvido para, assim, cumprir o seu desejo de reestatizar.

Aliás, sobre isso, penso que ele precisa esclarecer à opinião pública por que, com a falência da MCI americana e a sua devolução para o patrimônio nacional, não fez pelo menos uma empresa-espelho de telefonia e passou a explorar a Embratel. Não, entregou-a para

um especulador mexicano altamente arrojado, mas que não é um exemplo de parceria, o Sr. Carlos Slim, em detrimento de empresas nacionais ou já instaladas no Brasil. Da noite para o dia, como por encantamento, entregou a empresa para o Sr. Slim.

Seria bom que os fatos ocorridos nesse episódio fossem colocados às claras: o porquê da opção e por que o Sr. Slim entrou no mercado brasileiro.

O Presidente Lula que me perdoe, mas quero parabenizar aos que fazem a Companhia Vale do Rio Doce. Apesar do desprezo que o Governo tem por esta Companhia, ela conseguiu, em cinco ou seis anos, sair da situação de dificuldade em que se encontrava – uma administração estatal pesada, sem agilidade – para ser, hoje, não só uma empresa lucrativa, mas arrojada.

Quanto aos investimentos, Senador Roberto Saturnino, o Presidente Lula precisa lembrar-se de que o seu Vice-Presidente, José Alencar, um grande empresário e o maior produtor do setor têxtil brasileiro – cujos negócios são tocados atualmente pelo seu filho, também um empresário sério e arrojado –, cresceu muito no Governo Fernando Henrique, transformando-se, assim, no maior industrial do setor têxtil do Brasil. Aliás – pena que não haja ninguém do PT aqui presente –, eu gostaria de saber se o Presidente Lula pagou aquelas camisetas que ficou devendo à empresa. Senador Tasso Jereissati, V. Ex^a, que é bem informado, tem notícia se o PT pagou ao Vice-Presidente José Alencar aquela conta relativa às camisetas encomendadas na campanha passada? Esse assunto foi, inclusive, matéria de jornal; foi um escândalo! Disseram até que aquele dinheiro do valerioduto era para pagar as camisetas. Enfim, ninguém sabe.

Pois bem, o Presidente Lula fala em investimentos. A Vale do Rio Doce está investindo no exterior porque, no momento, pelo preço do dólar, o Brasil não oferece vantagem. E o Vice-Presidente, comprou, há dois anos, uma fábrica nos Estados Unidos e, desde ontem, os jornais anunciam um investimento na China. É realmente fantástico! Aliás, o Presidente Lula precisa dar outra explicação ao País sobre se ele já chegou a um acordo com o José Alencar por conta dos juros. Chegaram a brigar em determinado momento, porque o José Alencar, coerente, firme, combatia os juros, e o Lula, para honrar o compromisso feito com os banqueiros naquela “carta ao povo brasileiro”, insiste em fazer um governo para banqueiros.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, enquanto uns amam fruta eu quero amar o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Roberto Saturnino, Sr^{as}s e Srs. Senadores, antes de iniciar meu pronunciamento, gostaria de agradecer, mais uma vez, a presença aos acadêmicos de Direito da Faculdade de Rondônia (Faro), de Porto Velho, na pessoa do Professor Raduan, Coordenador do Curso daquela instituição.

Segundo a revista **Ensino Superior**, Sr. Presidente, a China investe bilhões de dólares para transformar o ensino superior do país no melhor do mundo. Neste mês de outubro, o governo chinês, junto com a embaixada chinesa no Brasil e a Câmara Brasil China de Desenvolvimento Econômico (CBCDE), vai lançar, em São Paulo, a *China Education Exhibition 2006*, a primeira feira universitária e cultural do país, realizada em um país latino-americano, com a participação de mais de 40 instituições de ensino superior daquele país. Organizada pela China Scholarship Council, a feira terá como objetivo, de acordo com o Presidente da CBCDE, Paul Liu, dar início ao intercâmbio cultural entre os dois países, como já é feito com os Estados Unidos, com a Europa e com a Ásia. Mais de 60 representantes chineses das áreas de educação, de cultura e de turismo poderão trocar idéias e experiências nessas áreas com cientistas, com acadêmicos, com professores e com outros profissionais brasileiros.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, tenho, neste pronunciamento, o objetivo de mostrar os valores orçamentários e a estratégia adotada pela China, visando a seu crescimento e desenvolvimento econômico, exemplo excelente para o nosso Brasil. Aliás, já temos o exemplo da Coréia do Sul, que, em 30 anos, deixou de ser um país atrasado, um país de Terceiro Mundo, para se transformar em um país de Primeiro Mundo. Inclusive, o Japão, antes mesmo da Coréia do Sul, há mais ou menos 50 anos, também não era tão avançado assim; no entanto, hoje, está entre os países mais avançados do mundo.

Nos próximos dez anos – e isso faz parte dos planos quinquenais do governo deste ano (até 2010) e de 2010 (até 2015) –, os chineses querem transformar suas principais universidades nas melhores do planeta. E, mesmo que a aposta tenha sido feita só agora, a China já começa a saborear alguns resultados prévios. O suplemento “Educação” do jornal **The Times**, da Grã-Bretanha, publicado em outubro do ano passado, mostra a Universidade de Beijing (nome atual da Capital Pequim) no 15º lugar, entre as melhores do mundo, e em primeiro lugar na Ásia, ultrapassando,

pela primeira vez na história, a Universidade de Tóquio, no Japão. No ranking global de Master Business Administration (MBA) do ano passado, o Instituto Commercial International China-Europa passou para a 22ª posição no mundo e também para a primeira posição entre os países asiáticos. O sucesso nessa área deve-se, em parte, e de acordo com especialistas do setor, à interação entre as universidades e as empresas na formatação curricular. Não é à toa que o governo chinês vem investindo alguns bilhões de dólares por ano na área de educação no país.

Segundo Liu, representante da China no Brasil, a China investiu, em 2004, 724 bilhões de yuans (cerca de US\$90,5 bilhões) no setor como um todo, cifra 16,6% a mais do que foi aplicado em 2003. Esse montante que o governo chinês destinou apenas à educação é pouco menos do que o Brasil exportou em produtos e em mercadorias para o mundo inteiro naquele ano (US\$96 bilhões). Só o ensino superior, explica o Presidente da Câmara, “consumiu 510 bilhões de yuans (aproximadamente US\$63,7 bilhões) desse total, enquanto o ensino básico e o secundário nos grandes centros e na área rural do país absorveram 113 bilhões de yuans (US\$14 bilhões) e 101 bilhões de yuans (US\$12,6 bilhões), respectivamente”.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, se a meta do governo é transformar a Universidade de Beijing no maior e principal centro de ensino superior do mundo, por que os estudantes chineses quase brigam aos tapas para estudar nas principais universidades norte-americanas e europeias? A resposta é simples, sem levar em conta a demanda (número de chineses que saem do ensino secundário em busca de uma profissão), nem a quantidade de universidades chinesas disponíveis: é o aprimoramento e o aperfeiçoamento profissional para, depois, voltar à China, que, aos saltos, como nas danças folclóricas do dragão chinês, passará, ainda este ano, da sétima potência econômica do mundo para a quarta, superando a Grã-Bretanha, a França e a Itália.

Na área de pesquisa e de desenvolvimento, por exemplo, a China pretende ampliar os investimentos dos atuais 1,44% do PIB para 2,5% do PIB até 2020, de acordo com o “livro branco” – são pesquisas para o planejamento estratégico –, um estudo publicado pelo Escritório de Informação do Conselho de Estado sob o título “O caminho para o Desenvolvimento Pacífico da China”. Não custa nada lembrar que o PIB chinês é de US\$1,97 trilhão, três vezes o tamanho do Brasil. Com a expansão de 9,4% prevista, a economia chinesa passará para US\$2,16 trilhões, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, do Japão e da Alemanha. “Acredito que, nos próximos dez anos, o crescimento eco-

nômico da China será maior e mais rápido, porque os resultados dos investimentos no ensino, tanto básico quanto superior, começarão a ser sentidos nos próximos anos", afirma o Presidente da Câmara Brasil-China de Desenvolvimento Econômico (CBCDE).

Sr. Presidente, "a China precisa depender mais de si mesma para resolver os problemas relativos ao desenvolvimento", diz ele, que informa que a estratégia do governo para a promoção científica e tecnológica pretende obter resultados a médio e longo prazos, razão pela qual estabeleceu metas para os próximos 15 anos. O "livro branco" aponta ainda que a China realizará reformas em um amplo leque de áreas, incentivará a abertura de sua economia e estabelecerá instituições e mecanismos que permitam um desenvolvimento social e econômico coordenado e sustentado. Em relação ao fortalecimento de recursos humanos, o documento sustenta que, entre este ano e 2010, os centros técnicos de formação profissional produzirão 25 milhões de estudantes; e os de curso superior, cerca de 12 milhões. Em dez anos, a quantidade de doutores e de formados nas universidades cresceu cinco vezes. Só em Engenharia, a China está produzindo cerca de 450 mil novos graduados por ano, além de 48 mil mestres e 8 mil doutores.

Não tenho dúvidas, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, em afirmar que a iniciativa adotada pela China tornará aquele país um grande diferencial competitivo no modelo globalizado, e o exemplo serve perfeitamente para nossa reflexão, com a certeza da importância do investimento em Educação, em Ciência e em Tecnologia.

Acredito, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, que o Brasil, que já melhorou muito na área de educação, precisa fazer uma reflexão e tirar como exemplo o avanço educacional do Japão, da Coréia do Sul e, mais recentemente, da China, país até pouco tempo considerado atrasado, mas que avançou, sem dúvida, por meio da educação. Somente a educação revolucionou a Coréia do Sul e o Japão. A educação está revolucionando a China e poderá trazer desenvolvimento e progresso plenos ao nosso País, o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Roberto Saturnino, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelos Srs. Arthur Virgílio e Roberto Saturnino, sucessivamente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra ao próximo e último orador inscrito, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o Ministro da Articulação Política do Governo, Sr. Tarso Genro, de-

clarou hoje à imprensa brasileira que, já na segunda-feira, procuraria as Oposições, com vistas a um entendimento político. Considero que esse não é o melhor gesto a ser adotado por alguém que está investido da responsabilidade de Ministro da Casa, de Ministro do Palácio do Planalto, primeiro porque isso não passa de um gesto político eleitoreiro. Afinal de contas, há uma luta em curso, que está longe da definição. Tere-mos dias intensos pela frente. E isso soa ainda como leviandade, porque soa como tentativa de impingir à Nação um fato consumado. Em segundo lugar, tendo-se portado esse tempo todo como guerrilheiro, como homem que dizia as coisas mais desagradáveis na direção da Oposição, não sei se será ele o melhor interlocutor na hipótese – da qual quero descrever – da vitória do Presidente Lula. Não sei se será Tarso Genro o melhor interlocutor. E não sei sequer, na hipótese – na qual quero acreditar – de vitória de Geraldo Alckmin, se será a ele que nos dirigiremos para consertar quaisquer pontos que visem a uma taxa boa e, se Deus quiser, ótima de governabilidade.

Então, parece mais assim: depois de ter feito todo o jogo eleitoreiro no que pôde, vai fazer eleitoralismo mais aí. O Ministro diz – o que poderia sugerir nobreza: "Vou procurar a Oposição". Um desavisado fala: "Olha que democrata!" Mas a eleição está em curso. Então, souo como grosseria.

Senador Antonio Carlos, como o Ministro Tarso Genro – refiro-me à figura da luta – não me parece a figura acabada do lutador, mas, sim, a do segundo, aquele que carrega o balde para o lutador gargarejar e cuspir, ele não sabe que o ritual da luta exige que o dia seguinte, o *day after*, seja de meditação para o derrotado e para o vitorioso. É o ritual da luta. O verdadeiro lutador entende isso. O verdadeiro lutador comprehende assim o que quero, neste momento, expressar.

Então, não tem de ficar apressando coisa alguma. Temos de saber, por exemplo, na vitória de Alckmin – se ela se realizar –, se o PT está mesmo pronto para participar de uma ação de governabilidade. O PT não tem a menor autoridade moral para duvidar do que seria nossa postura, até porque depende da maioria que somos aqui no Senado como do ar que respira. V. Ex^a, Sr. Presidente, é testemunha disso. V. Ex^a sabe que aqui há discursos duros. V. Ex^a sabe que somos maioria aqui. V. Ex^a sabe que, se quiséssemos fazer um boicote a qualquer medida legislativa, nada passaria, nem voto de pesar. No entanto, só na última sessão do esforço concentrado recente, aprovamos onze medidas provisórias, muitas delas com defeito. Nós as aprovamos tal como vieram da Câmara, porque a Câmara havia decidido não mais se reunir de-liberativamente.

Gostaria muito que o Ministro Tarso Genro, o Planoalto e o Presidente nos poupassem dessas tolices, dessa indigência intelectual, dessa verdadeira pobreza, desse estado de pauperismo intelectual, que diz: olha, vamos fazer algo que nos vai dar uns pontinhos, porque, ao dizermos isso, a imprensa publica e dá a impressão de que já vencemos as eleições, dá a impressão de que não há nada mais a questionar.

O que faz o Ministro Tarso Genro agindo dessa forma? Descredencia-se como possível interlocutor em qualquer das duas hipóteses, porque não existe nenhuma criança, nenhum tolo que vá cair nessa esparrela – e isso não passa de uma esparrela!

Olha que consegui falar em política em relação a este Governo, Senador César Borges! E, agora, vou falar do que é a peça forte, a *pièce de résistance* do Governo, que é a corrupção.

A revista **Veja** diz: "TCU e Ministério Público aportam um superfaturamento jumbo nas obras do Aeroporto de Congonhas, em São Paulo". É matéria da jornalista Júlia Duailibi. Diz a revista **Veja**:

Ao inaugurar, em dezembro do ano passado, parte das obras de ampliação e modernização do Aeroporto de Congonhas, na cidade de São Paulo, o Presidente Lula elogiou o então presidente da Infraero, Carlos Wilson, pela "dedicação" e pela "contribuição extraordinária feita ao Brasil". Dez meses depois, o Ministério Público Federal e o Tribunal de Contas da União começam a desvendar o lado obscuro de uma contribuição extraordinária de Wilson. Superfaturadas, as obras podem ter causado ao Erário uma perda superior a 100 milhões de reais. [...] o Ministério Público constatou preços de 31% a 252% acima dos de mercado, num conjunto de 29 produtos e serviços. O caso mais escandaloso é o da compra das chamadas pontes de embarque (ou *fingers*, em inglês), que dão ao passageiro acesso ao avião.

Cada *fingertieria* custado à Infraero, no pagamento ao consórcio vencedor, a bagatela de R\$2,2 milhões, quando isso, segundo o próprio TCU, não deveria ter custado mais de R\$600 mil.

A matéria da **Veja** é muito esclarecedora. Em outro trecho, diz:

A investigação destaca ainda que, um ano após a celebração do contrato entre a Infraero e as vencedoras de licitação, foi realizado um aditamento suspeito, que elevou em 15 milhões o valor do contrato. Calcula-se que as obras em Congonhas, uma vez concluídas, custarão 180 milhões de reais. Pelas contas do Ministério Público, no entanto, poderiam chegar a 75 milhões de reais.

Mais adiante, diz a revista **Veja** e a jornalista Júlia Duailibi:

[...] o Ministério Público, numa ação cautelar ajuizada semana passada, em que pede a indisponibilidade dos bens e a quebra dos sigilos fiscal e bancário do ex-presidente da Infraero, Carlos Wilson, e de outros quatro diretores e ex-diretores da empresa estatal.

Ela faz um aviso:

Além de Congonhas, o Ministério Público Federal investiga irregularidades na execução das obras dos aeroportos de Vitória, de Recife e de Goiânia. Se o mesmo padrão de superfaturamento de Congonhas tiver ocorrido nas outras reformas, o Ministério Público acredita estar diante de um dos maiores desvios de recursos públicos deste governo [e, portanto, desse País].

Sr. Presidente, peço que tudo isso vá para os Anais, junto com matéria, no mesmo sentido, do jornal **Correio Braziliense**. A **Veja** é a que está nas bancas. O **Correio Braziliense** é de 24/10/2006, página 7. É uma matéria da redação, assinada por várias mãos.

Passo para outro capítulo. O editorial do **Jornal do Brasil** considera o escândalo do dossiê mais um caso de polícia. Então, diz:

São Gravíssimos os alertas emitidos pelo deputado Raul Jungmann (PPS-PE) de obstrução, pela Polícia Federal, dos trabalhos da CPI dos Sangueiros. Vice-presidente da comissão, Jungmann lembrou no domingo que, até aquele dia, os integrantes da CPI não haviam tido acesso a "nenhuma folha" do relatório parcial do inquérito preparado pela PF sobre a tentativa de compra do dossiê forjado para incriminar candidatos tucanos. O documento, diga-se, vazou para a imprensa sem que os parlamentares tivessem conhecimento da papelada.

Mais adiante, diz o editorial do **Jornal do Brasil**, trecho que também espero ver consignado nos Anais desta Casa:

No mesmo dia, jornais e revistas obtiveram uma cópia do documento que, entre outras citações, atribui a Jorge Lorenzetti, ex-integrante da campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva [e, pelo que sei, habilidosíssimo churrasqueiro, assando, entre outras coisas, muito do dinheiro público da Nação, conforme a crônica político-policial vai registrando], o papel de mentor da compra do dossiê.

Não sei se foi ele o mentor ou não; sei que ele é churrasqueiro. Não sei se o mentor é ele. Desconfio de que o churrasqueiro não é mentor de coisa algu-

ma, não! Imagino que ele seja pau-mandado mesmo, e apenas. Continuo a leitura:

Lorenzetti era o coordenador do setor de inteligência da campanha pela reeleição – o eufemismo [e concordo] que designa área em que [olhe o que diz o **Jornal do Brasil**, Senador Tasso Jereissati; não sou eu quem diz, é o **Jornal do Brasil**] gatunos são escalados para receber informações de outros candidatos e promover negociatas a fim de prejudicar adversários.

Continua o **Jornal do Brasil**: “O grave é que o relatório cita personagens instalados na ante-sala do gabinete presidencial”.

Mais adiante:

Até o episódio dos petistas pilhados na montagem e compra do dossiê, a PF revelara-se uma gota de esperança num mar de impunidade. Enquanto o Congresso inocentava reconhecidos mensaleiros, policiais federais (mesmo com excessos aqui e pirotecnicas ali) prestavam serviços relevantes ao país. [...] Por coincidência ou não, o Brasil não tem assistido agora à mesma competência.

A denúncia é muito clara. Eu queria poupar a Polícia Federal. Estão subjugando a Polícia Federal; estão aparelhando-a; estão desmoralizando-a. Eles são, portanto, contra a idéia de uma Polícia Federal independente, que pudesse agir, por contra própria, contra ladrões de fora ou de dentro do Governo.

Continua o **Jornal do Brasil**:

Nada mais acertado, portanto, do que o questionamento do deputado Raul Jungmann: “A quem interessa que essa CPI não chegue aos mandantes do crime, aos responsáveis? [...] Diante da crítica do parlamentar, o diretor-geral da PF, Paulo Lacerda, respondeu que a atuação da instituição que dirige “é de Estado, republicana e transparente”.

Não há nada mais politicamente correto do que dizer isso. Aliás, o Governo diz que é republicano, o Presidente fala que é republicano, o Ministro da Justiça fala que é republicano, são todos republicanos. Lamento não ter nenhuma vontade de cantar o Hino Nacional para eles. É absolutamente minimizadora da verdade essa declaração evasiva, que não explica por que a Polícia Federal estaria, ou não, obstruindo a ação da CPI. Tenho certeza de que, pelos seus briosos membros, a Polícia Federal não gostaria de estar sendo tolhida desse jeito.

Finalmente, diz o editorial do **Jornal do Brasil** – que, repetindo, peço que vá aos Anais:

Convém insistir: um atraso proposital para evitar constrangimentos eleitorais poderá até render frutos a Lula [isso é muito importante]

e ao PT, mas abalará ainda mais um eventual segundo mandato do atual presidente. Ou desfaz essa trilha errática ou a Polícia Federal arrefecerá ainda mais a legitimidade do partido e do governo que – suspeita-se – tenta defender. De quebra, a instituição também verá arranhada a credibilidade que construiu.

Ou seja, depois de ter feito mal ao País de maneira genérica e, sem dúvida nenhuma, aos trabalhadores, de maneira específica, porque a corrupção avança absolutamente sobre os bolsos dos trabalhadores, começam as instituições – e vejo sinais de que isso é uma agressão a elas mesmo – a serem enfraquecidas pela ação corruptora do Governo que aí está.

Não fico nisso. Tenho um dado de outro relatório publicado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no último dia 11 de outubro, que relata uma série de irregularidades cometidas pela empresa de processamento de dados da Previdência Social, a Dataprev.

A principal falha encontrada foi a contratação indevida e antieconômica da Cobra Tecnologia S. A. Essa empresa serviu como mera intermediária na prestação de serviços executados pela Unisys Brasil Ltda. [...]

Essa dependência foi motivada pelo monopólio do mercado de computadores de grande porte e de sua manutenção pela Unisys. Devido a isso, a Dataprev é obrigada a contratar sempre essa mesma empresa para cuidar dessa área. No entanto, a renovação do contrato em 2003 não aconteceu. A justificativa da Dataprev foi de que havia problemas de relacionamento entre as duas acordantes. Para resolver a crise, o presidente da época, José Jairo Ferreira Cabral, optou por contratar uma terceira empresa, em caráter emergencial, pois a prestação de serviços não poderia ser interrompida. A nova contratada serviria como integradora de soluções. A escolhida foi [adivinhem, Srs. Senadores] a Cobra Tecnologia.

Segundo o relatório do TCU, esse novo acordo, além de desobedecer as leis nº 8.666/93 e nº 2/2004, trouxe ônus adicional à Dataprev, já que a Cobra não era capaz de prestar os serviços, tendo que recorrer a Unysis. “Não há nada que indicasse a necessidade e a utilidade real dessas contratações com a Cobra. A Dataprev dependia da tecnologia da Unysis e, portanto, esta empresa é que deveria prestar os serviços à entidade pública”, afirma o ministro-relator Ubiratan Aguiar em seu voto. Os dispêndios gerados por esse novo contrato foram de R\$31,2 milhões.

Outras irregularidades encontradas são a ausência de medidas efetivas para a migração

de sistemas e bases de dados para plataformas abertas, a inclusão do equipamento Libra 185 no objeto dos contratos emergenciais, prestação de serviços de locação e manutenção de hardware e software sem cobertura contratual nos períodos de 1 de setembro a 14 de agosto de 2003 e 12 de fevereiro a 11 de março de 2004, ausência de realização periódica de estudos de capacidade e performance de seu parque tecnológico, além de outras falhas nos contratos emergenciais feitos com a Cobra e a Unysis [sic].

Sr. Presidente, peço que esse texto, de Camilla Shinoda, do Contas Abertas, seja integralmente transscrito nos Anais da Casa.

E, finalmente, ainda do Contas Abertas, agora de Marina Rebuá, destaco texto que também gostaria de ver inserido nos Anais da Casa – outra irregularidade:

Na semana passada, dia 11 de outubro, o Tribunal de Contas da União (TCU), divulgou relatório onde constam irregularidades encontradas em licitação feita pela Casa da Moeda do Brasil (CMB). Uma das acusações é de que as empresas participantes de um processo licitatório, convidadas pela CMB, têm vínculos entre si.

Além disso, o documento mostra que houve prática de preços excessivos dos serviços prestados.

Os órgãos públicos devem seguir a Lei nº 8.666, de 1993, das Licitações e Contratos da Administração Pública. Entretanto essa norma não foi respeitada pela Casa da Moeda.

De acordo com o relatório elaborado pelo Ministro do TCU Ubiratan Aguiar, a Casa da Moeda do Brasil convidou as empresas Planear Assessoria e Consultoria Ltda., CG Consultores Associados, Cooperativa de Trabalho de Especialistas Ltda. e o Instituto de Políticas Públicas, INPP, para participarem da licitação, que foi feita em 2003.

O relatório esclarece o vínculo entre as empresas Planear e Cooperativa de Trabalho: "um dos sócios da Planear, Sr. Fernando Antônio Marinho Pereira, é sócio majoritário da Cooperativa. A outra sócia da Planear, Srª Magda Moreira Cunha Marinho, é presidente da Cooperativa. Além disso, esta funciona no mesmo endereço da residência dos sócios da Planear".

Algo primário, algo abjeto, algo realmente de baixo nível, mas mostra que, de alto a baixo nível, se é que podemos imaginar que exista corrupção de alto

nível, talvez de baixo calão a baixo calão, a verdade é que este governo está putrefato, onde se aperta, em qualquer dos seus tecidos, a coisa se revela purulenta. Essa que é a verdade! Mas, muito bem.

O documento também explica a relação com a CG Consultores Associados.

"...a empresa foi responsável pela elaboração do Manual de Campanha Eleitoral do Partido dos Trabalhadores para as eleições de 2004, e que, nesse documento, consta como integrante da 'equipe de base' da empresa o Sr. Fernando Antônio Marinho Pereira, sócio da Planear e da Cooperativa".

O Instituto de Políticas Públicas nem chegou a apresentar as propostas na licitação, mas, segundo relatório, Fernando Marinho trabalhou no instituto por três anos.

Diante de tais acusações, seria necessário fazer o convite para outras empresas interessadas no processo licitatório, o que não foi feito. O Ministro-Relator, Ubiratan Aguiar, afirma que isso "reforça a convicção de que a intenção dos responsáveis era a contratação da Planear, como de fato ocorreu".

Ou seja, toda essa pantomima para, no final, contratarem a Planear, como estava evidente, primariamente evidente, dolosamente evidente, corruptamente evidente.

Outro ponto que chamou a atenção dos auditores foi o fato de a empresa MSCA – Informação, Tecnologia, Treinamento e Consultoria Ltda. ser declarada inapta por não ter entregue documentação. Entretanto, tais documentos não estavam previstos no documento convocatório. [Barraram essa empresa e ponto final.] O TCU analisou que o valor do homem/hora de consultoria cobrado pela empresa vencedora, a Planear – Assessoria e Consultoria Ltda., teve aumento de 40% em apenas 13 meses. Enquanto que no contrato anterior foi pago R\$140,00/hora, o preço exigido nesse contrato foi de R\$200,00/hora.

Vou repetir porque isso é muito relevante:

O TCU analisou que o valor do homem/hora de consultoria cobrado pela empresa vencedora, a Planear – Assessoria e Consultoria Ltda., teve aumento de 40% em apenas 13 meses. Enquanto que no contrato anterior foi pago R\$140,00/hora, o preço exigido nesse contrato foi de R\$200,00/hora.

Ou seja, R\$60,00/hora a mais para a Planear que venceu a concorrência do modo que aqui estamos tentando demonstrar e comprovar.

Segundo o relatório do Tribunal de Contas da União, ficou acordado que a Casa da Moeda pratique o valor homem/hora de consultoria de R\$156,59 (R\$140,00 corrigidos pela variação do INPC entre dezembro/2003

e dezembro/2005) nos próximos pagamentos à Planear.

Muito bem, o Tribunal de Contas começa a colocar ordem na casa. É preciso agora vermos os culpados.

No documento, também ficou decidido que a CMB e a Planear Assessoria e Consultoria Ltda. apresentem, em 15 dias, justificativa para a prática excessiva de preços.

Além disso, ficou decidido que o Sr. Marcos Rajzman, o ex-Presidente da CMB, Manuel Severino dos Santos, o ex-administrador da CMB, Álvaro Gonçalves Figueiredo Filho e a empresa Planear estão obrigados a ressarcir, no prazo de 15 dias, [o prejuízo causado] aos cofres da Casa da Moeda.

Sr. Presidente, disponho de tempo, mas não vou me alongar, apenas chamo a atenção para o fato de que, no debate de ontem na Rede Record, vimos o Presidente Lula pensando que estava sendo irônico, e seus áulicos devem achar que ele foi de uma ironia ímpar, quando, na verdade, ele ficou entre o rude e o debochado. Ele não capta o que é a ironia. E nervoso toda vez que se falava em corrupção e dizendo sempre que havia punido.

Senador Tasso Jereissati, chamo a atenção de V. Ex^a para o seguinte: o Presidente diz que demitiu pessoas. Não me lembro de ele ter demitido ninguém. Não demitiu absolutamente ninguém. O Presidente o que fez foi aceitar os pedidos de demissão que figuras flagradas no seu Governo apresentaram a ele. E mais ainda: Antônio Palocci saiu elogiado pelo Presidente Lula. José Dirceu, que nunca pegou em arma nenhuma, saiu saudando sua companheira de armas e ovacionada no Palácio do Planalto. Não saiu como culpado.

Foi cassado pela Casa, isso sim. Os demais todos, João Paulo e todos os demais saíram, renunciaram, reelegeram-se; alguns poucos foram cassados, mas nenhum deles foi sequer admoestado pelo Presidente, nenhum deles foi expulso do PT. Expulsaram a Senadora Heloísa Helena – disso eu me lembro –, talvez pelo defeito de se portar bem em relação ao dinheiro público.

Pergunto uma coisa bem simples, bem básica: se o Presidente Lula se diz traído por essas pessoas, e suponho que o foi, por que não usou da influência de Presidente de honra do PT para impedir-las que tivessem legendas para disputar eleições para a Deputação Federal, abrangendo tanto os derrotados quanto os eleitos?

Mas é tão simples: se traíram, se se portaram mal, se o Governo dele não empurra nada para debaixo do tapete, por que não pegou todos esses que supostamente o traíram, que se portaram mal, que ele

disse que varreu do Governo dele e que, na verdade, todos se demitiram a pedido, por que não sugeriu isso ao PT? Imagine se o Lula demonstra ao PT o mínimo desejo de que esses todos envolvidos em corrupção, em malfeitos, em irregularidades graves não tivessem obtido legenda. Bastava ele dizer isso: não quero que tenham legenda. E nenhum deles teria sequer sido candidato. Essa seria uma satisfação que o Presidente teria prestado à sociedade.

Mas estou muito convencido de que não só ele sabia de tudo como é o principal beneficiário de tudo isso. Há 36 dias que se pergunta onde está o tal dinheiro sujo, há 36, 37 dias, e vai assim até a eleição, não vai explicar. O Presidente Lula diz que não era ele o maior beneficiário.

Com isso ele tenta empurrar o candidato ao governo do seu partido, nosso colega Aloísio Mercadante, no fogo, porque se não era ele o beneficiário seria quem? Aloísio Mercadante?

Lula se esquece de algo que é corriqueiro. Se fosse assim Maluf teria praticado corrupção uma só vez, ou melhor, ele nem teria praticado corrupção porque Maluf nasceu rico. Por essa lógica, se não houvesse na delinqüência um certo traço de desvio psicológico, então por que Maluf teria transgredido as regras do bom comportamento ético, uma vez que nasceu em berço de ouro, é milionário, nasceu milionário?

Claro que viram nessa história do dossiê a possibilidade de ferir José Serra, que é uma liderança nacional relevante; viram a possibilidade de manipular os resultados do governo de São Paulo; viram a possibilidade de fazerem tudo isso impunemente. Porque é inacreditável que depois de tudo que aconteceu, depois de terem colocado o Sr. Berzoini com a missão de refundar o PT, de moralizar o PT – como se isso fosse possível! – o Sr. Berzoini é visto como alguém... Está provado, ele está calado, ele talvez ele só fale depois. É outra maneira petista de só falar depois. Primeiro ouve tudo e depois, quando se sente fora de perigo, volta a ficar valente. Então, é aquele que sabia, sim, e teria dado o sinal verde para a compra do tal dossiê, e o Presidente Lula ainda fingiu indignação ao dizer que o Berzoini deveria ter sabido como Presidente do partido. Presidente de partido tem que saber de tudo, só quem não é obrigado a saber de nada, Sr. Presidente, é o Presidente da República. Esse não tem que saber de nada do que acontece no quintal dele, nada do que acontece no gabinete dele, nada do que acontece, nada, nada. Esse é inimputável.

O Presidente Lula insiste em ser tratado como se fosse um débil mental e ele não é, está longe disso. Ele é despreparado, intelectualmente até indigente, mas ele não é débil mental, pelo contrário, ele é muito inteligente. Talvez inteligente até demais para o meu

gosto, uma inteligência que beira a esperteza. Ele diz “Eu não sei de nada”, e fica repetindo aquele mantra: “Eu demiti, não escondi, não varri para debaixo do tapete”, mas aqueles que delinqüiram no Governo dele se candidataram – os que não foram cassados – candidataram-se em todas as eleições, e o PT não negou legenda a nenhum deles. O PT não negou legenda a nenhum... Todos foram candidatos livremente. Claro que ele escondeu um aqui outro acolá porque não queria perder votos. Se porventura vier a ser reeleito, não sei se daqui a pouco não estarão todos jogando bola no Palácio não sei de quê, a depender da euforia do dia, quebrando as pernas lá, como já quebram tantas vezes. Enfim, não sei o que vai acontecer, mas o fato é que estamos encerrando – não imagino que venha aqui mais antes das eleições –, de minha parte pelo menos, a minha contribuição ao Parlamento nesse episódio pré-eleitoral, que é um episódio muito importante. As urnas vão decidir quem vai governar o País.

Sr. Presidente, sempre digo que detesto essa estória, que, para mim, é uma formulação elitista, que diz que “cada povo tem o governo que merece”, como se a pessoa que estivesse proferindo essa frase fosse acima do bem e do mal e como se o povo fosse uma entidade desprezível, referindo-se, portanto, às pessoas mais humildes. Eu não penso assim. Eu penso que o povo tem o direito de escrever o seu próprio processo histórico, o povo tem o direito de errar e de acertar. Quando o povo acerta, que bom, toca para frente de maneira mais suave um certo tipo de avanço. Quando erra, tem o direito de consertar no seu próprio processo civilizatório, de avanço histórico; tem o direito de acertar mais adiante. Então, não fico aqui para virar palmatória de povo. Ao contrário, de jeito algum. Entendo que o resultado que sair da eleição será legítimo e será aceito por mim: vitória de Alckmin, estarei aqui para ajudá-lo a governar; vitória de Lula, estarei aqui para fiscalizar o seu governo. Estarei aqui para fiscalizar o seu governo, óbvio, até porque a eventual vitória do Presidente Lula não passa uma esponja em tudo que é processo que existe contra ele no Supremo Tribunal Federal, no Tribunal Superior Eleitoral, na Procuradoria Geral da República, nos inquéritos que estão na Polícia Federal e que daqui a pouco vão explodir. Ou seja, não há como se dizer que a eleição o absolveu. Eleição não é tribunal; não absolve ninguém. Ela apenas diz a ele: “Olha, fique no poder com o meu voto”, ou “Não fique no poder, porque você não teve o meu voto, Presidente Lula”. Essa é a verdade.

Mas eu não sou do tipo que diz: “Cada povo tem o governo que merece”, criticando o povo. Nada disso! Nada disso! Quando o povo erra, ele pode, inclusive, sofrer um pouco, mas encontra o atalho, encontra a fórmula de se reposicionar do ponto de vista da van-

guarda da História. Acredito piamente nisso. Portanto, eu que encaro, com muito respeito, a atividade pública e que exerce, com o máximo de seriedade o meu mandato e a minha atividade pública, respeito todo e qualquer resultado que venha de uma urna legítima, dentro dos padrões de legitimidade que nós conhecemos no estágio atual da democracia brasileira: se venço a eleição, cumpro o meu mandato; se perco a eleição, não é por isso que vou dizer que o povo perdeu a cabeça, porque eu não sou o centro das coisas. Já passei dos três anos de idade há muito tempo. Infelizmente, há muito e muito tempo. Portanto, aceito o resultado das urnas como legítimo: o que vier significará definição da minha postura. Eu serei Oposição ou serei Governo. Com Alckmin, serei Governo; com Lula, serei Oposição.

O que não farei – e disso tenho certeza – é me pendurar na Petrobras. Pegar afilhado meu, se Lula vencer, e colocar aqui *concertación*, agenda positiva.

Não tem nada a ver com colocar afilhado para roubar na Petrobras. Nada! Não tem nada a ver *concertación*, agenda positiva, aprovação de reformas estruturais. Tudo isso tem a ver com conversa legítima entre interlocutores legítimos. Não considero que alguém que perca uma eleição deva dar-se ao desplante, à desfaçatez, à falta de vergonha na cara de arranjar um jeito de começar a nomear para cá e para acolá. Só sou Governo quando o meu Partido ganha. Quando perde, sou Oposição – é claro. Ou estariamos colaborando para enfeiar, desmontar, desacreditar e desmoralizar ainda mais a vida pública brasileira.

Portanto, desejo o máximo de felicidade ao povo brasileiro, quase às vésperas de sua grande decisão. Que o povo escolha aquilo que lhe pareça melhor, aquilo que lhe pareça mais significativamente positivo para o Brasil e aquilo que é seu direito fazê-lo, o que lhe toque mais na própria sensibilidade.

Comentarei depois o resultado, mas sem nunca perder o respeito pela sociedade brasileira, entidade que é a razão da nossa vida. Ela tem o direito de tomar a sua atitude. Vou comentar aqui sem desrespeitar, em momento algum, a atitude que a sociedade vier a tomar. A partir de segunda-feira, posicionar-me-ei como Governo, com Alckmin, ou como Oposição ao Presidente da República Lula.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

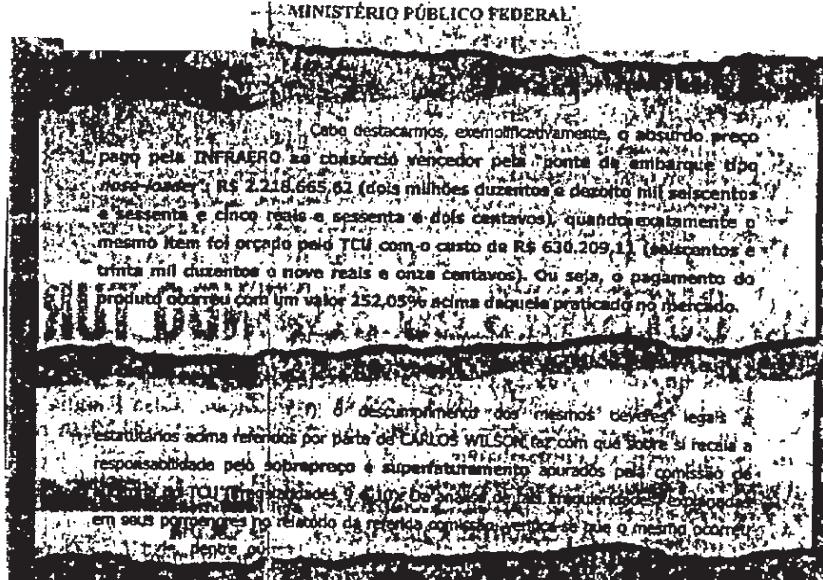
(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

veja

O TCU e o Ministério Público apontam um superfaturamento jumbo nas obras do Aeroporto de Congonhas, em São Paulo

Júlia Duailibi

Ao inaugurar, em dezembro do ano passado, parte das obras de ampliação e modernização do Aeroporto de Congonhas, na cidade de São Paulo, o presidente Lula elogiou o então presidente da Infraero, Carlos Wilson, pela "dedicação" e pela "contribuição extraordinária que fez ao Brasil". Dez meses depois, o Ministério Público Federal e o Tribunal de Contas da União começam a desvendar o lado obscuro de uma contribuição extraordinária de Wilson. Superfaturadas, as obras podem ter causado ao Erário uma perda superior a 100 milhões de



DECOLARAM COM MILHÕES

reais. Com base em ampla pesquisa de mercado realizada pelo TCU, o Ministério Público constatou preços de 31% a 252% acima dos de mercado num conjunto de 29 produtos e serviços. O caso mais escandaloso é o da compra das chamadas pontes de embarque (ou fingers, em inglês), que dão ao passageiro acesso ao avião. A Infraero pagou ao consórcio vencedor a bagatela de 2,2 milhões de reais por unidade. Com base em outras compras idênticas feitas pelo poder público,

o TCU constatou que cada finger não custaria mais do que 630 mil reais. Também houve superfaturamento de 226% nos serviços de função da obra. Cobraram-se, por exemplo, 354,15 reais por estacas que não deviam custar mais de 108,63 reais.

O Ministério Público Federal também acusa a Infraero de ter direcionado a licitação para o consórcio formado pelas empresas OAS/Camargo Corrêa/Galvão. Na avaliação dos procuradores, a licitação de Congonhas

deveria ter sido fracionada em várias concorrências menores, garantindo, assim, maior disputa e melhor preço. Ao exigir que um mesmo participante executasse desde as obras de pavimentação até as reformas do terminal de passageiros, a Infraero colocou todo o projeto nas mãos das grandes empresas — que, por sua vez, acabaram subcontratando, em alguns casos irregularmente, empresas menores. A investigação destaca ainda que, um ano após a celebração do contrato

entre a Infraero e as vencedoras da licitação, foi realizado um auditamento suspeito, que elevou em 15 milhões o valor do contrato. Calcula-se que as obras em Congonhas, uma vez concluídas, custarão 180 milhões de reais. Pelas contas do Ministério Público, no entanto, elas poderiam chegar a 75 milhões de reais.

"São de extrema gravidade os dados ora levantados, que demonstram cabalmente um total desprezo pelo patrimônio público", afirma o Ministério Público numa ação cautelar ajuizada na semana passada, em que pede a indisponibilidade dos bens e a quebra dos sigilos fiscal e bancário do ex-presi-

dente da Infraero, Carlos Wilson, e de outros quatro diretores e ex-diretores da empresa estatal. Ex-senador pelo PTB de Pernambuco, Wilson ocupou a presidência da Infraero do começo do governo Lula até março deste ano. Deixou o cargo para disputar uma cadeira de deputado federal pelo PT. Antes, coordenou um dos principais programas de investimento em infra-estrutura do governo Lula, com a criação, ampliação e reforma dos mais importantes aeroportos brasileiros. Questionado sobre as acusações, Wilson disse desconhecer-las e afirmou que sua gestão na

Infraero foi amplamente "fiscalizada e transparente". Os procuradores investigam irregularidades nas obras de Congonhas desde 2004. O aeroporto teve maior movimento do país, com 45 000 passageiros diários. As obras de remodelação devem ficar prontas no começo de 2007. Ao todo, Wilson comandou a reforma de 66 aeroportos. Além de Congonhas, o Ministério Público Federal investiga irregularidades na execução das obras dos aeroportos de Vitória, Recife e Goiânia. Se o mesmo padrão de superfaturamento de Congonhas tiver ocorrido nas outras reformas, o Ministério Público acredita estar diante de um dos maiores desvios de recursos públicos deste governo. ■

JORNAL DO BRASIL

Editorial

ESCÂNDALO DO DÓSSIE

Mais um caso de polícia

SÃO GRAVÍSSIMOS, os alertas emitidos pelo deputado Raul Jungmann (PPS-PE) de obstrução, pela Polícia Federal, dos trabalhos da CPI dos Sanguessugas. Vice-presidente da CPI, Jungmann lembrou no domingo que até aquele dia, os integrantes da CPI não haviam tido acesso a "nenhuma cópia" do relatório parcial do inquérito preparado pela PF sobre a tentativa de compra do dossiê fornecido para incriminar candidatos tucanos. O documento, diga-se, vazou para a imprensa sem que os parlamentares tivessem conhecimento da papeleria. Não há razões para acreditar num esquecimento da polícia federal.

O relatório parcial foi entregue na sexta-feira à justiça,

Federal de Mato Grosso. No mesmo dia, jornais e revistas obtiveram uma cópia do documento que entre outras citações atribui a Jorge Lorenzetti, ex-integrante da campanha do presidente Lula, Lucílio Lula da Silva, o papel de mentor da embaixada dos sanguessugas Lorenzetti e do coordenador do setor de inteligência da sua campanha pela reeleição. O eufemismo que designa a rede é que gatilhos se escalam para recolher informações sobre outros candidatos e promover negociações a fim de prejudicar adversários. Um grave fato é que o relatório cita personagens instalados na antecâmara do gabinete presidencial.

A rota de colisão entre CPI e Polícia Federal integraram longo tempo o protagonizado

por aquela que é considerada uma das filhas de excelência da era do presidente Lula. Até o repórter da Folha de S. Paulo pilhado e morto por agentes comprado de dono da RBS, revelava-se um sangotudo que perdia a razão. Afinal, a impunidade é o fundo do Brasil, só que encoberta e econômica. Imediatamente, policiais federais estavam com excessos aqui e ali, mas não prestavam serviços relevantes ao país. Desarticulavam quadrilhas e escafriavam a corrupção endêmica espalhada pelos Estados. Por coincidência ou não, o Brasil não tem assistido, agora, à mesma competência.

Nada mais acertado, portanto, do que o mestre

mento do deputado Raul Jungmann. "A quem interessa que essa CPI não chegue a um mandado de cumprimento? Para o presidente da comissão, fomos diametralmente opostos: absurdamente cínicos quanto à constituição das investigações. En tanto que criticando parlamentar, o diretor-geral da PF, Paulo Sartori, respondeu que a atuação da instituição que dirige é "reverente". A comitiva das eleitas, por sua vez, sobre a atuação da PF, em razão da perda de credibilidade de muitos de seus membros.

O que se vê é a des-

levarada de um mero ato do PT e do governo, que teve o desfecho desde o dia 1º de outubro, quando se aprovou a decisão incomum de não cumprir de

• **Brasil: Fazenda repreendeu Ipecaetá**
O ministro da Fazenda, Nelson Jobim, repreendeu o deputado federal Ipecaetá (PDT-RJ) por ter feito declarações "inapropriadas" ao jornal "O Globo", no qual o parlamentar criticou a atuação da polícia federal na Operação Lava Jato. Jobim disse que Ipecaetá deve ter "muito cuidado" com suas declarações, que podem ser interpretadas como "ataques ao governo".

• **Brasil: Lava Jato**
As denúncias que circularam nos últimos anos a tornar-se celebre. Fez as prisões antes do ato de entrega e pagamento do material que sabia onde e quando e com quem o fez. Nas semanas seguintes, revelaram tanto

uma longa e extensa lista de nomes, diligências de cumprimentos inconsistentes, solavancões, multiplos paralelos, os ônibus e ônibus disparados da Polícia Federal e da CPI, completamente históricos, mas que o

Conselho fiscalizou baseado na estrutura evitando transgredir os limites das suas competências. PT, mas abalará ainda mais a eventual segundo mandato do atual presidente. O que destaca essa trilha é a prática da Polícia Federal. Arrelecerá ainda mais a legitimidade do partido e do governo, que — suspeita-se — tenta defender. De quebra, a instituição também verá arranhada a credibilidade que

[Dataprev realiza contratos irregulares]

As empresas públicas foram criadas para facilitar a vida dos cidadãos, por isso elas têm a obrigação de utilizar o dinheiro federal da forma mais correta possível. Infelizmente, nem sempre isso acontece. Relatório publicado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no último dia 11 de outubro relata uma série de irregularidades cometidas pela Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (Dataprev). A principal falha encontrada foi a contratação indevida e antieconómica da Cobra Tecnologia S.A.. Essa empresa serviu como mera intermediária na prestação de serviços executados pela Unysis Brasil Ltda.

A Dataprev é uma empresa pública instituída pela Lei nº 6.125, de 4 de novembro de 1974. Ela presta serviços para a Previdência Social brasileira e é responsável pela informatização dos diversos órgãos previdenciários. Um sério problema que ela enfrenta é a dependência em relação à tecnologia Unysis.

Essa dependência foi motivada pelo monopólio do mercado de computadores de grande porte e de sua manutenção pela Unysis. Devido a isso, a Dataprev é obrigada a contratar sempre essa mesma empresa para cuidar dessa área. No entanto, a renovação do contrato no ano 2003 não aconteceu. A justificativa da Dataprev foi de que havia problemas de relacionamento entre as duas accordantes. Para resolver a crise, o presidente da época, José Jairo Ferreira Cabral, optou por contratar uma terceira empresa, em caráter emergencial, pois a prestação de serviços não poderia ser interrompida. A nova contratada serviria como integradora de soluções. A escolhida foi a Cobra Tecnologia.

Segundo o relatório do TCU, esse novo acordo, além de desobedecer as leis nº 8.666/93 e nº 2/2004, trouxe ônus adicional a Dataprev, já que a Cobra não era capaz de prestar os serviços, tendo que recorrer a Unysis. "Não há nada que indique a necessidade e a utilidade real dessas contratações com a Cobra. A Dataprev dependia da tecnologia da Unysis e, portanto, esta empresa é que deveria prestar os serviços à entidade pública", afirma o ministro-relator Ubiratan Aguiar em seu voto. Os dispêndios gerados por esse novo contrato foram de R\$ 31,2 milhões.

Outras irregularidades encontradas são a ausência de medidas efetivas para a migração de sistemas e bases de dados para plataformas abertas, a inclusão do equipamento Libra 185 no objeto dos contratos emergenciais, prestação de serviços de locação e manutenção de hardware e software sem cobertura contratual nos períodos de 1 setembro a 14 de agosto de 2003 e 12 de fevereiro a 11 de março de 2004, ausência de realização periódica de estudos de capacidade e performance de seu parque tecnológico, além de outras falhas nos contratos emergenciais feitos com a Cobra e Unysis.

As conclusões elaboradas pelo TCU, em vista das justificações emitidas pela Dataprev, não denotam indícios de que tenha havido má fé por parte do ex-presidente José Jairo Ferreira Cabral. Mas, o relator deixa claro, que ele foi omisso e que deveria ter tomado providências imprestivas logo que assumiu o cargo. Afinal, já tinha conhecimento de todos esses problemas de relacionamento com a Unysis e de que os prazos para a renovação dos contratos estavam se esgotando.

As principais sugestões do relator Ubiratan Aguiar em relação a essas irregularidades são a aplicação de uma multa à José Jairo Ferreira Cabral, fixando-lhe um prazo de 15 dias, a contar da notificação, para o seu pagamento. O encaminhamento de um projeto de migração de seus sistemas e bases de dados para plataforma aberta ao TCU dentro de 30 dias e da definição das competências de Dataprev, INSS e MPS dentro de 60 dias. Houve outras recomendações quanto à falta de documentos e informações nos processos de contratos e licitações. Além da suspensão definitiva do contrato com a Cobra Tecnologia (o contrato já havia sido suspenso pelo TRF em agosto de 2005).

Camilla Shinoda
Do Contas Abertas

TCU encontra irregularidades na Casa da Moeda

Com tantos escândalos de corrupção e a disputa entre os candidatos à presidência da República, a mídia acaba não dando a devida importância para outros assuntos relevantes. Na semana passada, dia 11 de outubro, o Tribunal de Contas da União

(TCU) divulgou relatório onde constam irregularidades encontradas em licitação feita pela Casa da Moeda do Brasil (CMB). Uma das acusações é de que as empresas participantes de um processo licitatório, convidadas pela CMB, têm vínculos entre si. Além disso, o documento mostra que houve prática de preços excessivos dos serviços prestados.

Todo processo de licitação realizado pelo Governo Federal tem que obedecer as mesmas regras. Os órgãos públicos devem seguir a Lei nº 8.666/93, das Licitações e Contratos da Administração Pública. Entretanto, essa norma não foi respeitada pela Casa da Moeda.

De acordo com o relatório elaborado pelo ministro do TCU Ubiratan Aguiar, a CMB convidou as empresas Planear Assessoria e Consultoria Ltda., CG Consultores Associados, Cooperativa de Trabalho de Especialistas Ltda. e o Instituto de Políticas Públicas (Inpp) para participarem da licitação, que foi feita em 2003.

O relatório esclarece o vínculo entre as empresas Planear e Cooperativa de Trabalho: "um dos sócios da Planear, Sr. Fernando Antônio Marinho Pereira, é sócio majoritário da Cooperativa. A outra sócia da Planear, Sra. Magda Moreira Cunha Marinho, é presidente da Cooperativa. Além disso, esta funciona no mesmo endereço da residência dos sócios da Planear."

O documento também explica a relação com a CG Consultores Associados. "...a empresa foi responsável pela elaboração do Manual de Campanha Eleitoral do Partido dos Trabalhadores para as eleições de 2004, e que nesse documento, consta como integrante da 'equipe de base' da empresa o Sr. Fernando Antônio Marinho Pereira, sócio da Planear e da Cooperativa."

O Instituto de Políticas Públicas nem chegou a apresentar as propostas na licitação, mas, segundo o relatório, Fernando Marinho trabalhou no Instituto por três anos.

Diante de tais acusações, seria necessário refazer o convite para outras empresas interessadas no processo licitatório, o que não foi feito. O ministro-relator, Ubiratan Aguiar, afirma que isso "reforça a convicção de que a intenção dos responsáveis era a contratação da Planear, como de fato ocorreu."

Outro ponto que chamou a atenção dos auditores foi o fato de a empresa MSCA Informação Tecnologia Treinamento Consultoria Ltda. ser declarada inapta por não ter entregue documentação. Entretanto, tais documentos não estavam previstos no instrumento convocatório.

Em relação ao abuso da prática de preços excessivos, o TCU analisou que o valor do homem/hora de consultoria cobrado pela empresa vencedora, a Planear Assessoria e Consultoria Ltda., teve aumento de 40% em apenas 13 meses. Enquanto que, no contrato anterior foi pago R\$ 140,00/hora, o preço exigido nesse contrato foi de R\$ 200,00/hora.

Segundo o relatório do Tribunal de Contas da União, ficou acordado que a Casa da Moeda pratique o valor do homem/hora de consultoria de R\$ 156,59 (R\$ 140,00 corrigidos pela variação do INPC entre dezembro/2003 e dezembro/2005) nos próximos pagamentos à Planear.

No documento, também ficou decidido que a CMB e a Planear Assessoria e Consultoria Ltda. apresentem, em 15 dias, justificativa para a prática excessiva de preços.

Além disso, ficou decidido que o sr. Marcos Rajzman, o ex-presidente da CMB, Manoel Severino dos Santos, o ex-administrador da CMB, Alvaro Gonçalves Figueiredo Filho e a empresa Planear estão obrigados a ressarcir, no prazo de 15 dias, os cofres da Casa da Moeda.

O relatório da auditoria realizada pelo TCU detalha nomes e motivos dos que estão envolvidos no processo. Para ver o relatório na íntegra, clique [aqui](#).

Marina Rebuá
Do Contas Abertas

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a será atendido nos pedidos de transcrição solicitados.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.069, DE 2006

Nos termos do artigo 256, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada do Projeto de Lei nº 87, de 2006, de minha autoria, que se encontra em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 2006. – Senador Valdir Raupp, PMDB/RO.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A Presidência defere o requerimento que acaba de ser lido, nos termos do inciso I do §2º do art. 256 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Os Srs. Senadores Pedro Simon, Alvaro Dias, Marcos Guerra, Flexa Ribeiro, Papaleó Paes, Juvêncio da Fonseca, Antero Paes de Barros, Almeida Lima e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^as serão atendidos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, começo o meu pronunciamento de hoje com uma singela pergunta: pode um professor de Economia, residente numa nação periférica, com uma idéia muito simples, criar, em poucos anos, a mais formidável fórmula para eliminar a pobreza?

A resposta é sim.

Venho a esta tribuna para falar um pouco da vida de Muhammad Yunus, o brilhante professor de Economia de Bangladesh, conhecido no mundo inteiro como o Banqueiro dos Pobres, cidadão que recentemente foi agraciado com o Prêmio Nobel da Paz, numa das premiações mais certeiras dos últimos anos.

Aliás, parece paradoxal essa surpreendente decisão da Academia Sueca, que resolveu, com imensa sabedoria, contemplar, pela primeira vez, um banqueiro com o Nobel da Paz.

Terceiro filho de uma família de 14 irmãos, Muhammad Yunus nasceu em 1940. Depois de estudos brilhantes, ele recebeu uma bolsa de estudos para se graduar nos Estados Unidos. Lá se tornou professor de economia. Três anos depois de ter voltado a Bangladesh – nação criada em 1971 com a divisão do Paquistão –, uma terrível epidemia de fome acometeu aquele país. Esse evento acabaria mudando a visão do mundo de Yunus e também a sua vida.

Certa vez, quando perguntaram a Yunus como tivera a idéia de emprestar dinheiro às pessoas, fato

que o acabou levando a fundar um banco para atendimento exclusivo de pobres, ele respondeu:

Eu não tinha qualquer intenção de criar um banco. Foram as circunstâncias que me levaram a isso. Eu lecionava Economia na Universidade nos anos posteriores à independência do Bangladesh. O país passava por muitas dificuldades. Em 1974, enfrentamos um terrível período de fome. Eu via pessoas morrendo de fome nas ruas e estava frustrado, sem saber o que fazer para ajudar. Afinal, todas as grandes teorias de desenvolvimento econômico que eu ensinava não contribuíam para resolver aquele problema. Pensei que era preciso ser útil. Assim, fui à aldeia mais próxima do campus universitário visitar os pobres. Vi como as pessoas sofriam, como estavam dependentes dos usurários que lhes emprestavam dinheiro, quase sempre montantes muito pequenos. Por que não fazer uma lista destas pessoas e tentar ajudá-las? Com a colaboração de alguns alunos, fizemos uma lista de 42 pessoas e chegamos à conclusão que o total de dinheiro necessário era de 27 dólares! Meu Deus! Nós andávamos a falar de milhões e milhões de dólares para investir e desenvolver a economia do país e, no entanto, havia pessoas que precisavam de uns poucos dólares. Decidi, naquele momento, que os pobres iriam se tornar meus professores.

Muhammad Yunus descobriu, naquela época, que a grande maioria dos pobres era incapaz de conseguir empréstimo nos bancos tradicionais. Para esses bancos, pobres são inadimplentes potenciais. Além disso, gastariam o dinheiro do financiamento na compra de alimentos. Não valia a pena emprestar quantias irrisórias, não seria rentável. E, no final das contas, pobres não teriam garantia para dar em troca dos empréstimos.

Segundo Yunus, recusar o acesso ao crédito é a fonte de todas as exclusões porque a pobreza é raramente criada por problemas pessoais, preguiça ou falta de inteligência, mas sim pelo custo proibitivo do capital.

O que falta basicamente para que uma pessoa tenha acesso a um pequeno capital são taxas de juros justas e um prazo de resgate maior que o tradicional.

Só com um pequeno investimento, segundo Yunus, os pobres poderão entrar verdadeiramente num ciclo econômico que lhe garantirá a criação de sua própria fonte de renda.

Esse sistema de microemprestímo, inicialmente, ajudou a financiar os projetos de 42 mulheres dentro das áreas mais pobres do vilarejo. No prazo fixado, o banqueiro foi integralmente reembolsado. A experiência inicial, portanto, foi um sucesso.

Disse Yunus: "As mulheres queriam antes de tudo me reembolsar para me provar que mereciam a minha confiança. Seus olhares de reconhecimento e a sua pontualidade decuplicaram a minha vontade de expandir a experiência".

É importante ressaltar que, num primeiro momento, o professor Yunus tentou convencer bancos locais e membros do governo à ajudá-lo nesta empreitada. Mas as respostas eram sempre as mesmas: Pobres são inadimplentes. Não oferecem nenhuma garantia, caso não reembolsem o empréstimo. É arriscado demais! Não vai funcionar.

Depois de alguns anos em que inutilmente tentou convencer os céticos, Yunus decidiu deixar seu cargo de professor e criar sua própria empresa: Grameen Bank. Criada em 1978, em apenas um vilarejo, a empresa expandiu rapidamente suas atividades. Hoje, passados vinte e seis anos, os resultados são capazes de convencer até mesmo os mais descrentes. O banco se tornou uma verdadeira instituição daquele país. Está presente em milhares de vilarejos, já emprestou mais de 16 bilhões de reais para 12 milhões de clientes, sendo 96% mulheres.

Um dado interessante é que essa experiência provou que as mulheres são mais responsáveis e sérias do que os homens. A taxa de pagamento, que tanto preocupava os banqueiros tradicionais, é de 98,9%. Ou seja, é muito superior a dos bancos comerciais.

O sistema funciona assim: as clientes estão organizadas em grupos de cinco pessoas, e cada uma das devedoras é responsável perante as quatro outras integrantes do grupo e pode pedir ajuda caso esteja com um problema. O Grameen Bank não pede para elas que assinem um contrato, não processa ninguém em caso de inadimplência e não exige nenhuma garantia.

O banco idealizado por Muhammad Yunus tem hoje mais de 12 mil funcionários. É uma verdadeira empresa que paga os mesmos salários que os bancos tradicionais. Segundo Yunus, o banco não tem como objetivo ganhar dinheiro. Os 2,4 milhões de clientes são os donos do banco. O lucro é sempre marginal, depois de pagos todos os custos e feitos os novos investimentos.

Atualmente, esse modelo é aplicado em mais de 57 países ao redor do mundo. O micro-crédito ajuda mais de 55 milhões de famílias, sendo 27 milhões na faixa da população que tem menos de 1 dólar por dia para sobreviver. Segundo estudos, graças ao micro-crédito, três de quatro devedores conseguem sair da extrema pobreza de maneira definitiva.

Dono de um verdadeiro império, o professor Muhammad Yunus não mudou de estilo de vida. Ele vive com sua esposa e sua filha em um pequeno apartamento de dois quartos em Dacca, capital de Bangladesh.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ao entrevistar Muhammad Yunus, o jornal **Zero Hora**, do Rio Grande do Sul, perguntou-lhe que conselhos ele daria ao Brasil sobre microcrédito. Disse Yunus: "Eu diria que os programas de microcrédito precisam se focar em atender aos muito pobres. Se os muito pobres não forem incluídos desde o início, estarão excluídos mais à frente, e o objetivo do microcrédito, de reduzir a pobreza, fracassará. Eu sugeriria que priorizassem a qualidade à quantidade".

O jornal **Zero Hora** também perguntou a Yunus qual seria o impacto do Grameen Bank na vida Bangladesh. Ele respondeu que vários estudos mostram que a mortalidade infantil caiu, o controle de natalidade começou a dar resultados, a saúde pública melhorou, as crianças tiveram mais acesso à educação e as mulheres têm ganho maior participação em atividades sociais e políticas no país, que é bastante machista.

Zero Hora também quis saber de Yunus sobre suas perspectivas para o futuro do banco. Respondeu ele:

Tenho 63 anos. Quero melhorar a qualidade de vida de quem recorre ao banco. Nos últimos anos, criamos bolsas de estudo para os filhos de pessoas que tomaram empréstimos conosco. Muitos estão cursando escolas profissionalizantes. No futuro, eles vão ajudar as suas famílias. O Grameen emprestou dinheiro a 30 mil pessoas para que comprassem telefones celulares e oferecessem serviços de telecomunicação. Estas "mulheres-telefonistas" têm lucros com esses telefones, ao mesmo tempo em que oferecem aos moradores uma ligação com o "mundo exterior", antes inimaginável. Também levamos serviços de Internet às vilas.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, eu gostaria de dizer que a idéia do "Banco do Povo" não é nova. Foi proposta pelo pensador Alexis de Tocqueville (1805 – 1859), em dois ensaios publicados em 1835 e intitulados "Memória sobre a pobreza" e "Segundo artigo sobre a pobreza". A finalidade desses estudos era discutir como estruturar a sociedade moderna, aglutinando os cidadãos desunidos. A pobreza, considerava Tocqueville, era uma espécie de doença social surgida nos países que experimentaram o enriquecimento capitalista. A pobreza, dizia o pensador francês, só se tomou visível onde havia para se contrapor a ela um pano de fundo de riqueza e bem-estar.

Esse problema era mais visível, na época, na Inglaterra, onde um sexto da população engrossava as fileiras do proletariado urbano, contrastando a sua pobreza com o bem-estar da maioria. Tocqueville se indagava como integrar essa parcela de pobres na sociedade a fim de que pudesse gozar das benesses do progresso. Tocqueville partia da definição moral do princípio da beneficência. Dizia ele:

Creio que a beneficência deve ser uma virtude mácula e fundada racionalmente, não um gosto frágil e irrefletido; que não se deve fazer o bem que mais agrada àquele que o faz, mas o mais verdadeiramente útil àquele que o recebe; não aquele que alivia de forma mais completa as misérias de alguns, mas aquele que serve ao bem-estar do maior número.

A primeira manifestação de microcrédito da qual se tem notícia ocorreu no sul da Alemanha, em 1846. Denominada Associação do Pão, ela foi criada pelo pastor Raiffeisen. A região passou por um rigoroso inverno que levou os fazendeiros locais a contraírem dívidas e ficarem na dependência de agiotas. O pastor cedeu-lhes farinha de trigo para que, com a fabricação e comercialização do pão, pudessem obter capital de giro. Com o passar do tempo, a associação cresceu e transformou-se numa cooperativa de crédito para a população pobre.

Em 1900, um jornalista da Assembléia Legislativa de Quebec criou as *Caisse Populaires*, que, com a ajuda de 12 amigos, reuniram o montante inicial de 26 dólares canadenses para emprestar aos mais pobres. Atualmente, estão associados às *Caisse Populaires* cinco milhões de pessoas, em 1.329 agências.

Nos Estados Unidos, em 1953, Walter Krump, presidente de uma metalúrgica de Chicago, criou os "fundos de ajuda" nos departamentos das fábricas, onde cada operário participante depositava mensalmente U\$1,00 destinado a atender aos associados necessitados. Posteriormente, os fundos de ajuda foram consolidados e transformados no que foi denominado Liga de Crédito. Após esta iniciativa, outras se sucederam, existindo atualmente, a Federação das Ligas de Crédito, operadas nacionalmente e em outros países.

Provavelmente, entre 1846 e 1976, muitas outras manifestações pontuais e isoladas devem ter ocorrido ao redor do planeta com características de microcrédito, porém o grande marco que desenvolveu, difundiu e serviu de modelo para popularizar o micro-crédito foi a experiência iniciada em 1976 em Bangladesh, pelo Professor Muhammad Yunus.

A experiência do Grameen gerou a revolução do microcrédito no mundo, onde hoje existem programas nele espelhados em sessenta países, inclusive alguns considerados ricos, como Canadá, França e Estados Unidos.

Normalmente, as instituições que operam com microcrédito, como ONGs, OSCIPs e Bancos do Povo, emprestam dinheiro para negócios já existentes com mais de seis meses de existência.

Exatamente neste espírito, apresentei, em dezembro de 2003, o PLS nº 505 – Complementar, que institui o crédito para os microempreendedores. Minha sugestão de proposição se baseou nestas várias expe-

riências já realizadas no Brasil e Bangladesch – com o Banco do Povo.

Especificamente, inspirei-me nas propostas e nos programas realizados pela Prefeitura de Porto Alegre, Governos do Rio Grande do Sul e Distrito Federal, mais as lições do Banco do Povo de Bangladesh, do Sr. Yunus.

Sr. Presidente, encerro dando os meus parabéns à Academia Sueca e, mais ainda, muitos parabéns e meus votos de longa e profícua vida a esse benemérito cidadão, agora também do mundo, esse iluminador, sr. Muhammad Yunus.

Lembro, por fim que, grande otimista, Muhammad Yunus acha que outros homens como ele, empreendedores, vão trazer soluções simples e criativas para vencer os grandes desafios planetários. Segundo ele, projetos gigantescos não são suficientes: porque é preciso antes de tudo preocupar-se com o primeiro elo da cadeia: o ser humano.

Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senado-

res, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Justiça manda prender 6 petistas ligados a dossiê”, publicada no jornal **O Estado de São Paulo**, em sua edição de 27 de setembro de 2006.

A matéria destaca que três dos petistas que tiveram a prisão temporária decretada têm relação direta com o Presidente Lula, como Freud Godoy, ex-assessor especial de Lula; Oswaldo Bargas, ex-Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho; e Jorge Lorenzetti, ex-Chefe do Serviço de Inteligência da campanha de Lula.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Justiça manda prender 6 petistas ligados a dossiê

Três deles têm relação direta com Lula;
Lei Eleitoral, no entanto, proíbe prisão

A Justiça Federal de Mato Grosso decretou ontem a prisão temporária de seis petistas envolvidos com o dossiê Vedoin. Três deles têm relação direta com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva: Freud Godoy, ex-assessor especial de Lula; Oswaldo Bargas, ex-secretário-executivo do Ministério do Trabalho; e Jorge Lorenzetti, ex-chefe do serviço de inteligência da campanha de Lula. Os outros três são Expedito Afonso Veloso, di-

FRASE

**Guido Mantega
Ministro da Fazenda**

“Não temos nada a ver com o departamento de inteligência das Organizações Tabajara”

retor afastado do Banco do Brasil; o advogado Gedimar Passos, que trabalhava na inteligência do comitê de Lula; e o empresário Valdebran Padilha, que ar-

recadava recursos em campanhas petistas em Mato Grosso. A Polícia Federal confirmou que recebeu as ordens de prisão, mas deixou de cumprí-las porque a Lei Eleitoral proíbe prisões nos cinco dias que antecedem as eleições e até 48 horas depois do pleito, a não ser em flagrante – assim, elas só poderão ser cumpridas a partir da zero hora de quarta-feira. A prisão temporária se destina a facilitar investigações. • PÁG. A4

Dinheiro veio de Miami, diz PF

... Os US\$ 248,8 mil apreendidos com Gedimar Passos e Valdebran Padilha para comprar o dossiê saíram de um banco de Miami, entraram no Brasil e foram repassados a um banco de pequeno porte de São Paulo. A PF sabe o nome do banco, da agência, do

dono da conta em que o dinheiro foi depositado e até do sacador, mas mantém os dados em sigilo. A informação constará de documento oficial que o Department of Homeland Security, dos EUA, enviará ao Ministério da Justiça brasileiro e à PF. • PÁG. A5

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “O Maior escândalo da história”, publicada pelo **Jornal do Brasil**, em sua edição de 21 de setembro de 2006.

A matéria destaca que o presidente do TSE, Tribunal Superior Eleitoral, Marco Aurélio Mello, considera a tentativa de compra, por parte de petistas, de um falso dossiê contra tucanos, pior que o escândalo Watergate, que precipitou a queda em 1972 do presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon.

O maior escândalo da história volta como farsa

Entrevista ■ MARCO AURÉLIO DE MELLO, PRESIDENTE DO TSE

“É muito pior que Watergate”

Luiz Orlando Carneiro e Tales Faria

■ BRASÍLIA. Se depender do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Marco Aurélio de Mello, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está em apuros. Em entrevista exclusiva ao JB, Marco Aurélio se disse perplexo com a quantidade de escândalos que rondam a disputa eleitoral, especialmente com a descoberta de que funcionários do governo, próximos ao presidente da República, estavam comprando e vendendo dossiês para comprometer adversários. Para ele, o que houve “é algo muito muito pior” do que o chamado caso Watergate, que obrigou o então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, a renunciar, em 1974.

Como o senhor se sente tendo a privacidade invadida, com o grampo no telefone de seu gabinete no Supremo Tribunal Federal?

– Ao nível a que chegaram, as coisas vão muito mal. Se é integrante de tribunal superior, do STF, é grameado, é bisbilhotaço, o que pode acontecer ao cidadão comum? O caso revela o quadro de perda de parâmetros em que vivemos.

E esse negócio de venda de dossiê, compra de dossiê... Muito provavelmente, quem estava escutando o senhor pensava em produzir um dossiê.

– Exato. Isso afi é terrível. Primeiro na suposição de que todos são uns salafários, quando, na verdade, a maioria das pessoas é formada por homens de bem. Em segundo lugar, porque a cada dia em que abrimos um jornal ou abrimos uma revista nos defrontamos com novos escândalos. Isso tem de parar.

O senhor vê semelhanças entre essas denúncias de compra e montagem de dossiês, que estão ocorrendo agora nas eleições, com o caso Watergate, que ocorreu nos EUA envolvendo o presidente Richard Nixon?

– Não, não vejo... É algo muito muito pior! Não há comparação. Aquela escuta foi realmente muito terrível. Mas, agora, o que temos aqui é uma somatória de desvios de poder.

O grampo no TSE teria a mesma motivação eleitoral do caso Watergate e dessa guerra de dossiês que estourou na

imprensa recentemente.

– E, como toda baixaria, tem de ser excomungada, tem de ser afastada do cenário nacional. Para que isso ocorra é necessário punir aqueles que cometem desvios de conduta, como exemplo para os cidadãos em geral e especialmente aos homens públicos.

Caberia aos líderes da nação, neste momento, dar outro tipo de exemplo?

– Exatamente. O que desejo é que as instituições funcionem para termos no Brasil dias melhores.

Mas parece que o eleitor não está punindo esses homens públicos. Parece que os que aprontaram vão ser eleitos.

– Não, não subestimem a inteligência do eleitor. Teremos que aguardar o dia 1º de outubro pra ver qual é a diretriz que o eleitor fixará.

O senhor já presidiu uma eleição, em 1996, quando ocupava o mesmo cargo que tem hoje no TSE...

– Sim. Presidi as primeiras eleições informatizadas, municipais, alcançando um terço do eleitorado com a urna eletrônica. Agora

retorno à presidência do TSE perplexo. Os incidentes são de grande monta, numa graduação inimaginável.

O senhor, como toda a população, deve ter ficado assustado, com certas coisas que não imaginava serem possíveis de ocorrer...

– A mente mais imaginativa, mais criativa, mais antagônica em termos concepção política não poderia prever o que estamos vivenciando. É um problema. Mas encarar o futuro é tempo: torço para que tudo isso sirva de ponto de partida para dias melhores – para nós próprios, para nossos filhos e também para os nossos netos.

Ministro, mas quanto a esses casos que estão sendo descobertos agora, quando os responsáveis serão punidos?

– Olha, é afi que está. Porque o processo tem uma tramitação, e a tramitação visa justamente proteger o exercício do direito de defesa. Também não cabe substituir o julgamento por um justicamento. É o que digo sempre: “A lei é assim, e não se pode virar a mesa e partir para um ato de força”. Isso não seria bom, porque implicaria retrocesso.

Nossa Opinião ■ SEMELHANÇAS PERTURBADORAS

De passagem por Nova York, o presidente Lula concedeu aos jornalistas a graça de um comentário sobre o escândalo da vez: “A de dias de uma eleição em que a situação é altamente favorável, por que alguém que quer me ajudar faria um ato insano desses?”, intrigou-se. Em junho de 1972, quando o Caso Watergate explodiu às vésperas de uma reeleição garantidíssima, o presidente Richard Nixon deve ter dito algo semelhante.

Bandidos alojados na Casa Branca resolveram espionar o adversário no cauteleado em pé. Cúmplices de Lula decidiram que o triunfo iminente não teria graça sem a vitória em São Paulo. Nixon foi afastado menos de dois anos depois de reeleito. Lula estará no lucro se concluir dois mandatos.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCOS GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Marco Aurélio Mello, atribui uma façanha espetacular ao grupo envolvido na tentativa de compra e venda do “dossiê Freud”: a fabricação de um escândalo maior que o Caso Watergate, considerado o mais grave da história por ter precipitado em 1972 a queda do presidente Richard Nixon. Ontem, Ricardo Berzoini foi afastado do comando da campanha de Lula. País e Economia ■ A2 a A13 e A19

Marco Aurélio de Mello, nascido em 1946 no Rio de Janeiro. Foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal e tomou posse em junho de 1990. Escolhido pelo STF, esteve no Tribunal Superior Eleitoral como juiz substituto, entre agosto de 1991 e maio de 1993, e efetivo de 1993 a 1993-1994.

A mente mais imaginativa, mais criativa, mais antagônica em termos concepção política não poderia prever o que estamos vivenciando

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Hackers atacam página do PT”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 24 de agosto do corrente.

Segundo a matéria, o grupo de hackers, Bios Team, deixou, na página do PT, mensagens com ofensas a Lula. Em uma delas afirmam que presidente traz consigo sete pragas (CPIs dos Correios, Bingos e Compra de Votos; o escândalo do mensalão; além de crises na agricultura e na indústria metalúrgica).

Hackers atacam página do PT

Grupo Bios Team deixou mensagem com ofensas a Lula; partido tirou site do ar e quer investigação

Clarissa Oliveira

O PT, que tem apostado na internet para promover os seus candidatos nestas eleições, acabou se transformando em vítima da tecnologia. Ontem, por volta das 13 horas, o site do partido foi alvo de uma invasão por hackers, que aproveitaram o espaço da página petista para postar uma mensagem agressiva contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A brecha na segurança permitiu uma cena constrangedora: sobre uma imagem da estrela do PT em chamas, complementada por palavrões, um texto de nove linhas dizia que, enquanto alguns países sofrem com guerras, terremotos e ataques, o Brasil lida com Lula.

O presidente foi citado como “praticamente uma maldição”, que traz consigo “sete pragas”: as CPIs dos Correios, Bingos e Compra de Votos; o escândalo do mensalão; além de crises na agricultura e na indústria metalúrgica. No final da página, aparecia ainda o texto “Eu voto 45”, em referência ao número do principal rival da legenda, o PSDB.

Cerca de 20 minutos após o ataque, o PT havia retirado a página do ar. O grupo de hackers também atingiu outros sites partidários, como o do PFL, que

apresentava a mesma mensagem. À tarde, o partido de Lula acionou seu departamento jurídico, pedindo que fossem iniciados procedimentos para a abertura de uma investigação sobre o caso pela Polícia Federal.

ATAQUES

Ao comentar o ocorrido, o presidente nacional do PT, Ricardo Berzoini (SP), não descartou a possibilidade de um adversário na disputa eleitoral ter encenado os ataques. Mesmo assim, garantiu que o partido não

Invasores disseram que presidente traz consigo “sete pragas”

trabalha com essa hipótese. “Eu não seria irresponsável de nomear alguém.”

Segundo Berzoini, os sites do PT e de Lula já sofreram diversas tentativas de ataques. “No mundo da tecnologia da informação, isso é corriqueiro”, completou. O secretário adjunto de Comunicação do PT, Francisco Campos (SP), acrescentou que, seja quem for o autor da invasão, o caso deve ser investigado. “É um ato criminoso.”

As críticas postadas no site

Sr. presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

do PT começavam com o nome Bios Team, que denominaria o grupo responsável pelo ataque. Há a indicação de que o autor do recado seria um hacker apelidado de Overkill, a quem são atribuídas outras mensagens polêmicas espalhadas na rede.

Em uma delas, distribuída durante a Copa do Mundo, o hacker ressalta que 2006 é um ano eleitoral e pede aos brasileiros que se lembrem dos “políticos ladrões” e do “presidente que nunca sabe de nada”. Um ataque realizado em março ao site da prefeitura de Macaé (RJ) também é atribuído ao Bios Team.

A invasão do site do PT por hackers ocorre justamente no momento em que o partido amplia os esforços para aproveitar o potencial eleitoral da internet. A legenda reformulou há pouco tempo o site nacional, uma estratégia que foi repetida na página paulista. Recentemente, Berzoini anunciou a intenção de criar um sistema de arrecadação pela rede, o que daria ao eleitor a possibilidade de fazer doações do próprio computador. •

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “Lula despista atacando, diz Alckmin”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, do último dia 28 de agosto do corrente.

A matéria destaca o candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin, chamou a atenção para a tentativa do Presidente Lula de desviar o foco dos eleitores do novo escândalo do governo petista: o indiciamento de seu ex-ministro da Saúde, Humberto Costa, pela Polícia Federal.

Para Alckmin, “Esse é um governo que não funciona. Não tem uma obra, a não ser tapa-buraco. Os

impostos não param de crescer e aquele que prometeu 10 milhões de empregos não trabalha para gerar empregos”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Lula despista atacando, diz Alckmin

Em reduto do PT, tucano afirma que presidente tenta desviar

foco do indiciamento do ex-ministro Humberto Costa

Ricardo Brandt

Um dia após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva atacar os tucanos em campanha em São Paulo – Estado governado até este ano pelo PSDB –, o candidato à Presidência Geraldo Alckmin (PSDB) foi a São Bernardo do Campo – antigo reduto do PT – para dar o troco. Em comício para quase 2 mil pessoas, ele acusou Lula de elevar o tom das críticas a adversários para desviar a atenção do indiciamento do ex-ministro da Saúde Humberto Costa, pela Polícia Federal, e disse que o governo do PT abandonou a agenda de geração de empregos no País.

Ao lado do candidato tucano ao governo do Estado, José Serra, Alckmin ainda defendeu a tese de que é preciso eleger Serra no primeiro turno em São Paulo para que ele o ajude a ser eleito presidente no segundo turno. “Tlc (Serra) precisa ganhar no

Tucano bate forte no governo e afirma que povo está triste com corrupção

primeiro turno para nos ajudar no segundo turno. Esse é o nosso desafio”, disse o presidenciável.

Alckmin negou aos jornalistas que sua ida a São Bernardo, onde Lula tem um apartamento, tivesse ares de revanche. “Não fazemos agenda em função do adversário”, disse. Em seu discurso, porém, o candidato tucano deixou a defensiva de lado e partiu para o ataque.

Ele alegou que o povo está “desapontado” com o governo federal e afirmou que o PT hoje é sinônimo do “partido da tristeza”. “Essa é a expressão melhor, o povo está triste com o

governo brasileiro. Triste pelos escândalos.” E completou: “Ontem foi mais um (escândalo). Depois dos 40 (denunciados no mensalão), mais um ministro indiciado pela polícia, em mais um caso de desvio de dinheiro público.”

Apesar de responder aos ataques feitos nos últimos dias por Lula aos governos do PSDB, Alckmin afirmou que a estratégia de seu adversário era a de desviar a atenção dos indiciamentos no caso da máfia dos vampiros – esquema de superfaturamento de hemoderivados no Ministério da Saúde.

“Tudo isso é para desviar a atenção, porque ontem foi o dia que o seu ministro da saúde foi indiciado pela polícia.” E disparou: “A saúde no Brasil deu marcha à ré, o saneamento básico não saiu do lugar, o programa de aids piorou, a questão do remédio

não avançou e ainda tem dinheiro da saúde sendo desviado. É vampiro, roubo em sangue, compra de ambulâncias superfaturadas.”

A metralhadora tucana mirou ainda temas como a geração de emprego e a falta de investimentos. “Esse é um governo que não funciona. Não tem uma obra, a não ser tapa-buraco. Os impostos não param de crescer e aquele que prometeu 10 milhões de empregos não trabalha para gerar empregos.”

Segundo Alckmin, seu adversário “abandonou” a agenda do emprego. “Veja a questão dos juros, o câmbio, que hoje inviabiliza os setores produtivos que mais empregam”, disse o candidato.

Serra foi na mesma linha, ao dizer em discurso que vemos “o maior desemprego dos últimos anos”. ■

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS.

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs Senadores, venho à tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Troca de motosserra”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 12 de setembro deste ano.

O autor, em seu artigo, cita que “É comovente a evolução ética do petismo nos últimos tempos”, e destaca declarações do ator petista Paulo Betti, segundo quem não se faz política sem pôr a mão em matéria fecal, do presidente Lula, de que política a gente faz com o que a gente tem, não como a gente quer, e, mais

recentemente, do governador do Acre, Jorge Viana, de que “qualquer apoio estamos aceitando com gosto”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, solicito que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Troca de motosserra

SÃO PAULO - É comovente a evolução ética do petismo nos últimos tempos. Começou com a constatação do ator petista Paulo Betti segundo quem não se faz política sem pôr a mão em matéria fecal.

Dias depois, o presidente Lula referendou a tese ao dizer: “Política a gente faz com o que a gente tem. Não com o que a gente quer”.

Agora vem o complemento, na boca de um dos raros petistas que é estrela ascendente, o governador acreano Jorge Viana. Na bela reportagem de Fábio Zanini, ontem publicada por esta **Folha**, Viana justifica assim sua aliança com os políticos que antes considerava delinquentes: “Qualquer apoio estamos aceitando com gosto”.

O “qualquer” inclui o pessoal ligado a Hildebrando Pascoal, sim, aquele mesmo que está preso há sete anos por mandar matar um adversário com uma motosserra.

Ou seja, antes o PT era contra “tudo o que está aí”; mais recentemente, passou a aceitar o que está aí por ser supostamente tudo o que

“a gente tem”. Agora, não é apenas aceitação conformada, mas “com gosto”.

Não significa, como já mostrou na semana passada Renata Lo Prete, que o PT vá desaparecer ou murchar. Vai apenas ser um novo PMDB. Partido sem cara, sem cheiro (não vale pensar em Paulo Betti), sem identidade, mas que, não obstante, está sempre entre os três mais votados para o Congresso, quando não é o mais votado.

Viverá da tradição política brasileira, do caciquismo/coronelismo, sustentado por vínculos com o poder público (municipal, estadual ou federal ou todos juntos).

Há 40 ou 50 anos, a oligarquia maranhense era comandada por Victorino Freire, desbanhado por um jovem chamado José Sarney. Mudou o Maranhão? Não, mudou o novo dono político do pedaço. Assim como no Acre: sai a motosserra, entram Jorge Viana e o PT.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Srs e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “PF identifica a casa de câmbio que comprou dólares de petistas”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, de 30 de setembro do corrente.

A matéria destaca que a casa de câmbio Disk Line comprou parte dos US\$ 248 mil apreendidos pela Polícia federal com petistas que tentavam, no dia 15, negociar um dossiê falso contra o tucano José Serra. A matéria destaca ainda que essa revelação foi feita só

depois das críticas da oposição em relação a demora nas investigações.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria seja considerada como parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PF identifica a casa de câmbio que comprou dólares de petistas

Disk Line, com escritórios em São Paulo e no Rio, adquiriu os dólares das corretoras Action e EBS

Revelação ocorre depois das críticas da oposição; outra parte dos recursos veio da corretora Pioneer e de uma agência do banco Safra

**ANDRÉA MICHAEL
SHEILA D'AMORIM
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

A casa de câmbio Disk Line foi quem comprou parte dos US\$ 248 mil apreendidos pela Polícia Federal com petistas que tentavam, no dia 15, negociar um dossiê contra o tucano José Serra. Com escritórios em São Paulo e Rio, a Disk Line é de Marco Antônio Cursini.

Segundo a **Folha** apurou, os dados do BC repassados à PF apontam a Disk Line como sendo a empresa que adquiriu os dólares das corretoras Action e EBS, com sede em São Paulo. O dinheiro negociado por essas corretoras (cerca de US\$ 110 mil) fazia parte de um lote de US\$ 15 milhões comprado pelo banco Sofisa junto ao Commerzbank de Frank-

furt, no dia 15 de agosto.

A identificação de um dos compradores dos dólares envolvidos no escândalo surge um dia depois de a oposição criticar duramente a PF e o ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça) de estarem escondendo o nome do comprador. Horas após os senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Heráclito Fortes (PFL-PD) saírem de um encontro com o presidente do BC, Henrique Meirelles, acusando Bastos de ser “cúmplice de um crime”, BC e PF começaram oficialmente a trabalhar em conjunto nas investigações:

O BC divulgou nota na quinta-feira afirmando que não tinha sido procurado para ajudar no rastreamento dos dólares. Enquanto isso, a PF explicou, em nota, que “em um levantamento realizado junto ao Banco Central constatou que a operação de compra de dólares pelo banco Sofisa S/A atendeu a todas as exigências legais”.

Ontem, o BC informou que foi procurado pela PF no meio da tarde, logo após ter sido di-

vulgada a nota oficial relatando a conversa de Meirelles com os senadores. Muito antes disso, a PF já sabia que parte dos US\$ 248 mil tinha sido comprado por uma mesma pessoa em quatro locais. Além das corretoras EBS e Action, uma outra parte dos recursos veio da corretora Pioneer e uma agência do banco Safra em São Paulo.

Ontem, o diretor da corretora Action, Ricardo Cardoso, informou que não havia sido procurado nem pela PF nem pelo BC. Ele explicou que opera regularmente com o banco Sofisa mas que, em setembro, não fez nenhuma compra de dólares com a instituição. Em agosto, comprou dólares do Sofisa.

Segundo Cardoso, todas as operações realizadas estão devidamente registradas como determinam as regras do BC. A direção da EBS não respondeu aos contatos da reportagem. Já o diretor da Pioneer, João Medeiros, afirmou que há um ano não opera com a Sofisa. O Safra informou que tinha enviados as informações solicitadas.

Doleiro é alvo de investigação sobre lavagem

DA REPORTAGEM LOCAL

O doleiro Marco Antonio Cursini é um velho conhecido da Polícia Federal e dos procuradores que investigam lavagem de dinheiro. O caso mais recente em que o nome de Cursini foi citado é o do escritório de “private banking” do Credit Suisse em São Paulo. Os policiais tem informações de que ele era o doleiro oficial desse escritório do Credit Suisse.

O doleiro Antônio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona, chegou a afirmar à revista “Veja” que Cursini lhe contara que havia feito remessas de dólares para o ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça) em 1993. Depois, Toninho recuou e disse que não tinha provas das remessas. O ministro negou que tenha enviado ilegalmente dólares ao exterior.

Cursini responde a um processo na Justiça Federal no Paraná por lavagem de dinheiro e remessa ilegal de divisas. A CPI do Banestadô descobriu que ele fez remes-

sas ilegais a partir de Foz de Iguaçu e identificou uma conta dele no Merchants Bank de Nova York.

A Força Tarefa CC5, grupo composto por procuradores e policiais federais, bloqueou US\$ 381.187,91 que Cursini tinha em nome da empresa Goldrate no Merchants.

A ascensão de Cursini nos negócios ocorreu quando os grandes operadores estavam colaborando com a PF ou haviam transferido os negócios para o Uruguai.

A **Folha** não conseguiu apurar quem é o advogado que defende Cursini. (MARIO CESAR CARVALHO)

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs Senadores, venho à tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “CPI derrota governo e convoca Berzoini e Freud para depor?”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 18 de outubro do corrente.

A matéria mostra que a CPI dos Sanguessugas aprovou a convocação de oito acusados de envolvimento na tentativa frustrada de compra do dossiê contra candidatos do PSDB. Entre aqueles que irão prestar depoimento na CPI estão Ricardo Berzoini, presidente

licenciado do PT e ex-coordenador da campanha de Lula, e Freud Godoy, ex-assessor do presidente.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALMEIDA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CPI derrota governo e convoca Berzoini e Freud para depor

Oposição aprovou acesso à quebra dos sigilos do ex-assessor de Lula e barraram convocação de José Serra e Barjas Negri

Depoimentos só vão ocorrer após a eleição; em minoria na CPI, PT aceita proposta de aprovar apenas um convite a ex-ministros da Saúde

**RANIER BRAGON
ADRIANO CEOLIN
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Aproveitando-se da desarticulação da base governista no Congresso, a oposição aprovou ontem a convocação pela CPI dos Sanguessugas de oito acusados de envolvimento na tentativa frustrada de compra do dossiê antitucano, entre eles Ricardo Berzoini, presidente licenciado do PT e ex-coordenador da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva, e Freud Godoy, ex-assessor do presidente.

De quebra, tucanos e pefeitas aprovaram o recebimento da quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Freud, além de barrarem a tentativa governista de aprovar a convocação dos ex-ministros da Saúde do PSDB José Serra —governador eleito de São Paulo— e Barjas Negri, acusados recentemente pela família Vedoin de envolvimento com o esquema.

Avaliando que estavam em minoria na sessão, o PT e os demais governistas aceitaram

acordo proposto pela oposição de aprovar apenas um convite —sem obrigação de comparecimento— a Serra, Barjas e a outros dois ex-ministros da Saúde, o petista Humberto Costa e o peemedebista Saraiva Felipe.

O PT não conseguiu nem sequer aprovar a convocação de Abel Pereira, apontado pelos Vedoin como o operador da quadrilha no ministério nas gestões de Serra e de Barjas.

“Todos sabem que o Abel Pereira é a peça-chave do superfaturamento das ambulâncias no ministério”, esbravejava a senadora Ideli Salvati (SC), líder do PT, ao término da sessão.

A derrota do governo começou no início da tarde, quando adotou a estratégia de tentar derrubar a sessão da CPI por falta de quórum. Com isso, os governistas não apareceram, o que transferiu à oposição a missão de reunir o quórum mínimo de 19 dos 38 integrantes da comissão. Eles conseguiram 17 presenças, mas chegaram ao número necessário com a ajuda do deputado Paulo Rubem Santiago (PT-PE) e do senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

“Sou petista, não sou governista. Ninguém me pediu para não vir aqui para não dar presença”, disse Paulo Rubem. Enquanto os governistas tenta-

vam reunir às pressas seus aliados, a oposição aprovou a convocação de Francisco Rocha, o “Rochinha”, da coordenação de campanha de Lula. O nome dele surgiu nas investigações como suspeito de atuar na liberação de verbas para o esquema dos sanguessugas durante a gestão de Humberto Costa.

Nesse momento, já havia chegado à sessão a senadora Ideli Salvati, que apelava ao celular pela presença dos colegas e pelo começo da sessão de votação no plenário do Senado, o que derrubaría a sessão da CPI.

A reunião da comissão transcorreu em clima tenso, recheado de bate-bocas. Como a arregimentação da tropa governista era lenta, a oposição aprovou, um atrás do outro, o recebimento dos sigilos de Freud e as oito convocações: além de Berzoini e Freud, foram convocados Gedimar Passos e Valdebran Padilha, presos com o R\$ 1,7 milhão que seria usado para a compra do dossiê; Expedito Veloso, Oswaldo Bargas e Jorge Lorenzetti, ex-integrantes da coordenação de campanha de Lula; e Hamilton Lacerda, ex-assessor de Aloizio Mercadante. Os depoimentos vão ocorrer só depois das eleições. Gedimar, Valdebran e Lorenzetti vão falar em 31 de outubro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o Presidente-candidato Luiz Inácio Lula da Silva tem um hábito principal e um defeito também principal, além de outros tantos hábitos e defeitos, menos capitais.

O hábito principal é o de levar no vai-da-valsa e de acobertar com mentiras a verdadeira situação do País. Prefere acreditar que apenas a distribuição de bolsas-família resolve tudo. O defeito principal mostra que ele, o Presidente-candidato, sabe que a prática do engodo é um artifício para enganar o povo. E finge que não sabe que isso é um mal. Para o povo. Para os do Baixo PT isso é ótimo!

O Brasil, sim, vive uma fase do tipo da adulção astuciosa, arquitetada para confundir as camadas mais pobres, com duas ações, uma assistencial, com o bolsa-família, e outra com terrorismo nazistóide. Mais ou menos assim: Lula dá o bolsa-família e manda que seus amigos difundam ações terroristas, à base de ameaças que sujeitam o programa assistencial ao voto nele, Lula. Do contrário, tudo vai acabar no dia seguinte ao do pleito.

A realidade que Lula pretende encobrir é bem diferente dessa que ele, até com ironia barata e sem o mínimo pejo, destila com freqüência, como ontem no debate da TV-Record.

O candidato petista esquece sua condição de Presidente e desfila no papel de valentão irônico, nada parecido com a figura criada por Gonçalves Dias (*Obras Poéticas II*, p. 34), aquela do Valente que chora sem pejo. Travestido de Valentão, Lula, em vez de chorar, mente sem pejo.

O povo não quer no Governo um Presidente sem pejo.

Esta manhã, telefonou-me o Vice-Prefeito de Caiapônia, um município de Goiás, de forte agricultura e pecuária. Telefonou para dizer que, apesar dos bons índices econômicos dessas duas atividades econômicas no País, a população de Caiapônia não vê nenhum avanço social, vê, sim. Ao contrário do que diz Lula (mentindo), a situação é triste. Ali, muito próximo de Brasília e de Goiânia, o que se vê é miséria; o povo anda triste, os jovens não conseguem emprego. E, como no Nordeste, muitos levam a vida na suposição de que o bolsa-família resolve tudo. Vão na onda do vai-da-valsa.

Se hoje o quadro não é nada róseo, o que esperar num eventual novo mandato de Lula? Novo mandato que, felizmente, não se deverá confirmar.

Nesse quatriênio perdido, o Governo Lula não investiu nada em infra-estrutura. E o Brasil corre o risco de retrocesso e de um apagão elétrico, previsto pelo próprio Governo, pela ANEEL. Está nos jornais de hoje:

Risco de apagão pode chegar a 50% em 2008

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) começa a definir na próxima sexta-feira qual é o real risco de racionamento de energia no País. O novo cenário será desenhado a partir da redução do volume de energia assegurada no sistema elétrico nacional, com a retirada das térmicas sem gás para funcionar. Segundo simulações do mercado, a medida pode elevar o risco de déficit muito acima dos 5% aceitos pelo sistema, atingindo 25% no Sudeste em 2007. Para 2008, chegaria a 50%.

O primeiro reflexo, segundo especialistas, é a alta do custo da energia no curto prazo, acompanhando o aumento do risco de desabastecimento. Isto é, com menos usinas, a construção ou operação de geradores mais caros se torna necessária. “A Aneel está tomando a atitude correta, porque, se há falta de gás, isso precisa estar contabilizado nos dados sobre a segurança do sistema”, avalia o professor Edmar Almeida, do Instituto de Economia da UFRJ.

Na opinião de Almeida, a situação atual remete ao período anterior ao racionamento de 2001, quando o governo contava em seus dados com um volume de energia que não poderia ser entregue pelo parque gerador nacional. A falta de correção dos dados retardou o alerta sobre o risco de desabastecimento, reduzindo o tempo hábil para reverter a crise.

“A situação é crítica, mas o nível dos reservatórios ainda é melhor do que em 2000”, pondera o professor Luiz Pinguelli Rosa, do programa de planejamento energético da Coppe/UFRJ, que foi presidente da Eletrobrás no início do governo Lula.

Para evitar surpresas, a Aneel determinou ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) uma revisão – considerando a falta de gás – da curva de aversão a risco, instrumento que determina a adoção de medidas emergenciais. A idéia é calcular com quanta energia das térmicas o País pode contar. Já a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) foi chamada para calcular o impacto dessa mudança no custo da energia. Procuradas pelo Estado, as duas

empresas, responsáveis, respectivamente, pela operação e pela comercialização da energia, se negaram a comentar o assunto.

Simulação feita pelo mercado aponta que, considerando apenas mil megawatts (MW) de térmicas a gás – volume efetivamente gerado pelas térmicas em setembro, quando foi solicitada pelo ONS a produção de 5,3 mil MW -, o nível dos reservatórios das hidrelétricas teria batido, naquele mês, o nível mínimo de segurança.

Isso porque, sem usinas a gás, o nível de segurança dos reservatórios tem de ser maior do que o atual, que está em torno dos 30%. O cálculo sem as térmicas aponta um nível mínimo entre 40% e 50% para essa época do ano. Segundo o ONS, os reservatórios da Região Sudeste estão com 45,15% de sua capacidade de armazenamento.

A oposição acusa o governo de maquiar os números sobre a energia, evitando debater o tema em período eleitoral. Para o presidente da Light, José Luiz Alquieres, porém, o risco de falta de energia é pequeno, pois há usinas a óleo que podem suprir a carência. “Faltar não vai, o problema é o preço”, diz o executivo, que prevê alta de 40% a 50% no custo da eletricidade nos próximos anos.

Isso na economia.

O lado institucional também não é nada risonho. E, na verdade, a democracia brasileira corre riscos. A começar pela sede do atual Governo, que, num eventual mandato, não deverá dirigir olhares sorridentes para a democracia.

Eis, por exemplo, uma amostra disso. A Europa já vê com suspeita a democracia brasileira. Está nos jornais de hoje:

“Liberdade de imprensa retrocede no Brasil

O Brasil caiu da 63.^a posição para a 75.^a no ranking de liberdade de Imprensa da organização Repórteres Sem Fronteiras. Acima do País, em melhores

condições, estão Coréia do Sul (31.^a) e Taiwan (43.^a), por exemplo. Bolívia deu um salto, ficando em 16.^º, ao lado de Canadá e Áustria. Em último lugar, na posição 168, ficou a Coréia do Norte.

Quando se sabe – a Nação sabe, quem costuma não saber de nada é o Presidente – Repito, quando se sabe que Lula não tem apreço pela democracia, o que se pode esperar é o pior. Dele, com suas amizades sul-americanas e com seus amigos do Baixo PT.

Termino, dizendo com tristeza: O Brasil, com Lula, transformou-se num grande deboche nacional. E corre o risco de se inscrever no Livro do **Guiness**, como o país do superdeboche.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o segundo assunto é para fazer o registro da matéria da revista *Veja*, de autoria dos articulistas Lucila Soares e Ronaldo França, do dia 25 de outubro de 2006, intitulada “Perdulário, gigantesco e ineficiente”.

A matéria destaca que o governo federal gasta muito e mal. Os presidenciáveis deveriam falar em cortar, cortar, cortar e cortar. Segundo os autores, apesar das reformas levadas à frente na década de 1990, quando tiveram início as privatizações e o enxugamento da máquina pública, e do bem-sucedido esforço de estabilização da economia, esse navio ainda não alcançou o rumo desejado. “O Estado brasileiro continua sendo gigantesco, mal gerido e perdulário”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PERDULÁRIO, GIGANTESCO E INEFICIENTE

O governo federal gasta muito e mal.
Os presidenciáveis deveriam falar
em cortar, cortar, cortar e cortar

Lucila Soares e Ronaldo França

Durante muitos anos, a imagem utilizada para simbolizar o tamanho e a falta de mobilidade do Estado brasileiro foi a de um transatlântico. Dizia-se isso a propósito da dificuldade para fazer qualquer mudança de rumo. Apesar das reformas levadas à frente na década de 1990, quando tiveram início as privatizações e o enxugamento da máquina pública, e do bem-sucedido esforço de estabilização da economia, esse navio ainda não alcançou o rumo desejado. O Estado brasileiro continua sendo gigantesco, mal gerido e perdulário. É essa realidade que está sintetizada no quadro ao lado, em dez exemplos de mau uso do dinheiro público. As quantias envolvidas não são astronômicas nem estão relacionadas a escândalos como os que têm sido notícia com freqüência no Brasil. No conjunto, demonstram que é inaceitável a irresponsabilidade com que a discussão sobre o papel do Estado tem sido tratada pelos dois candidatos à Presidência. De um lado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva insiste em que é desnecessário cortar gastos e traz de volta a surrada discussão sobre as privatizações, no intuito de reconquistar uma parcela do eleitorado que ainda se deixa seduzir pelo discurso nacionalista. Geraldo Alckmin, por sua vez, limita-se a uma defesa envergonhada dos dois temas. Chegou a se vestir de garoto-propaganda das estatais brasilei-

ras para tentar se contrapor à cantilena petista, que o apresenta como um candidato que vai "entregar" as estatais. Definitivamente, Alckmin não contribuiu para colocar o assunto na latitude correta.

Os dois candidatos sabem muito bem que o governo gasta mal o dinheiro que arrecada com impostos cada vez mais altos. O mau uso dos recursos públicos não se deve apenas à corrupção. O que mais chama atenção na ação do Estado brasileiro é a ineficiência na utilização dos recursos. Procedimentos básicos em qualquer empresa privada, como dimensionar a demanda por um determinado serviço, estabelecer metas e cronogramas de execução e acompanhar resultados, passam ao largo das preocupações da administração pública. "O contribuinte fica prejudicado pela não conclusão de uma obra ou pela má qualidade do serviço, independentemente de o motivo ser roubo ou ineficiência. A diferença é que no Brasil não há como punir a incompetência", diz Lucas Furtado, procurador-geral do Ministério Pùblico junto ao Tribunal de Contas da União, órgão que realizou em 2005 mais de 1.000 fiscalizações e cuja ação permitiu uma

O tripé da gastança do governo federal

PAGAR CARO

Criado em 2002, o sistema de pregão eletrônico é o mais avançado que há na área de compras no setor público. Ainda assim, principalmente nas operações que envolvem compras unitárias, acaba-se pagando mais caro em diversas ocasiões

No mês passado, por exemplo, o governo pagou por um frigobar de 120 litros

1199 reais

O mesmo aparelho pode ser encontrado por

679,15 reais

Quanto foi pago a mais: **76,5%**

Para comprar trinta dissipadores de calor para computadores (pequenos ventiladores que ficam dentro do equipamento), o Ministério da Ciência e Tecnologia pagou por unidade

24,43 reais

O componente de mesnho modelo e fabricante, pode ser achado no mercado por

15 reais

Quanto foi pago a mais: **62,8%**

O Tribunal Superior Eleitoral pagou por uma parafusadeira.

em 22 de setembro,

296,99 reais

É possível adquirir um equipamento de qualidade superior e com os mesmos acessórios pedidos no edital na internet por

204,80 reais

Quanto foi pago a mais: **45%**

No programa Construção de Cisternas, no qual o Ministério do Desenvolvimento Social investiu cerca de

10 milhões de reais,

há comunidades que foram beneficiadas com cisternas apesar de se localizarem muito perto de barragens que poderiam abastecê-las

rial de uso cotidiano torna-se campo fértil para o favorecimento e a venda de facilidades. O pregão eletrônico já responde por 46,6% do total de compras da União e é um inequívoco avanço. Ainda assim, em algumas ocasiões, o Estado acaba pagando mais caro do que a média do mercado, como está demonstrado no quadro que ilustra esta reportagem. Um dos motivos é a inexistência de um levantamento sistemático de preços médios de bens e serviços no mercado, que sirva de parâmetro de avaliação tanto para os responsáveis pelas compras quanto para os órgãos fiscalizadores.

O caso do pregão eletrônico é exemplar. Mostra que, mesmo quando adota bons mecanismos, o Estado tem dificuldade em gastar corretamente. Os volumes envolvidos são muito altos, exigindo controle rígido, que, paradoxalmente, acaba favorecendo desmandos. Por esse motivo, é importante que a presença do Estado se concentre em setores específicos, como saúde, educação e infra-estrutura básica. E que estabeleça critérios de aferição da qualidade do serviço. "No Brasil, a preocupação é com o volume de recursos disponível para um determinado programa, não se ele é necessário ou se atinge seus objetivos", analisa Marcelo Piancastelli, diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Basta ouvir os discursos dos candidatos à Presidência para constatar a veracidade da afirmação. Ambos enchem a boca para dizer quanto gastaram. Raramente podem fazer o mesmo em relação a resultados e benefícios para a população.

Já em relação à privatização, o debate presidencial abordou o assunto de forma deliberadamente distorcida. A perda de capacidade de investimento do Estado e a má qualidade do gasto público tornam altamente recomendável a venda da maior parte das estatais. A idéia de que a privatização contraria os interesses do povo não é mais do que uma nuvem de fumaça que se lança sobre a questão toda vez que o interesse eleitoral aflora. Seus defensores fazem passar a falsa im-

**Leilão da Telebrás, em 1998:
a privatização melhorou
serviços em todas as áreas
e trouxe enormes benefícios
ao Brasil, que Lula nega e
Alckmin não defende, de olho
na parcela do eleitorado que
ainda se encanta com o
ideário nacionalista
e se opõe ao "entreguismo"**

O Estado é um mau gestor dos recursos que arrecada com impostos cada vez mais altos. Neste quadro, VEJA lista dez exemplos de desperdício de dinheiro e mostra que é possível, sim, reduzir gastos

Na iniciativa privada, a margem de erro tolerada na projeção dos custos de uma obra é de

10%

Nas licitações do governo, admitem-se aditivos de até

25%

Só a partir desse limite é preciso promover nova licitação

Os critérios de gestão utilizados nos programas que contam com recursos do Tesouro Nacional são muito menos rigorosos que os adotados nos projetos que têm financiamento externo (do Banco Mundial, por exemplo). A simples substituição de um critério por outro permitiu redução de

200 milhões de reais

no orçamento da construção de uma adutora em Pernambuco

Em 2004, o TCU constatou que o Ministério da Saúde poderia economizar

939 000 reais

por ano na aquisição de um único remédio – a Azatioprina, um imunossupressor usado em pacientes transplantados – optando por comprá-lo do fornecedor com melhor preço

Um dos melhores indicadores para avaliar gastos hospitalares é a razão entre o número de funcionários e o número de leitos em um hospital de alta complexidade

Em hospitais privados, esse número é de

**sete funcionários
por leito**

No Hospital dos Servidores do Estado, a maior unidade federal no Rio de Janeiro, a relação é de

**dez funcionários
para cada leito**

GASTAR MAL

O Aerolula custará aos cofres públicos, ao longo de trinta anos,

**44,8 milhões
de dólares**

Para alugar um avião de modelo semelhante pelo mesmo período são necessários

**33,5 milhões
de dólares**

Diferença de 33,7%

O governo destinou

68,8 milhões de reais
para o programa de erradicação da febre aftosa em 2005 e gastou apenas 4% desse total – cerca de

2,8 milhão de reais.

A descoberta de vários focos da doença gerou um prejuízo próximo a

1 bilhão de reais
para o país

redução superior a 600 milhões de reais no custo de 415 obras públicas.

Esse é um dos grandes nós que o Brasil precisa desatar para melhorar a qualidade do gasto público. Para avançar nesse campo, algumas providências anteriores são necessárias. Um dos primeiros passos de todos os governos que conseguiram domar seus gastos é um choque de realidade no orçamento. Parece óbvio que governos tenham de tratar de suas finanças com os pés no chão. Não é assim que funciona no Brasil. A proposta orçamentária enviada ao Congresso todos os anos é uma peça de ficção. Seu processo de criação é conhecido: para atender a todos os acordos políticos e agradar às bancadas dos partidos, o governo faz um cálculo de despesas muito acima do que pode gastar. O papel aceita tudo. Como para cada centavo gasto tem de haver dinheiro correspondente no caixa, envia-se uma proposta de arrecadação sempre mais alta. O resultado é que o governo trabalha para aumentar a fatia de dinheiro que cobra em impostos e, quando não consegue, determina um corte nos gastos, chamado de contingenciamento. "Esses congelamentos no orçamento geram insegurança e fazem com que seja embutido no preço o risco do não pagamento", explica o ex-ministro do Planejamento e secretário de Economia do governo do Espírito Santo, Guilherme Dias. Seguindo a cartilha do realismo orçamentário, seu estado conseguiu sair de uma situação pré-falimentar em 2002 e retomou investimentos públicos.

No âmbito do governo federal, algumas medidas já foram adotadas para tentar conter a gastança. Uma das principais é o pregão eletrônico, que agilizou o sistema de compras do governo federal, liberando-o de várias exigências da Lei nº 8666, que regula as licitações. Com efeito, não faz sentido que para comprar copos de plástico a União tenha de cumprir as mesmas etapas exigidas para a construção de uma hidrelétrica.

O que numa obra de grande porte é necessário como mecanismo de controle (ainda que a lei possa ser melhorada), na contratação de serviços ou na aquisição de mate-

pressão de que a venda de estatais é, por princípio, uma dilapidação do patrimônio do povo. É evidente que podem acontecer desvios em processos de privatização. Mas utilizar-se desse argumento para pôr em xeque os benefícios da venda de estatais é mera manobra eleitoreira. O histórico das empresas que passaram à iniciativa privada só demonstra o óbvio: as estatais não pertencem verdadeiramente ao povo. Seus donos são, pela ordem, o Estado e os eventuais ocupantes do governo, que as utilizam ao sabor dos interesses partidários. Enquanto estiveram nas mãos dos governos, estatais como Vale do Rio Doce, Telebrás, Companhia Siderúrgica Nacional e outras tantas geraram déficits sucessivos e atraso no desenvolvimento do país.

O melhor exemplo vem das telecomunicações. O Brasil deixou de ser um país em que havia um mercado paralelo de telefones, tamanha a dificuldade de obter um. Hoje são 95,8 milhões de celulares. O telefone se tornou uma ferramenta de inclusão de profissionais liberais e prestadores de serviços na economia de mercado. Um estudo do BNDES de 1996 analisou o desempenho de 46 empresas privatizadas entre 1981 e 1994 e descobriu como havia desperdício sob a administração do Estado. A Companhia Siderúrgica Nacional, por exemplo, tinha contratado a construção de uma represa por 7 milhões de dólares. Os novos donos barraram o contrato e conseguiram fazer a mesma obra por 2,7 milhões de dólares. A diferença de preço demonstra o óbvio. O dinheiro pago a mais não estava indo para o bolso da população. Engordava

apenas a conta de uns poucos empresários e de burocratas instalados na direção das estatais.

O presidente Lula deu, ao longo dos últimos três

VIVA A PRIVATIZAÇÃO

Eis por que as empresas que saíram do controle estatal se tornaram mais lucrativas e socialmente mais úteis e pararam de funcionar como mais um ralo por onde escoa o dinheiro público

- Melhoria dos serviços, pelo incentivo à concorrência e aumento dos investimentos em tecnologia
- Atração de capital estrangeiro
- Pulverização do capital, transformando a ex-estatal em empresa pública
- Fim de diversos subsídios disfarçados, que resultavam em tarifas artificialmente baixas, debilitando ainda mais a saúde financeira das empresas
- Possibilidade de redirecionamento dos recursos do Estado antes destinados às estatais para fins sociais

anos e dez meses, demonstrações de que havia finalmente entendido isso. Em seu governo foi aprovado o projeto de parcerias público-privadas, nas quais o governo divide com empresas privadas o investimento em setores tipicamente estatais, que estão no rumo da obsolescência. Por isso, soa incoerente quando o próprio presidente se opõe às privatizações. E, mais, coloca o país sob suspeita. Os economistas Armando Castelar e Fabio Giambiagi já alertaram, no livro *Rompendo o Marasmo — A Retomada do Desenvolvimento no Brasil*, sobre o risco que a ameaça de retrocessos implica. Dizem eles: "Resolver esse problema de credibilidade é essencial para que se consiga atrair o investimento privado para setores em que o risco de expropriação é alto". Há um motivo adicional para que o presidente modere sua fala nesta reta final da campanha. Foi em zonas de sombras dos Correios, do Banco do Brasil, da Petrobras, de Furnas e do Instituto de Resseguros do Brasil, todas empresas controladas pelo governo, que surgiram os grandes escândalos que destruíram a aura de ética da qual o presidente Lula e o PT se beneficiaram por tantos anos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Está encerrada a sessão.
(Levanta-se a sessão às 18 horas e 5 minutos.)

ATO DO PRESIDENTE

Nº 056 , DE 2006

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar para integrarem a Comissão Especial instituída pelo Ato do Presidente nº 51, de 2006, na qualidade de membros, os servidores Fábio Liberal Ferreira de Santana, matrícula nº. 49648 e Ronaldo Jorge Araújo Vieira Júnior, matrícula nº. 183432.

Art. 2º- Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 24 de outubro de 2006.


Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

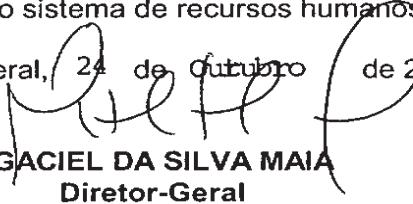
PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 235 de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, RESOLVE:

I – Reconduzir, até 31 de dezembro de 2006, a Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 66, de 2005, do Diretor-Geral do Senado Federal, incumbida de implementar os trabalhos de conferência e correção dos dados atualmente existentes no banco de dados do histórico funcional e pagamento da Secretaria Especial de Editoração e Publicações e implementar a migração desses dados para o novo sistema de recursos humanos.

Senado Federal, 24 de outubro de 2006.

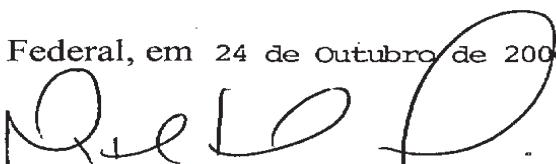

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2083 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **015750/06-0**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARIA EMERICH FERRAZ**, matrícula n.º 196440, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Liderança do Governo.

Senado Federal, em 24 de Outubro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2084 , DE 2006

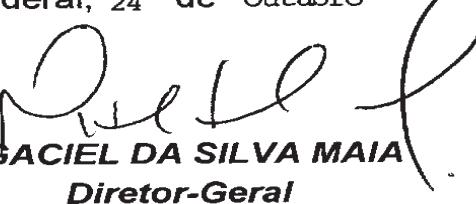
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 9, de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores TADEU IZIDRO PATROCÍNIO DE MORAES, matrícula nº 25772, e FRANCISCO MÁRIO RIBEIRO BARROS, matrícula nº 42472, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 008159/03-3 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 24 de Outubro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52^a LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres **
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiase**

Ceará

PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Moraes**
PRB – Roberto Cavalcanti **^S

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**^S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotonio Vilela Filho**

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PT – Delcídio Amaral **
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney *
PMDB – Geovani Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
 E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão - PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Gomes – PSB⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**(5 titulares e 5 suplentes)****Presidente: Senador Paulo Paim - PT****Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR⁽²⁾****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago)⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldis Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT (vago)	1. Sibá Machado – PT 2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL (vago) ⁽³⁾	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilhou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilhou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL

Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL (vago) ⁽⁶⁾	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
José Agripino – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. (vago)
Juvêncio da Fonseca – PSDB	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfiliou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfiliou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
 E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
 Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
 Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
 E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
 Telefone: 3311-3506 Fax:
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
 (Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

<u>1^a Eleição Geral:</u> 19.04.1995	<u>4^a Eleição Geral:</u> 13.03.2003
<u>2^a Eleição Geral:</u> 30.06.1999	<u>5^a Eleição Geral:</u> 23.11.2005
<u>3^a Eleição Geral:</u> 27.06.2001	

Presidente: Senador João Alberto Souza¹
Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^a do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela Filho ³ (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira ⁵	MG	2244	1. Leomar Quintanilha ⁴ (PCdoB)-cessão	TO	2073
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Geovani Borges ⁶	AP	1712
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁷	SP	3213
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 3.10.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
 Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
 Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1^a Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

⁴ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gerson Camata, em vaga cedida pelo PMDB, de acordo com o OF. GLPMDB nº 318/2006, de 14.8.2006, e Ofício nº 269/2006, de 15.8.2006, aprovados na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁵ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Ney Suassuna, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁶ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gilvam Borges, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁷ Eleito na Sessão do SF do dia 3.10.2006. Indicado de acordo com o Ofício nº 32/2006-GLDBAG-CSCOM, de 6.9.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 1º.9.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

⁴ Retornou em 31.8.2006, após término da licença concedida de acordo com Requerimento nº 498, de 2006 (DSF de 1.9.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	2º SECRETÁRIO Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	3º SECRETÁRIO Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	4º SECRETÁRIO Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	LÍDER DA MAIORIA Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 15.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCISIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÉA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA PMDB-MG
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 15.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055

**GESTÃO
00001**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 128 PÁGINAS